



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social

Ana Paula Pinto Damasceno

**Violência de gênero e pacificação:
entre as leis do Comando e o comando das Leis**

Rio de Janeiro

2014

Ana Paula Pinto Damasceno

**Violência de gênero e pacificação:
entre as leis do Comando e o comando das Leis**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Luiza Heilborn

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

D155 Damasceno, Ana Paula Pinto
Violência de gênero e pacificação : entre as leis do
Comando e o comando das Leis / Ana Paula Pinto
Damasceno. – 2014.
112 f.

Orientadora: Maria Luiza Heilborn.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Violência contra a mulher - Teses. 2. Favelas – Rio de
Janeiro (RJ) – Teses. 3. Comunidade - Desenvolvimento –
Teses. I. Heilborn, Maria Luiza. II. Universidade do Estado do
Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. III. Título.

CDU 616.89-008.444.9-055.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ana Paula Pinto Damasceno

**Violência de gênero e pacificação:
entre as leis do Comando e o comando das Leis**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 28 de abril de 2014.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Luiza Heilborn (Orientadora)
Instituto de Medicina Social – UERJ

Prof. Dra. Silvia Ramos
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania - UCAM

Prof. Dra. Lia de Mattos Rocha
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Martinho Braga
Instituto de Medicina Social – UERJ

Rio de Janeiro

2014

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço à Tania Ferreira Pinto, minha mãe, que sempre estimulou a adoção de uma postura curiosa e crítica frente ao mundo. Seu incentivo financeiro, suporte emocional e confiança incondicional estiveram presentes em toda minha trajetória acadêmica e constituíram elementos determinantes para cursar o mestrado.

Agradeço em especial a minha orientadora, Maria Luiza Heilborn, que transcendeu o cumprimento de seu dever e foi fonte de inspiração, entusiasmo e encorajamento. Atravessamos juntas pelas frustrações de campo e compartilhamos o prazer das descobertas. Agradeço, sobretudo, pelo cuidado de partilhar seu conhecimento sem me privar da liberdade de pensamento e preservando meu estilo de escrita.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) do Instituto de Medicina Social da UERJ e ao financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) que viabilizaram esta pesquisa.

Meu agradecimento às orientações de Eliete Ester, Silvia Constancio e Simone Motta que me auxiliaram a transitar pelos caminhos do departamento e pelas ruas da cidade.

Agradeço ainda à Professora Lia de Mattos Rocha, Professora Silvia Ramos e Professor Martinho Braga por terem aceitado o convite para integrar a banca avaliadora. Os dois últimos, desde o momento da qualificação, contribuíram com instigantes reflexões que impulsionaram o crescimento do trabalho. A vocês meu muito obrigada.

Agradeço à Barbara Mourão pela atenção e diálogo em importante momento da dissertação.

Meu agradecimento carinhoso aos informantes de cada comunidade e membros da polícia pela coragem de romper o silêncio e participar da pesquisa.

Agradeço a gentileza da ONG Cepia em permitir que eu acompanhasse a oficina realizada no Chapéu Mangueira/Babilônia, que constituiu aporte fundamental para a entrada em campo naquelas comunidades.

Agradeço a minha avó Oliva Ferreira Pinto que me acolheu em sua residência com todo afeto, garantindo apoio logístico indispensável para a realização do curso. Agradeço a Camila Pinto Damasceno, minha irmã, pela escuta paciente, pelas provocações intelectuais e estímulos constantes. Agradeço ao meu marido, Thiago Velloso, pela compreensão, suporte técnico e esforços despendidos em prol da finalização deste trabalho.

Agradeço aos colegas da equipe de pesquisa de Sociabilidades Juvenis, sobretudo Josué de Souza, meu companheiro nas incursões pelo Complexo do Alemão.

RESUMO

DAMASCENO, Ana Paula Pinto. *Violência de gênero e pacificação: entre as leis do Comando e o comando das Leis*. 2014. 112 f. Dissertação (mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

Esta dissertação detém-se sobre a violência de gênero que ocorre em territórios de conflito armado na cidade do Rio de Janeiro, nos quais a intervenção do Estado restringe-se, no mais das vezes, em combater o crime organizado. As características particulares de cada favela imprimem à habitual violência contra a mulher, traços diacríticos que, a um só tempo, obliteram as formas legais de enfrentamento e criam alternativas singulares para responder ao evento de agressão. O projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) propõe a reconfiguração dos poderes, das figuras de autoridades e das regras que regem esse espaço, desobstruindo, ao menos em tese, antigos entraves no acesso à justiça e ao Estado. Interessa investigar, neste cenário em mutação, as representações sociais nativas sobre a violência de gênero, os atores envolvidos e as estratégias de ação adotadas pelas mulheres na tentativa de interromper as agressões perpetradas por seus parceiros, em quatro comunidades pacificadas: Complexo do Alemão, Morro da Formiga, Chapéu Mangueira e Babilônia. A realização do trabalho de campo e de entrevistas em profundidade permitiu reconstituir o panorama anterior à chegada das UPPs e as alterações das dinâmicas sociais por ela promovidas, com base nas narrativas dos moradores de cada localidade e policiais pertencentes ao programa. A pesquisa demonstra que algumas políticas públicas podem produzir efeitos imprevistos e interferir na vida privada. Destaca-se, além disso, que embora as favelas guardem entre si similaridades, suas especificidades irreduzíveis engendram resultados díspares quando submetidas a determinadas políticas. Aborda-se por fim, as assimetrias de gênero que adquirem contornos particulares nas circunstâncias próprias do conflito armado urbano, emergindo no contexto da saúde como agravamento das vulnerabilidades da condição feminina. Compreender e revelar os caminhos que as tentativas de interrupção da violência de gênero vêm sendo adotadas em algumas favelas pacificadas constitui objetivo deste estudo.

Palavras-chave: Violência contra mulher. Unidade de Polícia Pacificadora- UPP. Favela. Gênero. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

DAMASCENO, Ana Paula Pinto. *Gender violence and pacification: between the Command's laws and the laws' command*. 2014. 112 f. Dissertação (mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

This thesis discusses gender violence taking place in areas of armed conflict in Rio de Janeiro where the State's intervention is usually restricted to fighting organized crime. The particular traits of each *favela* assign to the customary violence against women diacritical traits that at once obliterate legal forms of confronting aggression and create singular alternatives for responding to it. The Pacifying Police Units (UPPs) seek to reconfigure the powers, authority figures and rules that govern *favelas*, removing old barriers to justice and to the State, at least in theory. In this changing setting, I seek to investigate native perceptions of gender violence, the actors involved and the strategies women use in an attempt to stop their partners' aggressions in four pacified communities: Complexo do Alemão, Morro da Formiga, Chapéu Mangueira and Babilônia. Through fieldwork and in-depth interviews with *favela* inhabitants and police officers from the UPPs, I was able to reconstruct the situation that preceded the UPPs' arrival and the changes in social dynamics they brought on. The research shows that public policies can have unintended effects and interfere in individuals' private lives. I also point out that although the *favelas* show similarities, their irreducible specificities generate different results when subjected to certain policies. Finally, I discuss the gender asymmetries that take on particular shape within the circumstances of urban armed conflict. These asymmetries then aggravate female vulnerability within the health field. This study's objective is to understand and reveal the paths that the attempts to stop gender violence have taken in some pacified *favelas*.

Keywords: Violence against women. Pacifying Police Unit – UPP. Favela. Gender. Rio de Janeiro.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| ADA | Amigo dos Amigos |
| ADC | Ação Declaratória de Constitucionalidade |
| BBB | Big Brother Brasil |
| BOPE | Batalhão de Operações Especiais |
| CECIP | Centro de Criação de Imagem Popular |
| CEDAPS | Centro de Promoção da Saúde |
| CEJIL | Centro pela Justiça e Direito Internacional |
| CEP | Comitê em Ética e Pesquisa |
| CLA-DEM | Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher |
| CPP | Coordenadoria de Polícia de Pacificação |
| CV | Comando Vermelho |
| DDM | Delegacia de Defesa da Mulher |
| DEAM | Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher |
| DP | Delegacia de Polícia |
| DST | Doença sexualmente transmissível |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FAPERJ | Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro |
| GAECO | Grupo de Atenção Especial de Combate ao Crime Organizado |
| GPAE | Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais |
| GPS | Global Positioning System |
| IMS | Instituto de Medicina Social |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Estatística Aplicada |
| ISER | Instituto de Estudos da Religião |

| | |
|-------|---|
| ISP | Instituto Segurança Pública |
| LAV | Laboratório de Análise da Violência |
| LMP | Lei Maria da Penha |
| M.C. | Mestre de Cerimônia |
| MP-RJ | Ministério Público do Rio de Janeiro |
| OEA | Organização dos Estados Americanos |
| ONG | Organização não governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAC | Programa de Aceleração do Crescimento |
| PM | Polícia Militar |
| PMERJ | Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro |
| TC | Terceiro Comando |
| TJRJ | Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro |
| UERJ | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| UPP | Unidades de Polícia Pacificadora |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|------------|
| | INTRODUÇÃO..... | 08 |
| 1 | A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM TERRITÓRIOS DE CONFLITO ARMADO NO RIO DE JANEIRO..... | 15 |
| 1.1 | Entre favelas e facções: o tráfico mete a colher em briga de marido e mulher..... | 15 |
| 1.2 | Espaços formais de denúncia da violência de gênero..... | 23 |
| 2 | LIMITES, AVANÇOS E DESAFIOS DAS UNIDADES DE POLÍCIA DE PACIFICAÇÃO..... | 31 |
| 3 | CAMPO MINADO: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER ENQUANTO OBJETO RESISTENTE..... | 40 |
| 3.1 | Metodologia e trabalho de campo..... | 40 |
| 3.2 | Objeto resistente..... | 44 |
| 4 | GÊNERO E GERAÇÃO NA AVALIAÇÃO DOS MORADORES SOBRE AS UPPS | 52 |
| 4.1 | Relações verticais do tráfico com os moradores..... | 52 |
| 4.2 | Chapéu Mangueira/Babilônia..... | 54 |
| 4.3 | Complexo do Alemão..... | 60 |
| 4.4 | Morro da Formiga..... | 71 |
| 5 | VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E UPP..... | 76 |
| 5.1 | A polissemia da violência de gênero nas favelas pacificadas..... | 76 |
| 5.2 | Morro da Formiga..... | 85 |
| 5.3 | Complexo do alemão..... | 89 |
| 5.4 | Chapéu Mangueira e Babilônia..... | 97 |
| | CONCLUSÕES..... | 99 |
| | REFERÊNCIAS..... | 103 |

INTRODUÇÃO

Esta dissertação nasceu da inquietação acerca dos efeitos que as transformações introduzidas pelo projeto de pacificação nas comunidades produziram sobre as questões de gênero. Em evento realizado em abril de 2012, o comandante das UPPs afirmou que o projeto de segurança apresentava como consequência imprevista o aumento da “violência contra a mulher”. Esta declaração despertou meu interesse pela investigação e me conduziu a pesquisar o assunto. A categoria violência contra a mulher aglutina sob sua égide assassinatos, espancamentos e estupros, sendo, frequentemente, compreendida como violência física conjugal (HEILBORN, 1996). Destaco a adoção desse entendimento para esta dissertação, que utilizará a referida expressão como sinônimo de violência de gênero.

O dilema a ser investigado consistiu em discernir se a pacificação implicou aumento das ocorrências de violência de gênero ou produziu aumento das notificações? Levei tempo para me desvencilhar dessa cilada. Vários caminhos foram tentados para abordar o problema sem, contudo, deslizar para a tentação positivista de confirmar uma alternativa ou outra. O trabalho demonstra a complexidade da temática, a grande heterogeneidade de significados atribuídos ao problema social da violência contra a mulher e o desenho de um quadro contemporâneo de vicissitudes do projeto de pacificação das favelas cariocas.

*

*

*

Desde que entrou na disputa para sediar os grandes eventos esportivos da década, o Rio de Janeiro voltou a figurar na vitrine do mundo. Os problemas e conflitos urbanos que assolam a “cidade maravilhosa” não impediram sua eleição como anfitriã da próxima Copa de Futebol e os Jogos Olímpicos de 2016. A fama, contudo, tem seu preço. Os holofotes não destacam apenas a atmosfera festiva que colore o local; expõem também os desafios que devem ser superados, sobretudo, no que diz respeito à segurança e à estrutura para a recepção dos turistas, segundo as exigências dos comitês esportivos internacionais. É nesse contexto de reformas e modernização urbana que as favelas cariocas, mais uma vez, ganham destaque.

Um breve resgate da história das favelas nos remete aos cortiços do século XIX, considerados a “semente das favelas” (VALLADARES, 2000, p.7), tanto pela similitude do

formato dos barracos que possuíam, quanto pelo fato de que o plano de remoções a eles aplicado impulsionou a ocupação das encostas e morros no início do século seguinte (VALLADARES, 2000; CHALOUB, 1996).

Na reconstituição do mito de origem da favela, Lícia Valladares (2005) percorre várias linhas traçando um paralelo entre a favela carioca e o acampamento de Canudos. A descrição ofertada pela autora de uma geografia montanhosa, de logística privilegiada, sob a qual os barracos em desalinho se acotovelavam e acolhiam uma organização social de forte aceção comunitária, cobriria a representação de ambos os fenômenos no imaginário coletivo. A despeito da ordem vigente, as favelas, assim como Canudos, seriam territórios regidos por leis próprias, cuja existência desafiava a precariedade das condições de vida, constituindo-se enquanto “espaços de resistência”, lar das “classes perigosas”. Em oposição ao litoral, as favelas traduziriam a condição imperativa de ausência que caracteriza o sertão.

As incursões e os trabalhos jornalísticos realizados sobre as favelas, no início do século XX, se incumbiram de colocá-las na paisagem e na agenda política, ao visibilizar sua realidade de privação, sujeira e foco de epidemias. Não tardou para que os médicos voltassem sua atenção para ela, que constituía igual entrave aos ideais desenvolvimentistas dos engenheiros (VALLADARES, 2000). Num período dominado pela lógica do pensamento higienista, a doença e sua propagação não se restringiam a um problema de saúde pública, consistiam antes em óbice ao projeto político de modernização nacional e conquista de civilidade (LIMA; HOCHMAN, 2004). Dispondo de lastro político, os médicos-sanitaristas se dedicaram a examinar o “corpo urbano”¹, recomendavam intervenções e prescreviam remédios, cujas ambições não se limitavam a atenuar os flagelos da cidade, mas buscavam aplacar também as doenças morais, sobretudo, da população pobre (VALLADARES, 2000).

Os sustentáculos teóricos das práticas médicas concernentes à propagação de doenças, disponíveis no início do século XX, se dividiam entre os modelos de contágio e de infecção. De acordo com a primeira teoria, o contágio seria uma forma de transmissão de doença entre indivíduos por meio do contato direto entre eles, por contato indireto, mediado por algum objeto contaminado, ou ainda, pela inalação do ar ao redor do doente. Mais fluída e dinâmica, a segunda teoria, ancorada no conceito de miasma, considerava necessário para a propagação de doenças uma atmosfera contaminada pela “ação de substâncias animais e vegetais em putrefação”. O processo de contaminação se daria a partir da alteração da qualidade do ar

¹ Na Europa do início do século XX, era habitual a utilização de expressões médicas e metáforas biológicas para se referir às cidades. Essas consistiam em um corpo humano, um organismo vivo no qual as habitações representavam as células, ligadas por redes telegráficas/telefônicas que simbolizavam o sistema nervoso, enquanto o sistema muscular aludia às linhas de energia que alimentam as indústrias. O coração desse corpo batia no centro da cidade, enquanto as praças e áreas verdes desempenhavam o papel dos pulmões (VALLADARES, 2000, p.28).

ambiente. Não obstante o lugar de destaque que o conceito de miasma lograva nessa teoria, sua causa e natureza eram desconhecidas e contavam tão somente com explicações vagas e imprecisas. Ao transferir a contaminação e propagação de doenças para a atmosfera, esta última corrente “colocou todo o ambiente e as classes perigosas nele presentes, sob suspeição e constante inspeção” (CHALOUB, 1996, p.168).

A engenharia, por sua vez, abraçando as noções médicas de “corpo urbano”, arquitetou planos para quitar do horizonte, o que João Augusto de Mattos Pimenta² chamou de “lepra da estética” (VALLADARES, 2000, p.15) e as representações correntes apelidaram de “cancro moral” (BURGOS, 1998, p.45), as favelas. Comungando dos mesmos referenciais e entoando metáforas de doença em uníssono, médicos, engenheiros e sanitaristas condenaram as favelas e, por conseguinte, a população que nelas residia.

Representante do projeto de modernização nacional (ZALUAR, 1998), à capital federal são prescritos o Plano Agache, 1930, e o Código de Obras, 1937. Batizado com o nome de seu autor, o primeiro projeto prevê a remodelagem da cidade, visando prover sofisticação e segurança, enquanto o segundo assenta sua importância no fato de reconhecer oficialmente a existência das favelas, propondo-lhe regras administrativas, de contenção e supressão, considerando a impossibilidade de assumi-las na cartografia da cidade. (VALLADARES, 2000; BURGOS, 1998).

Celeiro de epidemias, abrigo de classes perigosas e atentado estético à paisagem, as favelas se consolidaram como problema aglutinador das dimensões sanitário, moral e policial. Em mais de um século de favela, essa área, seus personagens, seus simbolismos e significados foram sendo alterados, traduzidos, apropriados e ressignificados. Silva (2009) revela que o enfoque habitacional conferido ao debate sobre favelas, no início da década de 1960, no âmbito das ciências sociais, acionou explicações referentes a não absorção urbana das massas migratórias pelas cidades (PERLMAN, 1977). Em meados da década, a questão do emprego foi içada para o centro das discussões que passaram a questionar a natureza do desenvolvimento econômico e a analisar as implicações do processo produtivo na fabricação de uma favela que sintetizava “marcadores sociais negativos” (SILVA, 2009, p. 29).

O período de redemocratização, que deu o tom ao terceiro momento de produção intelectual sobre favela, garantiu a incorporação dos aspectos ideológicos na análise teórica e promoveu o ideal de alianças, reconhecendo este espaço como nicho de ação e mobilização política (ROCHA, 2008; SILVA, 2009). O potencial político das camadas populares, contudo,

² Médico, engenheiro e jornalista, responsável por comandar, na década de 1920, uma campanha a favor do desmanche das favelas em prol do embelezamento da cidade.

não dispôs de tempo para deslanchar, tendo sido tolhido pela chegada de um novo ator na cena de reinauguração democrática do país, o crime organizado (LEEDS, 1998).

A formação, expansão e autonomia conquistada pela sofisticação progressiva da estrutura de comercialização de drogas garantiu ao Comando Vermelho, mais antiga facção criminosa do Rio, lugar preponderante na complexificação da segurança pública da cidade, uma vez que as suas fraturas deram origem a outras facções que hoje disputam com a polícia o controle de territórios (SOARES, 2000). A capilarização do poder do tráfico sobre as relações sociais e políticas, desmobilizou em larga medida o engajamento associativo, inviabilizou o acesso da população das comunidades às instituições públicas, e findou por ampliar o abismo entre o ‘asfalto’ e as favelas.

Os crescentes episódios de violência e desmando protagonizados pelo tráfico nas últimas décadas representava embaraço para ambições de revitalização da imagem do Rio de Janeiro. A eleição da cidade para recepção de grandes eventos esportivos constituiu, por um lado, oportunidade perfeita para revigorar a reputação de cidade virtuosa, por outro, este projeto desafiava o Estado a garantir segurança aos visitantes. Este cenário impeliu o governo carioca a desenvolver e implantar as Unidades de Polícia Pacificadoras, um projeto focado na contenção das armas e retomada de territórios conflagrados, controlados por facções criminosas. Tais objetivos foram alcançados com razoável sucesso e impactaram a ingerência do tráfico sobre as relações sociais no âmbito das comunidades, afetando indiretamente as dinâmicas estatuídas de arbitragem dos conflitos amorosos e violência entre casais.

As assimetrias de gênero em áreas de conflito armado urbano costumam expor, mulheres e meninas, ao agravamento das condições de vulnerabilidade na medida em que, por uma via, são mais excluídas dos postos de poder e, por outra, são duplamente afetadas pela violência, no âmbito público e privado. Estatísticas nacionais (CECCHETTO; MONTEIRO, 2006) e internacionais indicam que os jovens do sexo masculino são o segmento social que, a um só tempo, mais promove assassinatos pelo emprego de armas de fogo e o que mais morre em decorrência delas. Estes índices não apenas explicam, mas reforçam a invisibilidade do impacto e das implicações para as mulheres neste contexto de violência (MOURA, 2007).

Em meio à profusão de pesquisas produzidas a respeito da política de pacificação das favelas cariocas (CANO, 2012; SILVA, 2010; MUSUMECI *et al*, 2013; CECCHETTO *et al*, 2012; MOURÃO, 2013; SOARES *et al*, 2012) uma reduzida parcela procurou focalizar os reflexos da UPP na violência contra mulher nestes espaços, que já possuíam, antes mesmo do projeto, uma lógica operativa peculiar que se destacava do restante da cidade. Desta forma, a

dissertação busca contribuir para preencher esta lacuna e sinalizar os rearranjos provocados pelo impacto das intervenções do modelo de segurança no fenômeno da violência de gênero.

A pesquisa buscou, portanto, identificar e analisar em que medida o recuo do controle social exercido pelos agentes do tráfico produziu efeitos nas dinâmicas de repressão da violência de gênero nas relações amorosas nas favelas. Ademais, foi feito um mapeamento das representações sociais³ dos moradores sobre esta face da violência e as estratégias que passaram a ser adotadas pelas mulheres para conter a violência doméstica nas comunidades: do Complexo do Alemão, Morro da Formiga, Chapéu Mangueira e Babilônia, todas áreas dominadas pelo Comando Vermelho (C.V.).

Proveniente do curso de Direito, iniciei a pesquisa de campo buscando fatos que comprovassem ou falseassem as hipóteses que haviam me conduzido até ali. Contrariando as expectativas, deparei-me com um campo caprichoso que fornecia representações por vezes contraditórias, em um ritmo próprio, que desafiava minha compreensão e os prazos do mestrado. Somente após preciosas leituras e orientações pacientes da minha orientadora, sobre como realizar uma etnografia, fui capaz de reajustar o olhar para apreender o objeto pesquisado pelo prisma antropológico.

Além da conversão acadêmica recente para as ciências sociais, cabe mencionar ainda que a pesquisa foi construída a partir de um olhar estrangeiro sobre a cidade. Não obstante ser natural do Rio de Janeiro, os longos anos de residência em Brasília produziram intenso estranhamento neste retorno para “casa”. Encontrei-me em situação bem diversa daquela mencionada por Velho (1978) em observando o familiar. O sentimento de estranhamento de quem não compreende as regras locais persistiu por muito tempo. As frequentes brigas nos meios de transporte lotados; o descompromisso de motoristas em cumprir a rota determinada para o ônibus; a correria para troca de trens na Central do Brasil; o caráter pessoal e informalidade dos prestadores dos mais diversos serviços; a ocupação do espaço, na qual pequenos portões entre dois prédios guardam um corredor que desemboca em uma vila repleta de casas e o barulho incessante da cidade foram descobertas inusitadas para alguém que havia chegado de uma cidade planejada com espaços arejados entre as construções, silenciosa, onde o transporte público é última opção para deslocamento e a buzina, utilizada de forma bastante comedida. A experiência de viver numa metrópole que parece ter perdido do código de civilidade entre o público e o privado remete à noção de processo civilizador desenvolvida por Nobeit Elias (2011).

³ Conceito central nas Ciências Sociais, a expressão ‘representações sociais’ revela o conjunto de idéias e imagens que as pessoas concebem do mundo que as cerca. O termo ‘percepção’, empregado ao longo desta dissertação, deve ser lido de forma análoga.

Sem dúvida, neste sinuoso processo de readaptação às lógicas culturais do Rio, os ônibus constituíram elementos emblemáticos, por todas as experiências que tive nas intermináveis horas dedicadas a eles, à sua espera ou em seu interior. A demora em me libertar do constrangimento de gritar para o motorista, após já ter sinalizado, que desejava descer naquele ponto, rendeu-me extensas caminhadas. Percebi que o espaço público não intimida o carioca a travar conversas de teor íntimo, presenciei em diversas situações pessoas, em especial do segmento populares, que sentadas em bancos apartados, confidenciavam questões pessoais e/ou intenções amorosas em claro e bom tom no coletivo em pleno horário de rush. Entendi que em dias mais quentes, caso use vestido, tenho grande chance de que o ônibus não apenas pare quando fizer sinal, mas pare exatamente à minha frente. Observei que uma pergunta feita ao trocador ou ao passageiro ao lado poderá ser respondida por qualquer passageiro, ou ainda virar alvo de discussão coletiva.

Enfim, este trabalho é o resultado desse olhar estrangeiro que, a partir da mescla de curiosidade e estranhamento, buscou desvendar um pouco do carioca e de sua cidade nas pequenas atividades cotidianas e nos contatos interpessoais, sobretudo, nas comunidades estudadas. Rapazes discutem abertamente proezas sexuais, enquanto moças abordam estratégias de sedução para o sucesso da “night”.

A dissertação divide-se em cinco capítulos, tendo sido o primeiro destinado a retratar a regulação das contendas comunitárias, em especial, os conflitos entre casais, exercida pelo tráfico antes da instalação das UPPs. É apresentado o sistema normativo aplicado pelo Comando Vermelho com valores, julgamentos, brechas, privilégios, imunidades e as demandas consideradas legítimas no âmbito desta ordem. A segunda parte deste capítulo resgata o esforço de ativistas em visibilizar a violência contra mulher e as conquistas decorrentes da luta para transferir para a esfera pública uma questão considerada de foro privado, além de destacar os descompassos entre os anseios das militantes em criminalizar o agressor e o desejo das vítimas em interromper a violência sem, contudo, desfazer os laços conjugais.

O segundo capítulo resgata os projetos de segurança precedentes dos quais o modelo de Polícia de Pacificação é devedor, traçando pontos de encontro e de divergência entre eles. O lastro histórico é referido para demonstrar que as últimas iniciativas, muito embora não tenham resistido, vêm sinalizando as dificuldades e os esforços do governo fluminense em prover uma política de segurança mais comprometida com o ideário de cidadania plena. As manifestações de junho de 2013 e o desfecho do caso de desaparecimento de Amarildo potencializaram as críticas ao projeto de pacificação, abalando a confiança até então

depositada por parcela significativa da população. O enfraquecimento do projeto foi identificado e vem sendo cada vez mais explorado por grupos criminosos através de ataques contra as bases policiais. A efervescência dos embates é alimentada cotidianamente por novos fatos e ampla difusão midiática.

A realização do trabalho de campo, assunto do terceiro capítulo, constituiu tarefa árdua e desafiadora na medida em que a temática abordada tocava em questões delicadas referentes à esfera privada, como a violência contra a mulher. A alusão, por outra via, ao modelo de policiamento implementado nas favelas acionava o receio dos moradores de sofrer retaliações por parte dos bandidos locais e/ou da polícia. Diversas estratégias foram empreendidas para efetuar a coleta de dados, como: inscrição em cursos oferecidos pelas ONGs das comunidades, participação em eventos culturais e esportivos nas favelas, debates e seminários acadêmicos, monitoramento do cotidiano das comunidades por meio das redes sociais, contato com a Coordenadoria de Polícia de Pacificação (CPP) e com comandantes das UPPs. Resta destacar que a permanente mutação do cenário de favelas pacificadas constituiu ingrediente complicador para o término da pesquisa de campo. No decurso da fase de redação do trabalho, a sucessão de novos eventos redesenhava o horizonte de análise constantemente e reorientava as posturas dos atores envolvidos, interferindo diretamente na relação estabelecida entre eles.

O quarto capítulo se incumbe de apresentar as especificidades das comunidades compreendidas nesta pesquisa e as perspectivas de seus moradores a respeito do projeto das UPPs, suas vantagens e deficiências. As notas de campo trazem também as expectativas dos nativos sobre a continuidade do projeto de segurança e os desafios na interação com o tráfico e com a polícia. O último capítulo se detém sobre o reflexo que a reconfiguração dos referenciais de autoridade e poder produzidos pela implantação das UPPs gerou na resolução das contendas de casal e na violência de gênero delas decorrentes, focalizando as estratégias adotadas pelas mulheres a partir disso.

1 A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM TERRITÓRIOS DE CONFLITO ARMADO NO RIO DE JANEIRO

A primeira parte deste capítulo destina-se a apresentar a forma alternativa de enfrentamento da violência de gênero nas favelas, uma vez que vigora a interdição de acesso das vítimas às instituições públicas competentes. A segunda parte atem-se as estratégias do movimento feminista que, por meio de campanhas e articulações políticas, tem buscado ampliar os meios de proteção às mulheres e diminuir as assimetrias de gênero.

1.1 Entre favelas e facções: o tráfico metendo a colher em briga de marido e mulher

A mais antiga facção criminosa do Rio de Janeiro é resultado colateral da Lei de Segurança Nacional⁴, que oportunizou a convivência de presos políticos e presos comuns nas galerias da extinta penitenciária de segurança máxima Candido Mendes. (LEEDS, 1998; FARIAS, 2008). Motivação para o decreto desta lei, os assaltos a banco, largamente praticados para enriquecimento ilícito, foram adotados por grupos avessos à ditadura como fonte de sustento auxiliar para o exercício de suas atividades políticas (LEEDS, 1998; DOWDNEY, 2003). A obstinação do regime militar em refrear as ações dos opositores culminou na gênese do Comando Vermelho⁵, originalmente guiados pelo lema “Paz, justiça e igualdade” (ZALUAR, 2004; MISSE, 1998).

Expandindo o domínio de atuação para além das grades das prisões, o Comando Vermelho passou a investir os ganhos do crime na libertação dos integrantes do grupo, unidos por um forte sentimento de comunhão (MISSE, 1998). A profissionalização dos traficantes andinos de cocaína, que ocorre nos anos 1970, se traduz em produção de larga escala que barateia esse artigo (FARIAS, 2008). Por ser mais lucrativa que a maconha e por demandar menos empenho de articulação e de propina que os assaltos a banco, essa droga conquista os traficantes (LEEDS, 1998). A onda de sequestro que inunda a década seguinte cumpre a função de arrecadar fundos para o abastecimento de pó do mercado, cuja comercialização varejista aproveitou a estrutura já montada das bocas de fumo (DOWDNEY, 2003). A década

⁴ Decreto-lei nº898, editado em 29 de setembro de 1969.

⁵ Comando vermelho foi nome atribuído pela imprensa ao grupo que se denominava Falange Vermelha e surgiu como Coletivo 70.

de 1990 assiste a corrida armamentista à carioca, na qual as facções criminosas se armam ferozmente para se defenderem das incertas policiais, insurgências dentro do próprio grupo ou tentativas de controle dos rivais.

A autonomia conquistada com extensa margem de lucro auferida com o tráfico de cocaína conferiram aos “donos dos morros”⁶ autoridade e influência inéditas na vida comunitária (LEEDS, 1998). Acrescenta-se a isso, as crises econômicas e o abandono reiterado por parte dos governos que, por longos anos, dispensaram às favelas, quase que exclusivamente, políticas com a missão de reprimi-las ou extirpá-las do cartão postal da cidade. Consubstanciados, esses ingredientes fomentaram o crescimento das áreas de habitação irregulares em número e dimensão. Consolidava-se a cidade partida de Zuenir Ventura (1994), asilo de polos irreconciliáveis, repleta de ambivalências e contradições.

A cena criminal complexifica-se na medida em que novos atores surgem⁷, seja por fraturas no âmbito do próprio Comando Vermelho (Comando Vermelho Jovem), seja pela organização de facções rivais, Terceiro Comando (TC), Amigo dos Amigos (ADA) e milícias. Cada facção possui seu “repertório de simbologia”⁸ que organiza as práticas sociais nos locais em que dominam e controlam o comportamento individual para além dos espaços do morro (FARIAS, 2008).

O Comando Vermelho possui dois conjuntos de regras, um destinado aos “guerreiros da família” e o outro endereçado à comunidade, “mandamentos da favela” (FARIAS, 2008). “Na vida errada você tem que andar certo” anuncia o Código Vermelho, funk cantado por M.C.⁹ Orelha, no qual fica explícito que há um código de ética e cumplicidade a ser seguido pelos integrantes do “movimento”, como não mexer com a mulher dos outros, não ser X9 (delatador), não cometer roubos, furtos e estupro na favela. O outro regimento de conduta inclui toques de recolher; proibição do uso de capacetes nas motos (visando evitar investidas surpresas de tomada de território promovidas por facções rivais); procedimentos que devem ser adotados pelos carros que entram nas favelas (farol baixo, luz interna acesa, vidros do veículo tem que ser transparentes e/ou abaixados); pedido de autorização para a boca de fumo para a construção de puxadinhos nas casas. Esses são apenas alguns dos itens de um imenso código não escrito de condutas, já interiorizado pelos moradores e por visitantes frequentes. O

⁶ Autoridade máxima do tráfico em uma comunidade, também chamado de patrão ou chefe pelos demais integrantes.

⁷ Mais sobre a história, fusões e dissidências das facções cariocas, ver Amorim (1993).

⁸ Abordando alguns aspectos do universo simbólico do Comando Vermelho podemos citar a associação dessa facção com roupas de cor vermelha e da marca Cyclone. O número dois, cuja expressão manual se assemelha ao V, representa o grupo, assim como o uso de determinadas expressões, por exemplo, “é nós”. Essa constelação de símbolos demarcam os indivíduos para além dos espaços da favela em que reinam, constituindo entrave para a socialização daquelas com outras pessoas e nas demais áreas da cidade.

⁹ A sigla M.C. significa Mestre de Cerimônia e nomeia aqueles que são responsáveis pela letra e batida dos funks nos bailes.

descumprimento desse estatuto acarreta punições que variam entre espancamento, execuções e exclusão da favela. A sanção é executada, na gíria nativa “sem massagem”, ou seja, é rigorosamente aplicada.

A tradicional continuidade, observada por Zaluar (2004), entre os espaços público e privado das favelas é atravessada pela interferência das facções, que normatizam até mesmo a vida familiar dos moradores. Nesse contexto de dinâmicas particulares, a atuação de mediação de conflito feita pelo tráfico chama a atenção. Ressalvo, contudo, que não se trata de uma mediação convencional, constitui-se antes em uma intervenção resolutiva de contendas comunitárias, sejam elas brigas entre vizinhos, entre mulheres, pais e filhos ou entre marido e mulher (ROCHA, 2008; FARIAS, 1998; RAMOS, 2011).

O interesse deste estudo recai particularmente sobre este último ponto, a violência de gênero, que na favela assume contornos e nuances impensáveis para as mulheres residentes em outras áreas da cidade. Em regra, nas comunidades, algumas mulheres ofendidas solicitavam proteção à “boca”, que se incumbia de cessar a violência praticada pelo marido por meio de “um aviso”, cujo efeito costumava ser imediato. Considerando que as regras são ditadas pelo arbítrio daquele que se encontra no poder e que a ocupação desse lugar é efêmero, o número de avisos antes da execução da pena poderia variar. A insistência do agressor na conduta recriminada era corrigida por meio das punições já mencionadas. Com isso, a eficácia da resolução impingida ao impasse é incontestável, não obstante sua violência e sua desobrigação com os limites jurídicos formais.

É inegável que a atuação do tráfico de drogas enquanto autoridade repressora de violações domésticas favorecia algumas mulheres. No entanto, há que se destacar que tais ações se coadunavam com compromisso dos criminosos em manter o sucesso da “firma”, evitando a presença da polícia, das Organizações não governamentais (ONGs) e da imprensa, de forma que nada esmorecesse o rentável mercado drogas, armas e atividades afins.

Ademais, não é imprevisto que, um ordenamento normativo, calcado na arbitrariedade irrestrita daquele que julga, possa ser tão maleável. Se a regra geral prescreve pena de agressão, ameaça ou expulsão ao agente agressor, é válido salientar as inúmeras possibilidades de combinações que poderiam resultar na solução da contenda. Vale iniciar a apreciação da aplicação dessa lei pelo público que teria interesse em acessá-la, as mulheres. Além do fato de que nem todas as mulheres da favela podiam desfrutar desse “serviço de proteção”, como era o caso daquelas envolvidas com os traficantes, dentre o rol de demandantes legítimas, boa parcela delas se furtava a recorrer à boca, com receio de dever favores ao movimento. Mesmo focando o grupo que acreditava ser a intervenção do tráfico a

melhor opção, nem sempre a lei se cumpria. Se o companheiro violento fosse amigo próximo de pessoas do tráfico com certo poder de decisão, ainda que nele não trabalhasse, conquistava imunidade. A ordem de chegada da versão dos fatos à boca também parece interferir no desfecho do conflito. Aquele que primeiro conta sua história, aparentemente, tem mais chance de verter o litígio a seu favor, embora esse critério não seja aplicado isoladamente, no mais das vezes.

Outro ponto que merece ser destacado é a política pessoal do “dono do morro” e sua empatia por quem o acessa, como explica um ex-trafficante¹⁰ do Complexo do Alemão (32 anos):

Aqui já teve dois patrões, então dois chefe de morro, era o Tota e o Pézão. O Pezão escuta e o Tota não, já matava. Se fosse no Tota ele... se ele fosse com a sua cara, pô, você vacilou, vacilou, mas... agora se já não fosse com a tua cara, aí mermo que ele mandava matar. Mandava pra alguém matar ou ele mermo matava. A maioria ele mermo matava, mas ele tinha alguém pra matar pra ele também, ele pagava uma pessoa pra ficar só matando e queimando, sendo que ele mesmo gostava de matar muito. Ele não escutava. Às vezes a pessoa ia lá pra contar a história dela e, antigamente, ele ia mais pelo lado assim, se a mulher era bonita ele queria matar o marido pra comer a mulher do cara. Já o outro chefe daí não, sempre escutou os dois lados. Se caso os dois estivesse errado dava um pau nos dois, dava um pau na mulher e no homem também, ou então vai os dois pra casa. Era um cara mais consciente.

O gosto de Tota pelo exercício da execução nos remete a Gilles de Rais, um nobre francês que, por força da guerra dos Cem Anos, desenvolveu o gosto por matar, fato que transpôs o ato em hábito, o qual persistiu após o término do conflito. Com o fim da guerra, a concessão moral para matar é sustada, restando patente que a prática do homicídio, no caso de Rais, era socialmente imotivada, sendo alimentada pela sensação de prazer e de poder sobre vida e a morte alheias. A reiteração do homicídio, na percepção de Zaluar (2004), banaliza a violência e promove a dessensibilização construída pela socialização. A antropóloga assinala também que a travessia dos limites impostos pela interdição de matar propicia a afirmação da completa dominação do outro, que assujeitado manifesta sua condição passiva e feminina, diante do vigor ativo do algoz. Zaluar (2004) assim indica que para além da violência contra as mulheres, a violência também se instala entre os homens através de um código de hipermasculinidade para os do tráfico e uma condição de emasculação dos demais.

¹⁰ A decisão de publicizar a data de tomada da favela pelo BOPE possibilitou a fuga de muitos traficantes e impôs a uma parcela significativa dos remanescentes uma espécie de conversão para a categoria de ex-trafficante. Realizada na Vila Cruzeiro, após a pacificação, a etnografia sobre a ressocialização de ex-trafficantes da região destaca que, neste processo de transição identitária de trafficante para trabalhador, quanto mais frágil é o capital simbólico das categorias ocupacionais disponíveis, maior é a dificuldade de reconstruir-se fora da esfera de marginal. O vácuo deixado pelo projeto da UPP no tocante a vida profissional dos jovens, antes atuantes no tráfico, vem sendo apontado por Silvia Ramos (palestra ministrada no Departamento de Saúde Coletiva da UERJ, 9/12/2013) como uma grande falha dessa política. A respeito da transição de bandido para trabalhador, consultar Naidin (2012).

Depreende-se ainda do discurso transcrito que, o epílogo de cada história está atrelado à postura e ao parecer da figura proeminente do morro. É ele quem dita a última palavra. Outro ponto apresentado é que, a despeito de existir um princípio norteador da conduta frente à violência contra mulher, levar essa demanda à boca não gera garantias de que a solução dada será em prol do polo feminino. A percepção de que a mulher agiu errado pode render-lhe as mesmas punições que as aplicadas a seu marido. Nesse sentido, o perfil moral da mulher que leva sua demanda é avaliado pelos “meninos”, que costumam considerar se a pessoa é uma mulher séria, expressão traduzida por trabalhadora, que não se envolve em confusões com a vizinhança, “não é de bagunça”, não trai o marido, discreta e não usuária de drogas¹¹.

Não desgastar sua imagem na boca pode ensejar o entendimento de que sua aparição implica razoabilidade da demanda, conforme afirmação da moradora do Morro da Formiga (30 anos) que foi à boca para se livrar do marido que batia nela e não queria sair de casa. Ela afirma que “os meninos” sabiam que ela era uma mulher séria, trabalhadora, que não levava seus problemas para eles resolverem e, por isso, eles perceberam que se ela estava indo lá, naquele momento, é porque realmente precisava. Ao deixar a boca, os meninos deram 30 minutos para que o marido pegasse seus pertences, saísse da favela e não mais voltasse. Fato que se cumpriu.

A própria eficácia da atuação do tráfico, em alguns lugares, pode ser questionada. Diante da requisição de interferência nas mazelas da vida doméstica das mulheres, o tráfico, no Chapéu Mangueira, assumia muitas vezes uma postura inócua que alimentava com uma dose a mais de violência, o circuito de relações violentas já estabelecido. Não obstante a solicitação de ingerência na vida conjugal ser atendida e o marido agressor ser surrado, os traficantes de lá, diferente do verificado em outras áreas, não davam um basta à situação, toleravam a reincidência das agressões do homem e a perpetuação das brigas, como demonstra a declaração de uma moradora (32 anos) daquela região: “... quando ela ia até os meninos, o que os meninos faziam? Davam uma surra no marido, mas em compensação também não adiantava nada porque aquela pessoa ia até os meninos denunciava, aí o cara vivia apanhando, elas não largavam o cara.”

Com todo o exposto, o que fica patente é que, apesar da multiplicidade de soluções geradas pela conjugação de fatores condicionantes como a não aplicação da lei do morro para o amigo, a completa vulnerabilidade das mulheres e namoradas dos envolvidos no tráfico, as

¹¹ Ser mãe é, a princípio, condição sagrada e merecedora de respeito pela dedicação e abnegação aos filhos. Contudo, atitudes não condizentes com a expectativa social a respeito do ideal de mãe podem desqualificar a mulher como, por exemplo, o uso de drogas e deixar os filhos o dia inteiro pela rua.

decisões sobre vida comunitária se guiavam, prioritariamente, pelo entendimento pessoal do chefe do morro daquele período.

É indubitável que, para o tráfico, mais relevante que fazer justiça e tão importante quanto deter o poder, era ser reconhecido como autoridade na favela. Em que pese ser o estupro uma afronta moral pouco tolerada nas comunidades, segundo reiteradas declarações de seus residentes, o tráfico não tinha constrangimentos em tomar decisões contrárias às suas regras mais rígidas, como atestam os relatos das moradoras do Complexo do Alemão sobre um evento ocorrido em data anterior à ocupação. Diante do fato de ter tido a filha menor de idade estuprada na própria comunidade, o pai da vítima foi à delegacia. O perpetrador do estupro, embora tendo transgredido uma das regras locais, recorreu ao tráfico e deu-lhe sua versão. No intuito de sanar possíveis confusões sobre a autoridade legítima a ser acionada naquele âmbito, o tráfico, ao tomar conhecimento do encaminhamento conferido a questão pelo pai da menina, puniu a família com a expulsão da favela, por terem errado na eleição da autoridade a quem deveriam se reportar.

Os exemplos trazidos, extraídos de conversas e entrevistas concedidas por moradores das 4 favelas estudadas, auxiliam a compreensão de que sob o *modus operandi* do tráfico frente à violência contra a mulher, que ao primeiro olhar se manifesta como uma regra clara e hermeticamente aplicada, finda por se revelar como a fachada de um fenômeno de natureza bem mais complexa, no qual a execução das regras atendem aos princípios do imediatismo¹², da arbitrariedade e ausência de fixidez. Esta última característica pode ser debitada do preceito antropológico do prisma de situação ou de situacionalidade tal como desenvolvido por Luiz Fernando Duarte (1986). A depender do contexto as regras podem ter o sentido invertido em razão de atores e circunstâncias que estão em jogo.

Esmiuçando um pouco mais a dinâmica coatora da violência de gênero nas comunidades, é válido repisar que essa suposta proteção não se estendia a todas as mulheres. Por serem a voz e a mão da autoridade local, os bandidos definiam a “forma de violência permitida e quem pode(ria) aplicá-la” (LEEDS, 1998). Não surpreende, por exemplo, o fato dos traficantes se arrogarem o direito de dispor de “suas mulheres”¹³ como melhor lhes prover, sendo as mesmas severamente castigadas quando rompem com o comportamento

¹² O imediatismo das sentenças proferidas pela justiça do tráfico é próprio de um sistema que não se pauta por princípios como o contraditório, a ampla defesa, isonomia e igualdade. Certo transcurso de tempo na prestação jurisdicional do Estado decorre, portanto, do devido cumprimento do regime processual, cuja estrutura busca prover às partes igualdade de condições para se manifestar durante todo o curso da ação. O excesso de tempo empenhado para responder aos conflitos, contudo, é apontado como fator produtor de injustiça, na medida em que instaura a sensação de impunidade e possibilita a violação de direitos.

¹³ Os funks enunciam a existências de várias mulheres para um só homem, sendo as mesmas classificadas pelo papel que desempenham na vida dos mesmos. Tem-se a figura da “fiel” que representa a companheira do lar, a amante e a substituta, uma terceira opção de companhia acionada para enlace sexual.

considerado adequado por seu parceiro ou pela comunidade (ZALUAR, 1993). Às mulheres de bandido, por exemplo, não é permitida a traição, nem mesmo a mera suspeita. Não basta ser fiel, é imperativo aparentar fidelidade.

Não se deve ignorar, neste ponto, o importante papel que a fofoca (gossip) desempenha. Considerado “um sistema informal de controle social” (HEILBORN, 1984), o gossip também constitui traço diacrítico das favelas, na medida em que estas abrigam uma dinâmica comunitária regida pela pessoalidade e pelo controle exercido por meio da intromissão na “vida” alheia. Dessa forma, atribui-se à categoria “vida” valor equiparado à privacidade e aos assuntos particulares (HEILBORN, 1984), sobretudo, os de cunho amoroso e sexual.

De maneira similar ao que Heilborn (1984) observou em etnografia realizada em Ricardo de Albuquerque, o comportamento feminino parece ser um dos temas preferenciais da fofoca. No contexto social das favelas, tão permeado pela violência, as fofocas e especulações constituem elemento complicador que, combinado com a assimetria de gênero, podem acarretar castigos e, eventualmente, resultar em morte. Interessa notar a coexistência entre fofocas intensas e a lei do silêncio imputada pelo tráfico, ainda que aparentemente esta última se oriente para questões de (in)segurança enquanto o alvo preferencial da primeira são assuntos pertinentes a vida amorosa e pessoal dos outros. Essa didática classificação de assuntos se dilui nas imbricações do dia a dia, no qual o tráfico atua com ameaças e violências em questões interpessoais e as relações amorosas transcendem as fronteiras entre os que pertencem ou não ao crime.

A dupla moral sexual que postula comportamentos diferenciados e apregoa critérios díspares para julgar moralmente cada gênero, exige dos homens, principalmente, dos integrantes do “movimento” a permanente afirmação do ethos guerreiro, enquanto impõe as mulheres recato e decoro (ZALUAR, 2004). O entendimento de que a traição feminina é uma conduta que autoriza e merece punição é corrente nas conversas e casos narrados, conforme relato colhido no Complexo do Alemão: “... às vezes, a pessoa chegava lá no Gordão (Tota, chefe do morro), eu vou pegar lá minha mulher porque ela me traiu. Ele falava então tu vai lá pega ela e pode fazer o que tu quiser: arrebentar, matar, o que tu quiser.” Ainda que não unânime, a perspectiva de que a infidelidade feminina legitima e justifica represálias restava evidenciada no uso de expressões como, “ela pediu”, “quem mandou” ou ponderações como “ela procurou” ou “mas ela também”.

Ilustrando a projeção da dominação sobre o território e sua população nas relações de gênero travadas na favela, segue um trecho do funk do M.C. Martinho¹⁴, intitulado e dirigido às “novinhas”¹⁵:

...Eu vim te falar do meu proceder
 Descubra você todo meu sentimento
 Mas se debocha vo logo avisar
 Que duas pistola é meu fundamento
 É melhor não falta com respeito
 Suja o meu nome perante a favela
 Que eu te deixo esticada no chão
 Do tiro na sua mão e quebro suas pernas
 Eu vo ti levar pro microondas mais antes eu rasgo
 Seu corpo na bala
 Pra família te reconhecer,
 só mesmo no exame da arcada dentária.

A frágil declaração de sentimentos corre sério risco de nem ser sequer ouvida, tendo em vista a ameaça contundente que a sucede. Nessa ode à violência, desperta atenção a promessa de atos de tortura para vingar a perda do respeito. O eu lírico da música detém a vida da “novinha”, que para mantê-la deve honrar seu homem, sem a ele se opor, o que também implica estar disponível. Há uma longa tradição na literatura antropológica que reflete como as características da família e dos “papéis de gênero”, a partir dão chamado “complexo cultural mediterrâneo no qual a polaridade honra e vergionha são constitutivas da masculinidade e da feminilidade. A honra masculina depende precipuamente da conduta dos parentes e afins femininos (PERISTIANY, 1976; HEILBORN; 1991). O “deboche”, entendido como a recusa sexual ou a ausência de exclusividade ao homem, conduz, com certa frequência, as mulheres da favela à morte, mesmo após o término da relação ou do abandono (ZALUAR, 2004). Poderoso, o eu lírico determina mais do que os passos da garota pela vida (ou pela comunidade), ele concede ou susta o próprio direito à vida. Os pares de oposição: amar x odiar, proteger x expor a risco, são reduzidos exemplos das ambiguidades e oscilação que demarcam a relação entre bandidos e as mulheres com quem se relacionam.

A socialização de meninos e jovens na cultura do tráfico, finda por impingir-lhes o ideal de uma masculinidade hegemônica, que vincula virilidade à violência e enaltece o vigor físico, a potência sexual, a coragem e a capacidade de exercer poder sobre os demais (CECCHETTO, 2004; ZALUAR, 2004). As áreas da saúde e da sexualidade são ricas em exemplos sobre os efeitos que a construção dessa identidade de gênero pode dar causa.

¹⁴ Novinha, M.C. Martinho, 2009.

¹⁵ O uso da categoria “novinhas” no funk não está condicionado a idade da menina, sendo utilizado para as meninas bonitas, não necessariamente novinhas em idade.

O significado que o uso da camisinha assume para os jovens que enveredam pela marginalidade ilustra bem a questão. O sexo seguro, calcado no uso do preservativo, se contrapõe a lógica do enfrentamento do perigo que alimenta a condição de varão. A tônica da vida curta para os homens do crime (CECCHETTO, 2004; ZALUAR, 2004) reorganiza a classificação valorativa de suas experiências e converte a exposição ao risco em desafio capaz de reafirmar os atributos do *ethos* guerreiro. Desta forma, não é a carência de informação que determina o não uso da proteção, mas a combinação entre: a) enfrentamento voluntário do perigo no campo sexual; b) a idéia de natureza sexual irrefreável do macho; c) a opção por uma vida de alta intensidade (muitas parceiras) e curta duração; bem como d) o poder de impor uma decisão unilateral.

Outro reflexo do reordenamento simbólico que se depreende da perspectiva de morte precoce é o destemor frente à Aids quando comparado às demais doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). O medo da morte que tradicionalmente a Aids costuma despertar, não se verifica como um problema para os jovens do tráfico, que convivem com uma baixa expectativa de vida. Deste modo, a ausência de vestígios da doença combinado ao seu prolongado período de incubação, dissipa a preocupação desses indivíduos, que receiam e se ressentem muito mais das DSTs que grafam no corpo seus sinais, como a sífilis e a gonorreia (MEIRELLES; RUZANY, 2009). O impacto da letalidade em longo prazo é dissolvido na certeza de uma existência abreviada e perde seu potencial de intimidação, invertendo a hierarquia entre o fatal e o incômodo.

Emolduradas pelas circunstâncias próprias do conflito armado urbano, as assimetrias de gênero adquirem contornos particulares, emergindo no contexto da saúde como agravamento das vulnerabilidades das condições femininas. O poderio bélico e a masculinidade hegemônica reduzem a margem de negociação das mulheres nas relações afetivas e sexuais, tornando-as mais suscetíveis à violência física e sua saúde mais exposta a riscos. Sustenta-se, contudo, que a assimetria de gênero que ganha relevo em áreas de exceção, não foi construída pelo meio marginal, sendo anterior a ele e estando presente de forma difusa e em diferentes graus em toda a sociedade (MEIRELLES; RUZANY, 2009).

1.2 Espaços formais de denúncia da violência de gênero

Afora o contexto das favelas e a violência decorrente dos enfrentamentos travados entre polícia e crime, os estudos de gênero constituem o outro eixo pertinente ao tema a ser investigado por este trabalho. A perspectiva de gênero revigora a cena das ciências sociais na

década de 1970 e promove o descolamento das dimensões biológica e social. Rejeitando o determinismo biológico, compreendido pelo termo sexo, a noção de gênero evidenciou, ao destacar “a construção social do sexo” (SCOTT, 1991), as arbitrariedades culturais em torno das concepções de feminino e masculino. O conceito de gênero destaca a pertinência de pensar relações e não elementos isolados referentes às corporeidades e identidades nos estudos sobre a mulher, o homem, deslocando, dessa forma, o foco da análise, para a interação e a assimetria entre eles. Ao demonstrar que a ‘sujeição’ das mulheres depreende-se de construções sociais sendo, portanto, mutáveis, o gênero desnaturaliza a dominação e se consagra como relevante ferramenta política na luta das mulheres para fazer valer seus direitos (HEILBORN *et al*, 2013).

A transversalidade da perspectiva de gênero aplicada às análises sobre violência despertou o entendimento de que esse fenômeno poderia possuir raízes fincadas para além do terreno das assimetrias de classe (HEILBORN, 1999).

Considerada um problema social¹⁶ (LENOIR, 1998), a violência conjugal transcendeu o universo militante e acadêmico e entrou na agenda pública por força da série de homicídios passionais de mulheres de classe média na década de 1980 (MORAES; SORJ, 2009). Em razão da dificuldade de legitimação dos direitos sexuais e reprodutivos, alicerçados na liberdade individual, somada à repercussão dos crimes da paixão, o grito de “quem ama não mata” ecoou no Brasil, em lugar de “nosso corpo nos pertence”. Em contraste com o ocorrido na França e EUA, onde a violência conjugal é visibilizada a partir da luta em favor da autonomia do corpo feminino, no Brasil, são os casos de assassinatos perpetrados pelos maridos que destacam a violência conjugal como um problema social (MORAES; SORJ, 2009; HEILBORN, 1999).

O assassinato passional de mulheres por seus maridos, nessa época, foi tolerado e justificado, social e juridicamente. Nos tribunais do júri, os advogados forjaram a tese de “legítima defesa da honra” para isentar clientes da punibilidade. A resposta feminista à impunidade concedida por júris aos crimes passionais surgiu com o final do julgamento de Doca Street, que recebeu a pena mínima de dois anos com sursis, pelo assassinato de Ângela Diniz, a quem “matou por amor”, segundo sua defesa. Diante da força dos protestos a

¹⁶ A noção de problema social designa situações que atingem determinado grupo ou categoria específica de pessoas e suscita a busca por explicações e superação da questão. Uma situação que em dado momento é identificada como problema social, em regra, pré existia a tal elaboração.

promotoria recorreu da sentença, alcançando, dois anos mais tarde, mediante novo julgamento, a condenação do acusado em 15 anos de prisão.

Além da emblemática reversão do resultado do julgamento de Doca, a implantação pioneira de núcleos voluntários de atendimento às vítimas de violência pelo país simbolizou mais uma conquista política. Não obstante as particularidades locais que permearam suas formações, o ideal almejado pelos SOS-Mulher consistia em estabelecer entre as mulheres um vínculo de solidariedade e cumplicidade, o qual permitiria amenizar o sentimento de solidão individual. A sensibilização das mulheres exteriores às fronteiras do feminismo e a promoção da consciência sobre autonomia, a partir dos problemas por elas experimentados no cotidiano, também faziam parte das aspirações das militantes. Essas estavam convencidas de que a emancipação feminina só se consagraria por meio do compartilhamento das experiências pessoais (SORJ; MONTEIRO, 1985), o que pressupunha, do ponto de vista individual, a quebra de silêncios e impronúncias, possibilitando, numa dimensão mais ampla, a identificação dos pontos em comum entre as situações de cada qual, que decorreriam de uma imposição sociocultural.

Apesar da breve existência¹⁷, os núcleos voluntários deixaram um legado. O grau de politização e a visibilidade por eles conferida à temática da violência contra mulher, combinado com a capilarização do direito, cujo poder de regulação avançou sobre a esfera privada das relações sociais, deu margem ao surgimento das Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs)¹⁸, em 1985. Essa instituição especializada é a expressão e a aposta de que “a universalidade de direitos só pode ser conquistada se a luta pela democratização da sociedade contemplar a particularidade das formas de opressão...” (DEBERT; GREGORI, 2008). Símbolo da materialização institucional dos anseios por igualdade, as DDMs, por constituírem mecanismo de intervenção política no âmbito social em prol da defesa de uma minoria, estão encarregadas de traduzir os interesses das mulheres em direitos. Há uma cilada incrustada na questão do que venha a ser “os interesses das mulheres”, pois nem as mulheres constituem um grupo homogêneo, nem seus interesses são uníssonos. A baixa suscetibilidade para identificação dos múltiplos perfis das vítimas e de seus respectivos interesses incide diretamente sobre a efetivação dos seus direitos (BRANDÃO, 2006).

A criação das DDMs veio ao encontro das pretensões ativistas de criminalizar a violência e seu perpetrador. Contudo o que se constatou na prática foi a atribuição, por parte

¹⁷ A falta de reformulação exigida pelas dificuldades que se impunham, abreviaram a vida dos SOS-Mulher, que não conseguiram ultrapassar três anos, 1980-1983. (GROSSI, 1994)

¹⁸ Também conhecidas por Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMs.

das mulheres, de função alternativa ao exercício policial, que não é acionado para criminalizar o companheiro violento, mas para ampliar os espaços e as margens de negociação do pacto conjugal. Ademais desse alargamento mediado por uma autoridade, o que por si só já delimita as circunstâncias e intensidades da negociação, muitas vezes o recurso utilizado é a tentativa de intimidação do agressor por meio de repreendas verbais para evitar a continuidade dos atos violentos (MORAES; SORJ, 2009). A prisão do agressor não é vislumbrada como objetivo nem mesmo para a maioria das mulheres que recorrem à delegacia seguras em denunciar as violações.

Em outros momentos, à polícia é impingida a atividade de escuta terapêutica, igualmente inadequada à sua função institucional. Grossi (1994) acredita que esse sentido assistencialista conferido às delegacias pode ter sido corroborado pela composição do quadro profissional do atendimento, do qual fazem parte os assistentes sociais (BRANDÃO, 2006).

Alguns estudos (BRANDÃO, 2006; MORAES; SORJ, 2009) apontam que as mulheres buscam na delegacia a reorganização da ordem familiar que se rompeu em razão dos exageros do parceiro (no consumo de drogas, de álcool ou mesmo na intensidade da agressão), do seu não comprometimento com as responsabilidades de provedor, do seu envolvimento com outras mulheres, divergência quanto a criação dos filhos... Apesar de conduzir muitas vezes à delegacia, a quebra masculina das convenções conjugais não é determinante para o registro da violência, que desperta, em muitas mulheres, a sensação de descumprimento de sua parte do pacto nupcial, ainda que reconheçam o débito do marido (BRANDÃO, 2006). A restauração da ordem familiar garante sentido não apenas a relação do casal, mas a existência social daquela mulher.

O resultado das pesquisas realizadas nos SOS-Mulher (GREGORI, 1993; GROSSI, 1994; SORJ; MONTERO, 1985) converge para o que vem sendo encontrado nos estudos sobre a utilização do recurso policial. Em nenhum dos casos, a mulher pretende reformular radicalmente sua vida, conforme acreditavam as feministas. Por não identificarem a violência como o mal a ser tratado, essas mulheres não concebem a separação ou a prisão como o remédio ou cura. O impasse entre os valores universalistas norteadores das ferramentas policiais e os valores da ordem familiar, regida por hierarquia e submissão feminina (GROSSI, 1994; BRANDÃO, 2006), se instala e evidencia o descompasso semântico entre o que as ativistas e as vítimas de violência entendem por interesse e admitem como solução.

Gregori (1993) lê na relação que as mulheres vitimadas estabelecem com as delegacias, uma apropriação dos recursos públicos disponíveis para a satisfação dos próprios interesses. Nessa ótica não se pode minimizar a importância das delegacias especiais,

principalmente, para as mulheres das classes menos abastadas que a reconhecem como poderoso instrumento capaz de conter os conflitos familiares e de validação de seus interesses.

Nesse ínterim, a reflexão a respeito da naturalização da categoria violência se faz obrigatória. Estudos qualitativos produzidos na interseção entre gênero e violência apontam que a violência pode assumir inúmeros significados para as mulheres, podendo, portanto, o mesmo ato ser lido como agressão ou não. Em outro estudo, Fonseca *apud* Grossi (1994), relata ainda, que as mulheres de classes populares do sul do país, imprimem à violência conjugal valor diminuto frente às benesses que a presença masculina provedora proporciona, do ponto de vista material e social naquela coletividade, na qual a circulação de homens é demasiada.

No domínio legal, as críticas às dificuldades de conversão dos relatos em queixas e estas em processo, produziram reformulações no sistema. Com o intento de ampliar o acesso à justiça e promover a celeridade na prestação jurisdicional, sobreveio em 1995 a lei 9.099, que regulamentou procedimentos mais simples referentes aos processos criminais das contravenções e infrações de menor potencial ofensivo, como ameaça e lesão corporal, parte expressiva do atendimento das DDMs. Regidos, dentre outros, pelos princípios da celeridade, economia processual e informalidade, os juizados especiais criminais (Jecrims), instituídos por esta lei, provocaram intensas alterações na dinâmica procedimental das delegacias especializadas, que passaram a produzir o ‘termo circunstanciado’ em lugar do ‘boletim de ocorrência’, sendo o inquérito policial dispensado.

Por privilegiar a conciliação, nos atendimentos preliminares, muitas vezes as mulheres acabavam sendo pressionadas a não representarem contra seus agressores. Outro problema decorreu do fato de que ao abraçar a informalidade e impor pena não privativa de liberdade, os Jecrims findaram por invisibilizar e banalizar os delitos, na avaliação das feministas. Por outro lado, se o que as mulheres buscavam nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) era uma mescla de mediação e repreensão simbólica, os juizados acabaram por convergir, de certa forma, com as expectativas dessas mulheres (MORAES; SORJ, 2009).

Somado a tudo isso, ficou evidente a ausência de um trabalho de sensibilização no quadro de juízes dos Jecrims, que entendiam que o problema das agressões e ameaças conjugais era uma questão doméstica, menos lesiva e não criminosa, que deveria ser encaminhada à orientação de psicólogas e assistentes sociais, ou mesmo, ser resolvida no âmbito privado.

No cenário internacional, as Convenções¹⁹ se avolumavam e impeliam as Nações à elaboração e ao aprimoramento dos instrumentos legislativos de proteção à integridade das mulheres. Fruto da confluência de pressões políticas externas, lutas feministas e da condenação do Brasil pela Organização dos Estados Americanos (OEA)²⁰, a Lei Maria da Penha (LMP), 11.340/06, foi responsável por reparar o descompasso legislativo existente entre o entendimento herdado da Convenção de Belém do Pará (1994) de que a violência contra mulher constitui atentado aos direitos humanos, e a Lei 9.099/95, que considerava tais atos como infrações de menor potencial ofensivo (BARSTED, 2012).

A lei 11.340/06 também promoveu o resgate da violência doméstica que, após ter sido tornada pública pelas DDMs, estava novamente relegada à esfera privada pelos juizados. Outro mérito dessa lei foi trazer a mulher para o centro das discussões de violência doméstica e familiar, empoderando sua figura enquanto detentora de direitos e merecedora de proteção. Dentre as inovações da lei, tem destaque a previsão de criação dos Juizados de violência doméstica e familiar, as medidas protetivas e o fortalecimento da rede de apoio a mulher em situação de violência. (BARSTED, 2012). Mesmo diante dessa nova propositura jurídica, algumas lacunas ainda estão por ser preenchidas. Os crimes que não ocorrem no ambiente doméstico e/ou familiar, como assédio sexual, não foram contemplados.

Segundo as conclusões do relatório “El progreso de las Mujeres em el Mundo: em busca de la justicia – 2011-2012”, produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU) a respeito dos avanços nas legislações nacionais para o enfrentamento da violência contra mulher, a lei brasileira figura dentre as três melhores do mundo, atrás apenas das leis espanhola e chilena.²¹ A receptividade internacional, contudo, não reverberou no âmbito nacional, no qual este instrumento legal provocou vigorosas reações, sendo muitas vezes questionado sobre sua constitucionalidade. A controvérsia foi encerrada no início do ano de 2013 por decisão unânime do Supremo Tribunal Federal²², que declarou constitucionais os dispositivos 1º, 33 e 41 da lei (Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC, nº 19).

No mês em que completou 7 anos de vigência, a Lei Maria da Penha foi brindada com a confirmação de sua popularidade pela pesquisa de opinião realizada pelo Data Popular e

¹⁹ Para saber mais sobre as convenções vide o trabalho de Leila Barsted.

²⁰ Por meio de uma ação coletiva proposta pela vítima com o apoio do Centro pela Justiça e Direito Internacional (CEJIL) e do Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLA-DEM), o Estado brasileiro foi denunciado à OEA por omissão frente à possibilidade de prescrição de duas tentativas de homicídio executadas contra Maria da Penha Fernandes por seu ex-marido. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. Cartilha Lei Maria da Penha e Direitos da Mulher

²¹ O relatório “El progreso de las Mujeres em el Mundo: em busca de la justicia – 2011-2012” produzido pela ONU, encontra-se disponível em: <http://progress.unwomen.org/?lang=es/>

²² <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=199817>

Instituto Patrícia Galvão ²³. Segundo o levantamento, apenas 2% da população nunca ouviu falar da lei, que na opinião de 86% dos entrevistados, obteve o aumento das denúncias dos casos de violência doméstica com sua promulgação.

Num país pródigo na produção de leis que permanecem desconhecidas por larga parcela da população, o sucesso da divulgação desta lei é, por si só, motivo de celebração, ainda que ouvir falar e conhecer sejam situações distintas. A M.C. Carol e Parafuso corroboram este ponto com a letra do funk “Vou largar de barriga”²⁴. Mediante o temor de Parafuso a respeito do comportamento da parceira de morar na casa dele e comer de sua comida caso engravide, em tom de ameaça, ele anuncia: “vou largar de barriga”. Ao que M.C. Carol responde:

Te meto atrás das grades, eu destruo sua vida
 Se largar de barriga, se largar de barriga
 Eu vou na Maria da Penha, vou no batalhão
 Não adianta tú fugir, tú vai pagar pensão
 Tú vai ter que trabalhar no pac noite e dia
 Se largar de barriga, se largar de barriga.

Embora fora do contexto próprio de suas atribuições, a lei é referida na música como instrumento de poder feminino frente às ameaças do parceiro sexual, que pretende deixar a companheira grávida, “com as pernas esculhaçadas” e a genitália prejudicada. Múltiplas gestações e posterior abandono com o corpo “acabado e cheia de filhos”, é na percepção de uma das participantes da oficina realizada no Chapéu/Babi, uma forma de violência contra mulher e que caminha no mesmo sentido da promessa/ameaça cantada por M.C. Parafuso no funk.

Avanços à parte, muitos são os desafios que se impõem para que o Brasil seja removido da cabeceira da lista de países²⁵ que apresentam maiores índices de feminicídio. Recente estudo do Instituto de Pesquisa Estatística Aplicada (IPEA)²⁶ evidencia que a lei Maria da Penha não produziu impacto significativo na redução das taxas de homicídios. Embora um tênue retrocesso tenha sido observado em 2007, nos anos seguintes os indicadores de mortalidade feminina por violência se equipararam aos números de antes de sua vigência.

Não obstante a amplitude e profundidade dos debates acerca das conquistas e limites desta lei serem muito mais amplos do que o apresentado aqui, vale frisar que este trabalho se

²³ Pesquisa realizada com 1.501 pessoas, entre homens e mulheres, maiores de 18 anos, residentes nas 5 regiões do país. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/para-70-da-populacao-a-mulher-sofre-mais->

²⁴ Vou largar de barriga, M.C. Parafuso e M.C. Carol, 2011.

²⁵ Atualmente, o Brasil ocupa o 7º lugar, entre 84 países, com relação às taxas de mortalidade feminina. Mapa da Violência 2012. Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_mulheres.php

²⁶ Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/porta/index.php?option=com_content&view=article&id=19873

debruça sobre a violência de gênero que ocorre em territórios de conflito armado, nos quais a intervenção do Estado restringe-se, no mais das vezes, em combater o crime organizado. As particularidades da favela imprimem à habitual violência contra a mulher, traços diacríticos que, a um só tempo, obliteram as formas legais de enfrentamento e criam alternativas singulares para a questão. O projeto das UPPs propõe a reconfiguração dos poderes, das figuras de autoridades e das regras que regem esse espaço, desobstruindo, ao menos em tese, antigos entraves ao acesso à justiça e ao Estado. Compreender e revelar os caminhos que as tentativas de interrupção da violência de gênero vêm sendo adotadas em algumas favelas pacificadas constitui objetivo deste estudo.

2 LIMITES, AVANÇOS E DESAFIOS DAS UNIDADES DE POLÍCIA DE PACIFICAÇÃO

Como já mencionado, a fase de integração do Rio de Janeiro às agendas esportivas internacionais consagra um esforço evidente de resgate da clássica imagem virtuosa da cidade. Buscar essa meta significa exorcizar o passado recente de um Rio sem glória, marcado pela perda histórica do posto de capital do país e o declínio econômico que se instalou a partir de 1980. A mácula deixada pelo crescimento exponencial da violência do pós década de 1980 e os sucessivos episódios de desmando promovidos por bandos armados desde então, ocasionaram a perda progressiva de investimentos. No setor industrial, tais eventos, repeliram a chegada de novas indústrias e induziram o deslocamento de muitas existentes para outros pólos, contribuindo para o esvaziamento econômico da cidade. Nas agências de viagens internacionais, a visita à cidade maravilhosa passou a assumir tom de aventura e o setor de turismo, muito sensível à propaganda negativa que a violência traduz, apresentou queda de reservas e cancelamento de viagens.

Entrave a essa pretensão de revitalizar o Rio, a violência e as favelas, tradicionalmente vistas como reduto do crime, são lançadas ao centro das discussões e das ações políticas. Os grandes eventos parecem propiciar a oportunidade ideal para compor a imagem do Rio com novas cores, tanto na comunidade internacional como dentro das fronteiras nacionais. Suspeita-se que tenha sido esta a motivação que encorajou o governo carioca a rever seu modelo de segurança e apostar em novas propostas. Essa hipótese se fundamenta, entre outros fatores, pela escolha de implantar UPPs em comunidades localizadas na rota turística e pelo marco temporal. O lançamento das Unidades de Polícia de Pacificação, cuja inauguração no Morro Santa Marta data de dezembro de 2008, é posterior a divulgação sobre o país que realizaria a Copa de 2014, ocorrido em abril de 2007. De toda sorte, esse condicionante não está explícito nos discursos oficiais.

Em lugar das habituais ambições pertinentes às políticas de segurança, construídas sobre o ideal de extinção do tráfico de drogas, as UPPs, com objetivos mais realistas, almejam a retomada dos territórios subjugados às facções criminosas e priorizam o controle das armas, largamente empregadas nestas áreas. Ao abandonar a tradicional cruzada contra o comércio de entorpecentes, considerada, por muitos, como uma guerra perdida (LEMGRUBER, 2001), o novo modelo de policiamento consegue evitar a deslegitimação sofrida, por exemplo, pelo Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), decorrente de sua incapacidade de

acabar com o tráfico (WORLD BANK, 2012). Outro efeito provocado por esta guinada foi o deslocamento do discurso ancorado na “metáfora da guerra” (LEITE, 2012) que, há tanto orientava as ações políticas e táticas, no campo da segurança, migrou para a busca da restauração da paz. Ainda que guerra e paz sejam dois lados da mesma moeda (SILVA, 2010), essa mudança na rota de navegação sugere a tentativa de conduzir as inovações em segurança por uma via que oportuniza sua desmilitarização (CANO, 2012).

Em entrevista concedida aos pesquisadores do Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP) em 2010, Luiz Eduardo Soares contestou o ineditismo da proposta da polícia de pacificação: “A UPP se inscreve num esforço que não é novo, também tem história, de mudança da chave de abordagem dessa questão”²⁷. De fato, empenhos anteriores foram despendidos na tentativa de que a segurança se construísse sobre modelos dispostos a abdicar da lógica militar de combate mirada nos criminosos e passasse a privilegiar a persecução de direitos dos demais moradores das favelas. Projetos como o Mutirão pela Paz, idealizado pelo próprio sociólogo, no período que ocupou o posto de Secretário de Segurança do Estado, no decurso do governo de Anthony Garotinho, comprovam sua colocação. Nas palavras de Soares (2000), “o Mutirão associava polícia nas favelas à paz, não à guerra, e ligava paz a investimentos sociais, não apenas à presença policial”. A ausência de apoio político foi determinante para minar o projeto em 10 meses, sem que o mesmo conseguisse se consolidar ou se expandir para outras comunidades além da do Pereirão, em Laranjeiras, onde se iniciou.

Assim como o Mutirão pela Paz, o já mencionado GPAE merece ser revisitado, por constituir lastro histórico que situa uma série de propostas que se perpetuaram no desenho das UPPs. A prevenção da violência a partir da resolução de conflitos foi uma adaptação do modelo instaurado na cidade de Boston. Inaugurado em 2000, nas favelas cariocas do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, as diretrizes desse projeto, que preconizavam a intolerância à: presença de armas, participação de crianças em atividades criminosas e corrupção policial, coincidem com algumas das aspirações das UPPs. No modelo em andamento, o claro interesse em criar um novo universo simbólico para as crianças é viabilizado por meio do desenvolvimento de projetos esportivos e culturais, enquanto a estratégia para contornar os desvios de conduta foi antecipada para o momento da seleção dos profissionais. Diferente do modelo atual, o GPAE não recebeu o suporte político, privado ou institucional, constituindo-se “iniciativa de um segmento minoritário da PMERJ” (RODRIGUES; SIQUEIRA, 2012).

²⁷ As políticas públicas de segurança e de urbanização das favelas do Rio de Janeiro e a atenção dada às crianças pequenas http://www.cecip.org.br/images/cecip_crianca_pequena_em_foco.pdf

Agrega-se a isso, a expansão precoce do projeto, sem sua devida maturação e consolidação nos locais em que operava, cumpriram papel essencial para sua derrocada.

Muito embora, esses projetos representem tentativas frustradas de afastar a ideologia de guerra das políticas de segurança do estado fluminense, eles se incumbiram de sinalizar importante inflexão em uma rota, que há tanto vinha sendo trilhada em uma só direção. Se por um lado, o fracasso desses sucessivos modelos evidenciam as dificuldades de sustentar politicamente uma perspectiva mais humanitária, por outro, a persistência desse paradigma demonstra já não ser possível seguir elaborando propostas que não o contemplem. Sendo assim, o que se verifica é a convivência, face a face, dos padrões ideológicos de paz e de guerra na condução das ações em segurança, ainda que em cada momento ocorra a prevalência de um deles. Se em outros tempos, como lembra José Mariano Beltrame, secretário de segurança (desde 2007), não havia pudor em condecorar a violência policial, hoje, busca-se sua contenção:

Nós tivemos um secretário que pagava gratificação pra quem apresentasse mais auto de resistência, se tem um policial aqui, que não me deixe mentir sozinho. Vocês acham que isso não está no DNA das tropas? E aí, vamos botar a cabeça debaixo da mesa, dizer que nada tem solução e bola pra frente? Então, se se pagava gratificação pra quem mais tinha auto de resistência, hoje se paga gratificação pra quem tem menos auto de resistência. Não adianta só diminuir homicídio, tem que diminuir auto de resistência. E hoje estamos fechando dois anos da queda desses índices. (UPPs, um novo modelo de segurança pública?, 2011, FGV)

Outra consequência da inversão introduzida na retórica governamental se observa na escolha por uma ocupação permanente, que aponta mudanças na operacionalidade empreendida nestas áreas de exceção, palco de pontuais incursões policiais, assinaladas por atitudes truculentas e violação de direitos dos moradores. Segundo o discurso oficial, a alternativa de anunciar a data em que a manobra militar de retomada territorial é levada a cabo visa, inclusive, resguardar a população de danos que possíveis confrontos com grupos criminosos possam ocasionar. Se por uma via, esta postura indicou a adoção de conduta de salvaguarda mais criteriosa a respeito da integridade dos civis, por outra, também demonstra o cuidado com os profissionais da linha de frente, como explicou Beltrame no seminário acima mencionado²⁸:

Eu não posso colocar uma UPP ou um policiamento dentro de uma área conflagrada, porque o policial pra fazer essa troca (interação com a comunidade) ele precisa minimamente ter alguma segurança para que ele possa fazer isso. Eu não posso pegar uma área conflagrada e

²⁸ Seminário ocorrido em setembro de 2011, organizado pela Fundação Getúlio Vargas, intitulado: “UPP, um novo modelo de segurança pública?”.

jogar ali grupos de policiais porque não vai funcionar... primeiro precisa-se criar uma ambiência mínima. (UPPs, um novo modelo de segurança pública?, 2011, FGV)

A articulação com políticas sociais, já previstas em projetos anteriores, como o Mutirão pela Paz, visa extrapolar os limites do tradicional enfrentamento militarizado da violência. Há o envolvimento direto de policiais no desenvolvimento de projetos sociais como atividades físicas e culturais, prioritariamente, para crianças, jovens e idosos. Esses profissionais também promovem a articulação e interlocução com demais órgãos do governo e prestadores de serviço público. Contudo, o empenho de policiais nessas atividades que extrapolem sua competência, circunscrita à preservação da ordem pública e ao policiamento ostensivo, dividem opiniões entre críticos e os moradores dos morros. Enquanto alguns ponderam sobre a ingerência policial e percebem tais iniciativas como desvio das atividades fim da instituição, outros expõem a satisfação em ver a polícia transcendendo a velha máxima operacional do “tiro, porrada e bomba”.

Outro ponto controverso é o controle da sociabilidade juvenil a partir da proibição dos bailes funk nas favelas ocupadas (RODRIGUES; SIQUEIRA, 2012). O desagrado dos jovens convive com o contentamento de parcela da população com faixa etária mais avançada, religiosos e daqueles avessos às letras e altura dos funks. As tensões surgem ainda no que tange o desempenho da função político-administrativa por parte da polícia (SILVA, 2010; RODRIGUES; SIQUEIRA, 2012).

As críticas dirigidas ao desenho do projeto pontuam a falta de transparência sobre quantas e quais comunidades receberão a UPP e citam a larga utilização de categorias de amplo campo semântico, a inexatidão e oscilação de conceitos, como o que ocorre entre as concepções de polícia comunitária e de proximidade, constante no material de divulgação e no Decreto nº 42.787, que regulamenta as UPPs (RODRIGUES; SIQUEIRA, 2012). Ainda que a CPP não confirme, há uma nítida prevalência, no rol de comunidades que receberam UPPs, daquelas que eram controladas pelo Comando Vermelho. De acordo com o discurso oficial, favelas como Batan, que antes da ocupação da polícia era dominada pela milícia, foram pacificadas por terem apresentado evento violento que ensejou resposta estatal, o que no jargão do projeto é referido como “furou a fila”.

A repercussão nacional e internacional alcançada pelas UPPs, com destaque para a colaboração dos meios de comunicação, deve-se, antes de tudo, ao sentimento de segurança que sua presença dissemina por toda a cidade (SILVA, 2010). Sem dúvida o papel desempenhado pela mídia, neste contexto, não pode ser subestimado. A primeira unidade

instalada no Morro Santa Marta contou com uma série de reportagens veiculadas pelo Jornal O Globo, pelo período de uma semana, que trazia além do retrado da UPP como uma experiência de sucesso, a estimativa de custos e resultados que seriam alcançados com a extensão do projeto às demais favelas cariocas. Empreendendo uma campanha pró-UPP, a imprensa angariou não só a confiança da opinião pública como o apoio de organizações da sociedade civil (WORLD BANK, 2012).

Corroboraram, igualmente, para a propaganda das UPPs a diminuição da arbitrariedade policial e a obtenção de bons resultados apurados por índices que, segundo Silva (2010), gozam de razoável confiabilidade. Ao lado dos dados positivos divulgados pelas primeiras avaliações sobre o programa, a imagem de uma nova polícia vem sendo trabalhada por meio de investimentos na formação dos policiais, tanto no que tange aos aspectos pragmáticos, quanto ao universo simbólico, conforme atestou Beltrame: “Tá se mexendo em todas as grades curriculares, conteúdos programáticos, até os cantos da PM vamos ter que mexer – as músicas, eu digo os cantos que é uma coisa meio gaúcha; os hinos, os cânticos” (FGV, 2011). Com efeito, longe de se restringir ao adestramento curricular, a fabricação de um profissional tem sua condição *sine qua non* alicerçada na interiorização de um novo horizonte simbólico, da incorporação gradual das técnicas e do prisma a partir do qual será filtrada uma visão particular de mundo, própria daquele segmento, findando por operar uma conversão identitária (CUNHA, 2004). Os valores e concepções presentes, por exemplo, nos versos entoados pelos soldados do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), durante a prática de exercícios pelas ruas de Laranjeiras: “É o BOPE preparando a incursão / E na incursão / Não tem negociação / O tiro é na cabeça / E o agressor no chão. / E volta pro quartel / pra comemoração”²⁹, revelam que a metáfora da guerra, longe de ter sido superada, convive com a tentativa de instaurar uma lógica diferente. Beltrame parece estar consciente de que é necessário promover uma ressignificação na cosmologia policial-militar; alterar seus cânticos constitui tarefa essencial para pavimentar o caminho rumo a uma polícia mais cidadã, sobretudo no que concerne o grupamento destacado para atuar nas UPPs.

Buscando desfazer a má fama institucional referente à corrupção, o projeto prevê a oxigenação do efetivo, a partir de componentes jovens incorporados que, sensibilizados e treinados dentro dos preceitos constitucionais e de direitos humanos, seriam capazes de se diferenciar da ‘velha guarda’, famosa pelos desvios e vícios no exercício da profissão. Nota-se que o expandir do contingente feminino e a valorização das policiais ‘fem.’ (como são

²⁹ Tropa do BOPE canta grito de guerra que faz apologia à violência.
<http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2013/05/tropa-do-bope-canta-grito-de-guerra-que-faz-apologia-violencia.html>.
 Acesso em 30 de maio de 2013.

chamadas) em campo nas comunidades, por um lado, e a preocupação em destacá-las para serviços de abordagem e revista de mulheres, por outro, denota o esforço de renovação no que tange às questões de gênero da instituição. A expressão alcançada pela Major Priscila, que comandou a primeira UPP, também reforça essa assertiva. A formação superior em carreiras sociais de um percentual cada vez maior de policiais e o surgimento de uma classe de policiais academicamente capacitada, por sua vez, é coroada na mídia com a figura emblemática de um ex-agente do BOPE como especialista em segurança pública, que analisa situações cotidianas e avalia ações policiais (WORLD BANK, 2012; SOARES *et al*, 2012; MUSUMECI *et al*, 2013).

O intento de construção de uma nova representação acerca dos policiais militares que compõem a UPP se viu fortemente abalada com o episódio do desaparecimento do auxiliar de pedreiro, residente da Rocinha. Após ser apontado por uma informante da área como detentor da chave do paiol de armas e drogas dos traficantes locais, Amarildo foi levado para prestar esclarecimentos na sede da UPP, no dia 14 de julho de 2013. Depois dessa data, Boi como também era chamado, nunca mais foi visto. Dias se passaram sem novidades sobre o caso que, sem solução, parecia caminhar para o aumento das estatísticas de desaparecimento de pessoa, com a suspeita de envolvimento de policiais militares. Talvez o desfecho da história fosse realmente este, se o país não estivesse atravessando por um momento de efervescência política com a manifestação de multidões nas ruas, clamando por melhorias nos campos da saúde, educação e transporte, e protestando contra o preço das passagens de ônibus, altos impostos e os gastos públicos exorbitantes em obras de infraestrutura para a Copa e para as Olimpíadas.

Convocadas por meio das redes sociais, as manifestações mobilizaram também a população das favelas cariocas, que desceram às ruas demandando direitos. Dentre os participantes da manifestação pacífica da Rocinha, que chegou a fechar a autoestrada Lagoa-Barra, estava a família de Amarildo, que exigia informações de seu paradeiro. A pergunta: “Onde está Amarildo?” se multiplicou nas redes sociais, tomando um vulto inesperado. A força da campanha empreendida foi de tal monta que não pode ser ignorada pelo poder público e findou por impor novo rumo ao caso.

Durante as investigações realizadas pelo Grupo de Atenção Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público foram constatadas inúmeras irregularidades nos procedimentos adotados pelos policiais envolvidos diretamente no caso. A opção por encaminhar Amarildo ao posto policial da comunidade para averiguações foi só a primeira de muitas. As câmeras externas da UPP desligadas naquele período e,

posteriormente, a ausência de registro da rota no GPS da viatura utilizada para tirar Amarildo da Rocinha, acirraram a suspeita de tentativa de ocultação dos fatos. Cientes do grampo telefônico em seus aparelhos, policiais da UPP forjaram uma conversa na qual um traficante local, Catatau,³⁰ sugeria ter sido o autor da morte do auxiliar de pedreiro. Na medida em que as investigações avançaram as contradições nas declarações dos policiais aumentaram e testemunhas mudaram seus depoimentos, alegando que as afirmações de envolvimento de Amarildo com traficantes tinham sido feitas sob ameaça dos oficiais da Unidade de Polícia.

Ao todo, 25 policiais foram denunciados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) por tortura seguida de morte. Destes, 17, responderão por ocultação de cadáver, 13 por formação de quadrilha e quatro por fraude processual, incluídos neste rol o comandante, Major Edson Raimundo dos Santos, e o subcomandante tenente Luiz Felipe de Medeiros.³¹ Mesmo depois de o crime haver sido desvendado, o corpo do auxiliar de pedreiro não foi encontrado e ainda é reclamado pela família.

As circunstâncias que redundaram no homicídio de Amarildo deram margem a uma revisão sobre abordagem policial, inclusive reduzida a termo, em uma cartilha distribuída aos policiais. Representando a instituição da qual faz parte, o Coronel Frederico Caldas, responsável pelo projeto de pacificação desculpou-se publicamente com a família do desaparecido. Não obstante o indiciamento dos envolvidos, a retratação oficial e as medidas tomadas para o aprimoramento do modelo, a Polícia Militar (PM), que vinha sendo alvo de ferrenhas críticas por sua atuação, muitas vezes desproporcional, na contenção das manifestações populares, não conseguiu evitar mais este labéu em sua reputação, impresso pelos embaraçosos embustes tramados para encobrir o crime ocorrido na Rocinha. Mais do que atentar contra a credibilidade do projeto, o infortúnio de Amarildo suscitou o debate sobre o aumento do número de desaparecidos nas favelas após a instalação das UPPs³².

De acordo com Instituto Segurança Pública (ISP), o conjunto das 18 primeiras comunidades, que engloba desde o Santa Marta até a Mangueira, apresentou o incremento do número de desaparecidos após a instalação das UPPs³³. A avaliação do impacto das unidades de polícia foi apurada a partir do contraste da cifra de desaparecidos referentes ao ano anterior e posterior às inaugurações. Ainda que a notificação de desaparecidos tenha apresentado um

³⁰ <http://oglobo.globo.com/rio/amarildo-foi-torturado-por-pelo-menos-13-policiais-segundo-mp-10436598>

³¹ <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/10/22/pm-afasta-15-policiais-denunciados-pelo-mp-nesta-3-pelo-caso-amarildo.htm>

³² Desaparecimentos em favelas do Rio aumentam após UPP. <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/03/desaparecimentos-aumentaram-em-favelas-do-rio-apos-inicio-das-upps.htm> / Desaparecidos no Rio sobem 29% em dez anos. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/08/1326115-desaparecidos-no-rio-sobem-29-em-dez-anos.shtml>

³³ <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/03/desaparecimentos-aumentaram-em-favelas-do-rio-apos-inicio-das-upps.htm>

salto de 29% ao longo dos últimos dez anos em toda a cidade³⁴, o que aventa a possibilidade de a prática de sumir com pessoas não ser nem exclusiva da polícia, nem estar constricta às favelas, isso não atenua o fato de que as UPPs implicaram a duplicação do número de desaparecidos na Mangueira, mais que quadruplicaram o montante inicial do Borel (2 para 9) e atingiram o ápice na Cidade de Deus, que possui o recorde de 49 desaparecidos. A conjugação dos dados acima com a retração, a quase zero, dos indicadores de mortes violentas, como homicídios dolosos e mortes decorrentes de Autos de Resistência, suscita a hipótese de que a redução dos homicídios se dá pelo aumento dos desaparecimentos.

O reflexo inevitável de todos esses eventos, bem como os debates e pesquisas que os sucederam, implicou a corrosão da imagem da polícia e o enfraquecimento do projeto de pacificação veio a reboque. A falta de traquejo policial (e político) no trato dos manifestantes, a violência desmedida e os excessos injustificáveis empregados contra eles, estarreceram a população civil. Assombrada pelos tiros de borracha a queima roupa e incentivada pelos gritos de ordem dos manifestantes oriundos da periferia, como: “Na favela as balas não são de borracha!”, segmentos da opinião pública começou a se questionar e ressignificar a atuação da PM, que vinha conquistando apoio com relação ao projeto das UPPs. A desmilitarização da PM tornou-se tema obrigatório na pauta dos debates e nas rodas de conversa.



É provável que a rotina extenuante dos policiais em plantão nos protestos, por um lado, e o descrédito debitado dos excessos com os manifestantes e no caso Amarildo, por outro, tenha esmorecido o projeto, que passou a ser alvo cada vez mais constante de ataques

³⁴Desaparecidos no Rio sobem 29% em dez anos <http://oab-rj.jusbrasil.com.br/noticias/100650681/desaparecidos-no-rio-sobem-29-em-10-anos>

criminosos. Um levantamento³⁵ realizado por meio de um clipping de notícias divulgado na imprensa sobre o assunto, destacou maior incidência de fogo-cruzado nas comunidades da Rocinha e Complexo do Alemão, tendo sido atacadas 22 vezes desde a instalação da UPP em 2012.

Um dos principais benefícios citados pelos moradores de diversas localidades, a suspensão dos tiroteios, voltou a integrar a rotina de algumas comunidades como Rocinha e Complexo do Alemão. O fogo-cruzado não se restringe aos embates entre UPP e criminosos, tendo voltado à cena também a disputa entre facções por pontos de venda.

Em data recente, a crescente onda de ofensivas criminosas culminou em intensos embates entre polícia e traficantes em três comunidades pacificadas: Favela do Mandela (em Manguinhos), Camarista (Méier) e no Complexo do Alemão. Segundo a versão oficial da PM, traficantes armados teriam aproveitado o tumulto decorrente da desocupação de um prédio invadido, na favela do Mandela. O comandante da UPP Manguinhos foi atingido durante o embate. Outra vertente da polícia apontou que o confronto de Manguinhos teria decorrido do encontro fortuito entre os policiais da área e os criminosos do C.V., que partiram da Vila Kennedy para tomar o Morro dos Macacos, em Vila Isabel. O Complexo do Alemão foi mais uma vez, palco de enfrentamento de bandidos e policiais da UPP. A Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro recebeu informações de que os ataques foram orquestrados, de dentro das prisões, por membros do C.V.

Mediante a expectativa de eclosão de um novo ataque a menos de três meses do início da Copa do Mundo, o governo do Rio buscou auxílio federal para traçar um plano emergencial de segurança capaz de responder aos episódios de violência e garantir a segurança na cidade.³⁶ O Governo Federal se prontificou a enviar tropas e reforçar o policiamento em comunidades pacificadas. Estas últimas ocorrências ilustram a imprevisibilidade e o ritmo dinâmico que as situações emergem no contexto das UPPs, que passarão, ainda este ano, por desafios como a Copa do Mundo e as próximas eleições em outubro.

35 UPP da Rocinha e do Alemão já sofreram 22 ataques, mostra levantamento. <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/02/18/upps-da-rocinha-e-do-alemao-ja-sofreram-22-ataques-mostra-levantamento.htm>

36 Governo do Rio pede ajuda federal contra ataques em áreas pacificadas. Jornal Hoje, edição de 21 de março de 2014. <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/03/governo-do-rj-pede-ajuda-federal-contra-ataques-em-areas-pacificadas.html>

3 CAMPO MINADO: VIOLÊNCIA CONTRA MULHER ENQUANTO OBJETO RESISTENTE

O título deste capítulo registra as dificuldades encontradas em campo para tentar produzir dados sobre o tema da violência de gênero e pacificação. Abordo nesta seção as diversas estratégias que acionei para lidar com o objeto, que parecia cada vez mais resistente à observação.

3.1 Metodologia e trabalho de campo

O caráter atual, mutante e inacabado que caracterizam o projeto de Polícia de Pacificação dificilmente permitiria a eleição de outro método de pesquisa que não a prática etnográfica. Ao situar empiricamente o objeto, este método coloriu em cores fortes a diversidade das dinâmicas sociais que se desenvolvem e se consolidam em cada uma das comunidades investigadas, além de ter contribuído para revelar os paradoxos que emergem no cotidiano e problematizar as naturalizações, atenuando, com isso, a possibilidade de uma tradução acadêmica reducionista e homogeneizante.

A etnografia foi realizada em quatro comunidades pacificadas, sendo duas delas pertencentes à Zona Sul da cidade: Chapéu Mangueira e Babilônia, enquanto as outras duas estão localizadas na Zona Norte: Complexo do Alemão³⁷ e Morro da Formiga. No caso específico dos morros da Zona Sul, em que suas particularidades não são comparáveis ao peso das características que partilham, como o fato de dividirem a entrada principal e a mesma UPP, para efeitos de simplificação de abordagem, ambas serão referenciadas como Chapéu/Babi e analisadas como uma única comunidade, sendo abordadas distintamente quando houver necessidade.

Em razão de suas grandes dimensões, alta concentração populacional e condições desfavoráveis para realização da etnografia, como a ocorrência de tiroteios em algumas

³⁷ Sancionada pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia, em dezembro de 1993, a lei municipal 2.055/93, delimitou a XXIX Região Administrativa – Complexo do Alemão, redesenhando a geografia de parcela dos bairros da zona norte carioca e redimensionando as fronteiras dos bairros limítrofes: Olaria, Ramos, Bonsucesso, Inhaúma e Higienópolis.

épocas (inclusive no exato momento em que redijo)³⁸, o Complexo do Alemão será parcialmente estudado, sendo abarcadas tão somente as áreas conhecidas por: Casinhas, Palmeiras, Canitar, Coqueiro, Matinha, Mineiros, Morro do Alemão e Morro do Adeus. À exceção da última, situada mais próxima a Bonsucesso, as demais comunidades são vizinhas do bairro de Inhaúma.

A pesquisa de campo de mais de um ano buscou estudar comunidades que experimentavam estágios distintos do processo de pacificação, a fim de captar as possíveis implicações que o tempo de convivência entre polícia e moradores poderia ter nas questões de gênero. Chapéu/ Babi é a favela pacificada há mais tempo, tendo sido a UPP inaugurada em 2009, seguida pelo Morro da Formiga que recebeu a Unidade de Polícia de Pacificação em 2010, enquanto a abertura das UPPs do Complexo do Alemão ocorreu em 2012.

O propósito inicial de selecionar duas comunidades de uma mesma macro região, Complexo do Alemão e Morro da Formiga, foi evidenciar as marcantes diferenças que elas guardam entre si, apesar do pertencimento comum. A posterior incorporação do Chapéu Mangueira e da Babilônia à pesquisa etnográfica, baliza-se pela intenção de enriquecer a construção do conhecimento sobre os fenômenos estudados, servindo de contraponto, não apenas por se localizarem em outra zona da cidade, mas, também, por serem comunidades muito similares, inseridas na mesma região. Não houve interesse em desenvolver uma análise comparativa com relação às comunidades aqui contempladas. As aproximações, distâncias ou divergências observadas e/ou destacadas no contexto de cada favela tiveram, antes de tudo, a pretensão de lapidar a compreensão sobre as formas com que as ocorrências de violência contra mulheres nas favelas foram afetadas e vêm sendo tratadas desde a entrada das UPPs.

Situações muito distintas oportunizaram a entrada em campo em cada uma dessas favelas. A pesquisa “Sociabilidades Juvenis, Subjetividades e Políticas Sociais”, coordenada por Heilborn (HEILBORN *et al*, 2013), proporcionou meus primeiros contatos no Complexo do Alemão. Realizada em 2012/2013, esta pesquisa³⁹, financiada pela FAPERJ, teve o mérito de, a partir das interações que propiciou com os jovens da comunidade, despertar a minha curiosidade investigativa para o tema do presente trabalho. O referido projeto constituiu-se em campo exploratório, responsável por possibilitar o mapeamento das comunidades, dos aparelhos de Estado de que dispunham, das organizações da sociedade civil presentes e

³⁸ Os moradores da região postam informações na rede social sobre a situação: “os tiros estão comendo”, “Olha a jujuba” (bala, tiro). Posteriormente, a imprensa noticiou o ocorrido: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/complexo-do-alemao-tem-intensos-tiroteios-bases-de-upps-atacadas-granada-atirada-contradelegacia-recem-inaugurada-11434482.html>

³⁹ A pesquisa “Sociabilidades Juvenis, Subjetividades e Políticas Sociais” analisou as formas de sociabilidade e as transformações produzidas pelas UPPs nas configurações territoriais que determinam a condição de ser jovem, contemplando questões relacionadas às políticas sociais e a vulnerabilidade dos jovens.

projetos sociais desenvolvidos. Essa exploração preliminar também oportunizou identificar potenciais informantes e serviu como estratégia de aproximação.

A entrada no Morro da Formiga, por sua vez, foi motivada pela fala da comandante da UPP desta comunidade no Seminário “Unidades de Polícia Pacificadora: Debates e Reflexões”, realizado pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER). Não obstante a repercussão positiva da atuação da Major Priscila, comandante da primeira UPP instalada no Dona Marta, poucas eram as figuras femininas que ocupavam esse lugar de destaque. A UPP Formiga também se sobressaiu ao ser a primeira a disponibilizar o serviço de mediação de conflitos para a favela em que atua, projeto que mais tarde foi formalizado e ampliado para as demais unidades de polícia de pacificação pela Coordenadoria do programa. Devo ressaltar que se a proximidade com a polícia não chegou a afugentar possíveis informantes, porém se constituiu em fator problemático de contato com os moradores, sendo alcançados apenas os mais idosos e os líderes comunitários.

Já a inserção em campo no Morro do Chapéu/Babi ocorreu por intermédio da Oficina Cidadania das Mulheres⁴⁰, realizada pela Cepia, na associação de moradores do Chapéu Mangueira. Composta por 3 encontros, com um público flutuante em torno de 22 mulheres, sobretudo idosas, o evento teve por objetivo lançar inquietações e gerar reconsiderações pertinentes a temas como cidadania, atuação política, exercício dos direitos, liderança e Lei Maria da Penha. Esta introdução foi seguida de um trabalho de campo que perdurou por três meses, com visitas semanais à comunidade, entre agosto e outubro de 2013.

As percepções dos policiais foram coletadas por meio de entrevistas com cinco militares que integram o projeto de Pacificação das favelas, alocados na Coordenadoria de Polícia Pacificadora e nas UPPs, com patentes e funções diferenciadas. Além destes, uma delegada da Polícia Civil, que atua na DEAM, também participou da pesquisa, somando um total de seis entrevistas.

No papel de “fiel escudeiro”, o caderno de campo me acompanhou nos períodos de visita sistemática nas comunidades estudadas, concentrando o registro das conversas informais e dos aspectos sociais com os quais me deparava ao longo da observação participante. A coleta de dados contou ainda com a utilização de recursos como entrevistas em profundidade com roteiro semi-estruturado, que cumpriram a missão de auxiliar a compreensão, não apenas das feições particularidades que a violência contra as mulheres

⁴⁰ Financiada pelo Fundo Ellas, este projeto, intitulado Cidadania e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres em Comunidades Pacificadas, foi realizado em 3 comunidades cariocas (Pavão Pavãozinho, Chapéu Mangueira e Manguinhos) pela ONG CEPIA, no segundo semestre de 2013.

assume nas favelas, mas, sobretudo, das modificações que a chegada de um novo ator social, as UPPs, introduziu nesses cenários.

Os critérios de eleição dos possíveis entrevistados não faziam restrição quanto ao sexo e idade, desde que os voluntários fossem maiores de 18 anos, gozando de autonomia para participar da pesquisa, caso tivessem interesse. Ser residente há mais de cinco anos na favela foi outra condição para a seleção dos voluntários. Ao todo, 19 moradores concederam entrevista, dos quais 7 pertenciam ao Chapéu Mangueira, 4 à Babilônia, 1 ao Morro da Formiga e 7 ao Complexo do Alemão.

A natureza pouco restritiva dos condicionantes impostos me conduziu a grupos de informantes com perfis bastante distintos em cada comunidade. No Chapéu Mangueira e Babilônia entrevistei um grupo majoritariamente formado por senhoras. Já no Morro da Formiga o grupo foi composto por moradores e policiais, homens e mulheres de idades distintas, enquanto no Complexo do Alemão, os entrevistados eram, em sua maioria, lideranças comunitárias que se destacavam pela condução de projetos sociais ou por sua atuação política (Associação de Moradores). A captação de participantes atendeu ao método da bola de neve, sendo solicitado a cada entrevistado a indicação de outros possíveis interessados em participar do estudo. Em consonância com as exigências do Comitê de Ética em Pesquisa e em razão de segurança, a identidade dos informantes foi preservada, sendo os mesmos referidos por meio de nomes fictícios. Contudo, por entender que a alteração do nome da comandante de UPP, aqui mencionada constituiria medida no mínimo ingênua e sem préstimo, em função do reduzido universo de oficiais femininas na chefia das unidades e de serem as mesmas nominalmente citadas no site oficial do Projeto de Polícia Pacificadora, elas serão referidas por sua designação no ambiente de trabalho, ou seja, por seus respectivos nomes de guerra. A comandante só é renomeada, portanto, no momento em que suas colocações são analisadas no conjunto do depoimento dos demais policiais, ocasião em que é razoável resguardar sua identidade de forma eficaz.

Foram utilizadas na pesquisa fontes documentais, incluindo: folhetos (locais e institucionais), reportagens jornalísticas e letras de funk. Este último item se justifica por duas razões: em termos gerais, esse gênero musical nascido e criado nos morros cariocas, é uma poderosa forma de expressão cultural da periferia, que lança gírias, cria modas, projeta artistas e não se cansa de inovar nas performances de dança; ao apresentar a “realidade” da favela e representar seus estilos de vida e valores, o funk torna-se instrumento privilegiado de análise, capaz de ilustrar simbologias que organizam a vida social e as dinâmicas amorosas nas favelas. Os eixos temáticos do funk que interessam a esta pesquisa são os que retratam as

interações e dinâmicas amorosas, e os que abordam “a vida louca” ou o mundo do crime, com suas regras e rixas. Por fim, o universo do funk constitui peça fundamental para análise das relações de gênero.

A dimensão da “vida virtual” da comunidade foi acompanhada por meio das postagens em redes sociais de diversos moradores e de grupos atuantes, o que permitiu ter ciência de acontecimentos, muitas vezes não reportados pela grande mídia, como eventos de cunho sociocultural, interrupção de serviços como luz e água, mobilização para manifestações ou mesmo situações de violência e/ou abuso, envolvendo policiais, bandidos e moradores.

| Comunidade | Chapéu Mangueira e Babilônia | Morro da Formiga | Complexo do Alemão |
|---------------------------------------|-------------------------------------|--|--|
| Localização | Leme – Zona Sul | Tijuca – Zona Norte | Complexo do Alemão/ Inhaúma – Zona Norte |
| Áreas contempladas | As duas favelas | Parte baixa do morro | Casinhas, Palmeiras, Canitar, Coqueiro, Matinha, Mineiros, Morro do Alemão, Morro do Adeus |
| Perfil do grupo de informantes | Senhoras | Misto – policiais e moradores de ambos os sexos. | Atuantes em projetos sociais ou engajados em atividades políticas. |
| Data de instalação das UPPs | Junho 2009 | Julho 2010 | Maio 2012 – Morro do Alemão Abril 2012 – Nova Brasília, Fazendinha e Adeus/ Baiana. |

3.2 Objeto resistente

O interesse em estudar violência contra mulher em comunidades pacificadas foi despertado durante um encontro realizado em abril de 2012, no Instituto de Medicina Social

(IMS-UERJ), com o intuito de promover a aproximação entre os pesquisadores da casa e o modelo de segurança pública que estava sendo implementado. O Coordenador das UPPs à época, Coronel Seabra, apresentou um slideshow sobre o projeto de pacificação, expondo o que considerava ser os avanços do programa e assinalou o aumento significativo da violência contra mulher, o que classificou como efeito imprevisto. Sem saber avaliar o que dera margem a manifestação do fenômeno, o Comandante, aventou duas hipóteses. Na primeira delas, a elevação da violência derivaria da presença ostensiva e permanente dos policiais em locais até então conflagrados, o que facilitaria o registro das ocorrências visibilizando o crime em índices, enquanto a segunda concebia que o aumento da violência espelhava o crescimento do número de casos de agressão em virtude da presença da UPP ter desestruturado a forma tradicional de resolução de conflitos na favela, que se dava por meio da intervenção do tráfico.

Em campo no Complexo do Alemão, no mesmo período, em razão da pesquisa sobre “Sociabilidades Juvenis”, foi possível levantar a percepção de algumas pessoas a respeito das implicações da UPP nos conflitos de casal. As moradoras corroboraram as impressões do coronel sobre o aumento da violência e relatam casos de agressão de mulheres, alguns cujo desfecho foi o homicídio executado pelo marido ou ex, após a entrada da UPP, alegando que isso não ocorria na vigência do tráfico.

Provocada pela problemática, esforços foram empreendidos para comprovar se a investigação seria exequível. Nesse sentido, algumas medidas foram tomadas. Em decorrência de duplo pertencimento aos quadros da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), o professor Jorge da Silva na tentativa de mediar o acesso aos dados oficiais da UPP, articulou contatos capazes de viabilizar uma reunião na sede da Coordenadoria da Polícia de Pacificação, que contou igualmente com a presença da pesquisadora Maria Luiza Heilborn. O setor responsável pela elaboração de estatísticas, contudo, forneceu índices inconsistentes e frágeis para alicerçar qualquer pesquisa. Apesar dessa frustração inicial, as conversas travadas em campo com possíveis futuros informantes, sobre a temática do estudo, encorajaram sua continuidade.

Em momento posterior, munida da aprovação do Comitê em Ética e Pesquisa (CEP), retomei o campo no Complexo. Para minha surpresa, as pessoas com quem tive contato no decurso do campo exploratório não se concretizaram como participantes da pesquisa, por razões diversas. Muitas haviam concluído o curso ou a atividade que faziam na ONG e não mais a frequentavam assiduamente, enquanto os que não poderiam fazer uma participação direta na pesquisa por força da idade inferior ao mínimo estipulado, tampouco me

introduziram a sua rede de relações. Diferente do campo exploratório, em que as pessoas se aproximavam ou eram receptivas em razão da curiosidade que nutriam pela estrangeira que, eventualmente, me acompanhava, o desinteresse delas em conversar comigo era notório. Inevitavelmente, enquanto caminhava pela comunidade, a clássica passagem antropológica da batida policial à rinha da briga galos, sempre me vinha mente. A investida da lei contra esta prática balinesa ilegal, mas corriqueira, providenciou uma situação de pânico geral a qual Geertz e sua esposa reagiram como se nativos fossem, conquistando a partir disso a empatia social (1978). Na esperança de que algo semelhante ocorresse, ansiava pela irrupção de um tiroteio capaz de afastar o marasmo e de instalar, em seu lugar, uma brecha naquelas teias sociais impenetráveis. Contudo, para minha sorte ou azar, tais desejos não foram atendidos.

Em meio a isso, a emergência de uma série ataques endereçados às UPPs resultou na morte de uma policial, na Nova Brasília, deixou outros feridos nas favelas Fé e Sereno e na Mangueira. Como desdobramento o Coronel Seabra, peça chave da pesquisa até então, foi destituído do cargo de Coordenador das UPPs. Quando tudo parecia desandar, o ISER organizou um seminário a partir do qual outras entradas em campo foram oportunizadas. Orientada por Raíza Siqueira, passei a frequentar os encontros do Projeto Territórios da Paz, ainda no Complexo do Alemão, que aconteciam uma vez por semana, naquela mesma ONG. A turma, majoritariamente formada por mulheres, ouviu inerte minha apresentação da pesquisa, lançando olhares que mesclavam desinteresse e desconfiança. Ao término da minha fala, neste primeiro encontro, descobri que UPP era “tema proibido” e fui aconselhada pelo facilitador a não mencionar a sigla para evitar a esquiva das pessoas. Uma liderança da comunidade, contudo, narrou alguns episódios e posturas, tanto dos moradores quanto dos policiais, no tocante a violência contra mulher.

Apesar dos revezes, considerei a tentativa produtiva, segui acompanhando os encontros por cerca de 3 meses. As pessoas, entretanto, não se dispunham a dar informações ou entrevistas. Com a malemolência própria do estilo local, não havia recusas deliberadas, optavam por marcar e desmarcar reuniões comigo, quase toda semana, ou simplesmente não apareciam. Outro método adotado por elas dizia respeito a indicação de terceiros como possíveis informantes. A cilada se revelava na descrição de quem era a pessoa e como ela poderia ser encontrada. A explicação: “É logo ali, perto de “não sei o que”. É só perguntar por fulano”, vinha, geralmente, na companhia do gesto de apontar em uma direção inexata. O terceiro designado só possuía o primeiro nome ou um apelido e seu endereço era sinalizado por meio de uma referência situada em local superpopuloso, o que tornava a indicação

ineficaz para mim, mas profícua para elas, que findavam por me ‘ajudar’ sem comprometerem a si mesmas ou a alguém.

O ardil não é infundado. Nos tempos em que o tráfico comandava absoluto, a lei do silêncio foi instituída. A UPP, muitas vezes chamada de ‘comando azul’, fato que a aproxima das facções e milícias que dominam os morros, enseja o mesmo tipo de conduta da parte das comunidades, na medida em que percentual da corporação pratica corrupção, age com abusos e excessos, desencadeando casos de desaparecimento como o de Amarildo.

Portanto, a postura das mulheres sinaliza uma técnica de defesa. Nesse universo regido pela instabilidade de comandos que se revezam no poder, arbitram leis e decidem destinos, a entrada das UPPs deflagrou o embaralhamento das cartas, como alegou uma senhora do Complexo do Alemão: “A gente não sabe mais quem é bandido e quem não é. Alguns saíram, outros voltaram e outros chegaram. Está mais mascarado agora. Alguns se escondem até atrás da Bíblia”. A entrada do paradigma policial na favela impediu a continuidade da ostentação do status de bandido e com isso, impeliu alguns a fuga, outros à troca de “ramo profissional” e conduziu alguns à prisão. Há, contudo, o grupo da resistência, formado por aqueles que permaneceram na atividade ilegal, incluindo parcela que imigrou de outros pontos da cidade.

No que tange à UPP, a movimentação de comandantes e praças, por sua vez, finda por prejudicar o estreitamento de laços, alicerce fundamental para construção de uma relação de confiança. É salutar lembrar que, conforme observam Rodrigues e Siqueira (2012), o sucesso da gestão de cada UPP está condicionada à integridade de cada comandante e sua capacidade individual de dialogar com as lideranças e lidar com os conflitos da comunidade. Neste contexto, a troca de comando pode desestruturar a edificação de uma nova relação entre polícia e moradores, sobretudo, naquelas localidades em que o trabalho conjunto estava frutificando. Referencial crucial, portanto, o comandante é quem orchestra e dá o tom aos trabalhos da UPP, em casos exitosos, sua remoção desmotiva as lideranças locais, parceiras no desenvolvimento e condução de projetos, a reconstruir e renegociar os termos de um novo pacto com o comandante seguinte, como se percebe nas palavras de Ricardinho:

Infelizmente quando se estava construindo um elo, foi quebrado. E será que vai ser reparado fácil? Não sei. Hoje se tiver um problema drástico dentro da favela, eu não sei como me portar ao novo comandante. Não sei qual vai ser a postura dele. Não sei qual vai ser a atitude dele comigo. Se um policial tiver um desvio de conduta, se se exceder com o morador, eu não sei como posso buscar o apoio do comandante que tá na UPP. (Ricardinho, 45 anos, Complexo do Alemão)

Nem mesmo o conforto de reconhecer os vizinhos restou intocado. De acordo com os entrevistados, a valorização dos imóveis engendrou, no Complexo do Alemão, a venda ou aluguel da propriedade (em geral a segunda ou “puxadinho”), promovendo a circulação de novos rostos pela favela. As visitas de turistas e pesquisadores constituem ingredientes adicionais que contribuem para esta miscelânea de referenciais de identidade, que agrava a sensação de desorientação, gera dúvidas na escolha da conduta a ser adotada e resulta no incremento das táticas de prevenção dos moradores.

Como consequência do seminário do ISER e das orientações de Raíza Siqueira, decidi visitar o Morro da Formiga. Além da comandante da UPP conceder entrevista, conversei com alguns policiais e moradores. Apesar de ter feito apenas duas entrevistas nesta comunidade⁴¹, sua permanência na dissertação se justifica pela riqueza do material e relatos colhidos. A relevância atribuída a presença de uma mulher no cargo de chefia da UPP local foi apontado como fator motivador para que as moradoras adotassem a prática de recorrer a justiça, por meio da evocação da Maria da Penha contra seus agressores. Outro diferencial foi o relato nativo da solicitação de proteção à boca contra o marido violento, expulso da favela 30 minutos depois. Não tardou para a movimentação do campo estancar. Apesar das mulheres afirmarem que havia muitos casos, relutavam em detalhá-los ou fornecer indicações de quem o pudesse fazer.

Embora possa transpassar as paredes privadas e, eventualmente, alcançar ou ocorrer em espaços públicos, a violência contra mulher impõe ao pesquisador uma série de desafios para ser estudada, por ter como esfera habitual de eclosão o ambiente doméstico, cujos meandros exigem certo grau de intimidade e confiança para serem partilhados. Por esta lógica, a delicadeza de um tema de caráter pessoal, envolto em afetos, traumas e julgamentos como este, demandaria mais tempo de convívio, para maturação dos vínculos estabelecidos do que o mestrado poderia me conceder. O descompasso entre a temporalidade do curso e a temporalidade pertinente ao campo, limitou a envergadura da pesquisa e exigiu adaptação das intenções iniciais.

Minhas expectativas originais, típicas de uma etnógrafa de primeira viagem, previam a apreensão das dinâmicas por meio das confissões dos informantes. Contudo, muitas vezes, foi o silêncio deles que enunciou a percepção que eles tinham da realidade. A lei do silêncio imposta pelo tráfico seguia operante, insinuavam que o tráfico também estava lá. A aplicação extensiva desta lei no trato com os policiais sinalizava que as décadas de relação desrespeitosa

⁴¹ Entrevistas realizadas com a comandante da UPP Formiga e com uma moradora da comunidade.

e truculenta não haviam sido esquecidas, tampouco os recentes incidentes passaram despercebidos. O medo das repreensões embutido nos silêncios e o paralelismo da ação dos moradores frente aos policiais e bandidos, também sugeriam que há pontos de encontro entre o comportamento dos criminosos e a conduta da polícia, ainda que com ressalvas. As reticências dos nativos denotam que a complexidade das circunstâncias que trazem polícia e bandido na mesma cena, exigem medidas mais elaboradas para evitar o xeque mate nesse grande xadrez em que vivem os moradores.

Foi justamente a não satisfação das expectativas que instituiu a necessidade de reflexão sobre as condições de captura dos discursos nativos e dos dados de campo, uma vez que os mesmos não são colhidos, mas construídos na interação das relações sociais. A manobra de ampliar o contingente de assuntos aludidos pela entrevista ilustra bem isso. Adaptar a proposta da pesquisadora aos interesses e/ou vontade dos nativos foi a forma encontrada de contornar a blindagem dos locais aos eixos temáticos do estudo. O receio demonstrado frente às questões de segurança pública e violência de gênero esvaia-se diante do descontentamento dos mesmos com a atuação governamental, o que ensejava longas queixas. Percebido isso, o mote da entrevista passou a ser: “as mudanças na comunidade nos últimos anos”, a qual era iniciada com perguntas vagas sobre as melhorias e necessidades daquela favela. A catarse que se seguia, com severas e arrazoadas críticas à administração pública, cumpria a função de descontrair o informante que, em seguida, era questionado sobre a violência contra a mulher e sua gestão naquela área.

Nesse ínterim, buscando estar ciente e atualizada dos acontecimentos e debates sobre o tema da pesquisa e os acontecimentos de cada localidade, monitorei, utilizando a rede social como instrumento, moradores, grupos e ONGs (internas e externas). A terceira entrada em campo se concretizou a partir destas pesquisas virtuais, por meio das quais me deparei com um convite do Cepia endereçado às mulheres do Chapéu/Babi, para participarem de uma oficina, cujo objetivo era discutir e repensar temas afetos a cidadania feminina, como empoderamento, liderança, Lei Maria da Penha entre outros.

O evento atestou as dificuldades que o tabu da violência de gênero impõe. Assim que a discussão foi pautada, a intensa participação das presentes cedeu lugar ao silêncio e a troca de olhares. Em nítida discordância com as ponderações das facilitadoras, a opinião prevalente entre as integrantes exprimia a idéia de que as mulheres que apanham o fazem porque gostam e se utilizam de desculpas, como os filhos, para permanecerem casadas com o homem que amam, ainda que o mesmo seja um agressor. A dureza no julgamento pode ser observado na posição de Priscila, uma das poucas jovens presentes. Ela relatou que, na condição de filha,

assistia seu pai bater em sua mãe, que nunca o largou, mesmo depois de uma briga que em teve o osso da face quebrado por um chute. Seu pai só parou com as agressões quando ela, adulta e residindo com a avó, o enfrentou. Por essa razão, aos olhos de Priscila a culpa por ter apanhando a vida toda é de sua mãe, que ao aceitar este tratamento em lugar de reagir, demonstrou que gostava de apanhar. Por fim, a jovem garantiu que seu pai era excelente pai, não dirigindo às filhas qualquer ato violento, sendo seu único problema beber demais.

Dentre as questões trazidas, a que causou maior polêmica foi a Lei Maria da Penha. Na avaliação unânime das nativas, a LMP, com suas medidas protetivas ineficazes, não respaldava as mulheres que denunciavam seus agressores, as quais se tornam notícia quando vão a óbito. A realização da última atividade da oficina, que exigia a divisão das participantes em quatro grupos correspondentes ao número de pontos que haviam sido abordados ao longo dia, ressaltou ainda mais a rejeição a este debate. Antes mesmo de escolherem o grupo desejado, as participantes decidiam pela exclusão daquele destinado à violência contra mulher, o que impeliu as facilitadoras a persuadirem algumas pessoas para que o número mínimo fosse atingido. Em visitas posteriores ao Chapéu/Babi tive a oportunidade de conversar sobre a oficina e constatei que o conteúdo disseminado, no tocante a violência contra a mulher, não reverberou naquelas mulheres, que mantiveram suas opiniões inalteradas, não tendo sido alcançado o objetivo da sensibilização ou da capacitação de multiplicadoras.

Conforme mencionado anteriormente, muitos foram os empecilhos para a coleta de dados, seja pela desconfiança dos moradores com relação às UPPs, pela intimidação dos bandidos ou pela vulnerabilidade que a violência contra de gênero expõe. Merecem destaque, contudo, a inacessibilidade aos dados públicos. Ao que tudo aponta, a tentativa de levantar estatísticas policiais consiste, em regra, em exercício penoso para os pesquisadores. Conforme relatório da reunião entre especialistas das áreas de segurança pública e direitos humanos, ocorrida em 2012 e documentada por Silvia Ramos, esta dificuldade se faz presente ao longo das décadas de produção acadêmica sobre assuntos pertinentes a estes campos de investigação. Um dos problemas identificados pelos especialistas foi o trato das informações e de dados sobre violência, justiça e segurança, não sendo raros os casos em que os mesmos não são sistematizados, uniformizados ou organizados, havendo situações de completa inexistência. (SOARES; MUSUMECI, 2004; RAMOS, 2012).

Sob a mesma rubrica, além da não condensação de informações pela CPP, a Delegacia de Polícia Civil Especializada (DEAM⁴²) e as delegacias da polícia militar (19º DP na Tijuca, 14º DP em Copacabana e 44º DP em Inhaúma), responsáveis pela cobertura das morros pesquisados, não delimitam as demandas e ocorrências por área de incidência, não havendo, portanto, números circunscritos às favelas, fato que impede a elaboração de avaliações e análises específicas sobre estes espaços que, regidos por lógicas particulares, se distinguem de outras partes da cidade. Nem mesmo o Instituto Segurança Pública disponibiliza sua estatística nestes moldes. Desta forma, não obstante serem acusadas de irradiarem os crimes para o restante do Rio de Janeiro, as favelas seguem invisíveis nos índices criminais no Estado.

Ainda inscrito no plano de óbices opostos à captura de dados e do ritmo temporal do campo, não podem ser negligenciados os embaraços que a “dança das cadeiras”, no projeto de segurança, causaram para o desenvolvimento da investigação. Os contatos estabelecidos e permissões concedidas para entrevistas e acompanhamento de situações ou cursos da polícia, se perdiam com a mudança de comando das UPPs e dos cargos na CPP. Com certa frequência, solicitações já definidas a favor da continuidade da pesquisa eram sustadas, renegociadas ou reexaminadas, não obtendo provimento, no mais das vezes, como segundo resultado. Ademais, os conturbados acontecimentos de 2013 (manifestações de junho, caso Amarildo, atentados às bases das UPPs e tiroteio na Corrida pela Paz, do Complexo do Alemão) contribuíram para o desgaste do projeto e demandaram empenho de seus responsáveis, que absortos pelos problemas e pela comunicação obrigatória com a imprensa e opinião pública, não tinham interesse em participar da pesquisa, o que resultou em mais um entrave.

⁴² A circunscrição da DEAM Centro abrange uma área com 29 delegacias. Segundo a delegada não é possível fazer estatísticas em função do volume de trabalho.

4. GÊNERO E GERAÇÃO NA AVALIAÇÃO DOS MORADORES SOBRE AS UPPS

Este capítulo incumbe-se de fornecer um olhar sobre os discursos dos(as) entrevistados(as) sobre o futuro e as relações que mantêm com as UPPs, privilegiando as dimensões de gênero e geração. Revela-se, a partir do breve histórico de cada favela, a heterogeneidade das comunidades e de seus respectivos interlocutores.

4.1 Relações verticais do tráfico com os moradores

A mudança instaurada na lógica do comércio de drogas ilegais promovidos pela incorporação da venda de cocaína, em meados da década de 1980, transformou os módicos ganhos auferidos pelas bocas de fumo em lucros exorbitantes, que deflagraram disputas territoriais entre grupos criminosos, cuja adoção de armas de guerra e estratégias expansionistas visava a otimização da lucratividade comercial. A conquista do território inimigo passou a conduzir ao posto de dono do morro, rapazes cada vez mais jovens, oriundos de outras localidades, desprovidos de laços afetivos ou compromissos sociais com aquela comunidade (WORLD BANK, 2012).

Antes dessa conversão, as bocas eram controladas por moradores antigos, homens na faixa de 30 e 40 anos, que prezavam pelos vínculos de pertencimento familiar e local. Ainda hoje, não é incomum ouvir os comentários saudosistas dos moradores idosos, que exaltam a relação de respeito e consideração mantida pelos antigos traficantes com a comunidade. O estilo “Robin Wood” de prover melhorias para a favela, o cuidado de não ostentar armas ou espetacularizar a violência, somado ao impedimento moral de seduzir crianças para o consumo de drogas ou para a atividade criminosa (DOWDNEY, 2003), são alguns exemplos de posturas assumidas pelos criminosos da época que geravam empatia e admiração da comunidade.

O relatório publicado pelo Banco Mundial (2012) identificou que a adoção de um padrão empresarial com divisão de trabalho hierarquizada (MISSE, 1998) em substituição ao modelo amador de boca, isolou progressivamente as favelas das instituições públicas, deixando-as a mercê de um “sistema paralelo” que se arrogou o poder de arbitrar as relações sociais da comunidade.

As iniciativas políticas e as atividades associativas passaram a oscilar entre os extremos de ter suas lideranças assassinadas ou cooptadas pelos criminosos. Direcionadas, as eleições de Associações de Moradores passaram a ter candidatura única e reduzido número de votantes. O estudo analisa que os efeitos do tráfico sobre a vida na favela ultrapassaram o âmbito da repressão violenta e findou por privar os moradores de autonomia. Exemplo de liderança executada por não compactuar com os criminosos pode ser encontrado no relato de um informante:

O exército, durante muito tempo predominou (no Chapéu/Babi) e o presidente da associação perdurou aqui durante vinte anos e era militar. Quando o tráfico começou a crescer na década de oitenta, ele foi enfrentar e foi assassinado, entendeu? Ele era linha dura. (Nando, 38 anos, Babilônia)

A exclusão do sistema formal e legal do Estado imposta pelos traficantes ampliou progressivamente as fraturas da cidade partida, promoveu o isolamento dos moradores das comunidades e acentuou sobre eles as injunções do poder paralelo. Sem negar as deficiências das instituições formais e das estruturas legais, a possibilidade de reclamar direitos, impor limites e rever arbitrariedades são conquistas que não devem ser menosprezadas e, tampouco, possuem recursos análogos no sistema de poder paralelo. Essa diferença, muitas vezes subestimada, ganha destaque na fala de uma informante do Chapéu/ Babi:

Porque a UPP te dá o direito de achar, de falar que você é contra a UPP, agora eu queria ver você me perguntar se eu sou contra o tráfico, porque se eu falar para você hoje que eu sou contra o tráfico, amanhã eu já posso não estar nem aqui tendo UPP. Tendo UPP se eu falar para você eu sou contra o tráfico, amanhã desapareceu. (Ana, 31 anos, Chapéu)

O abandono secular do Estado, por outro lado, fez com que os moradores das favelas aprendessem a conviver e a sobreviver ao tráfico. A frase “eu não mexo com eles, não mexem comigo”, bem como outras de teor similar foi ouvida por diversas vezes durante o trabalho de campo, tanto nas comunidades mais afeitas ao trabalho da UPP, quanto as que apresentavam relações mais tensas. Não obstante, as senhoras do Chapéu/Babi manifestaram profundo incomodo em ter que conviver com os ‘meninos’ dando baforada de maconha quando elas passavam ou ter que assistir os homens do tráfico assediarem as garotas novinhas da comunidade, sem ter a quem recorrer para evitar tais situações.

4.2 Chapéu Mangueira/Babilônia

Situadas no bairro do Leme, zona sul da cidade, Babilônia e Chapéu Mangueira são pequenas comunidades geminadas que compartilham não apenas a rua de acesso, a Ladeira Ary Barroso, como a Unidade de Polícia de Pacificação, recebida em junho de 2009. Acredita-se que as trilhas ecológicas, que permitem a apreciação de paisagens privilegiadas, que se estendem desde a orla de Copacabana até o Pão de Açúcar, são as responsáveis por nomear a primeira comunidade em alusão direta aos Jardins da Babilônia. O batismo da segunda, por sua vez, se deu com a instalação de um outdoor na subida do morro para comunicar que breve, naquele local, seria erguida a fábrica de Chapéus Mangueira. Apesar de eternizada no nome da favela, a fábrica nunca chegou a existir.

A ocupação do morro, iniciada nas primeiras décadas do século XX, se expandiu a partir de 1930 com a chegada dos trabalhadores das obras que deram impulso ao desenvolvimento de Copacabana (O'DONNELL, 2013). As esposas destes funcionários, advindos da construção civil, muitas vezes eram empregadas como domésticas nos edifícios construídos por seus maridos. Deste modo, os moradores destas favelas da zona sul, em regra, ocupavam postos de serviços que mantinham o estilo de vida de seus vizinhos, pertencentes às classes média e alta. Em contraste, morros da zona norte, como Complexo do Alemão e Manguinhos, foram povoados por trabalhadores oriundos dos parques industriais circundantes. Essa distinção de perfil da mão de obra se refletiu no exercício da autonomia política de cada um dos grupos. Enquanto no subúrbio industrial a vinculação aos movimentos sindicais floresceu, na zona sul a prática política estava voltada para a própria comunidade (WORLD BANK, 2012; BURGOS, 2011), o que favoreceu o despontar do Chapéu Mangueira como uma das primeiras favelas a criar uma associação de moradores, ainda na década de 40, para combater as ameaças de remoção a que vinha sendo submetida (BURGOS, 1998).

Além de dispor de uma rede mais densa de transporte público que outras regiões da cidade, fator que incide diretamente na mobilidade das pessoas que ali residem, a zona sul teve suas comunidades convertidas em alvo preferencial para experimentação de políticas sociais.

A hipótese de que isso decorre da combinação entre o tamanho reduzido do Chapéu/Babi e o fato de que seus moradores têm como vizinhos, parcela dos idealizadores e gestores de políticas públicas, merece ser considerada (WORLD BANK, 2012). A expressão

“laboratório de políticas públicas” (WORLD BANK, 2012, p.51) retrata o que a comunidade viveu nas últimas décadas como palco de vários projetos, com destaque para o Mutirão Remunerado, Bairrinho e Grupamento de Policiamento de Áreas Especiais (BURGOS, 2011; RODRIGUES; SIQUEIRA, 2012). Atualmente, encontram-se em curso as obras do Morar Carioca e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além das Unidades de Polícia de Pacificação.

O acirramento das disputas entre facções armadas no Rio chegou ao Leme por volta de 2008 e acabou com a tranquilidade que até então imperava na comunidade. A disputa entre as facções inimigas pelo controle armado do território impôs aos moradores do Chapéu/Babi uma rotina de privação e instabilidade, pautada por toques de recolher e pela tensão permanente diante da possibilidade de deflagração de tiroteios com armas de grosso calibre e balas tracejantes. A intensidade da violência que irrompia, de forma imprevista, refreou a experiência de sociabilidade das ruas e vielas, tão característica das favelas, tornando hostil o espaço comum, o qual passou a ser evitado pelos moradores, que preferiam o recôndito de suas residências. Daniela se refere ao período das invasões como a “fase do terror”, relembra o medo que sentia das balas perdidas e as súplicas do filho de sete anos para que se mudassem de lá.

O meu filho na época era criança, era menorzinho, e ficou tão apavorado que ele falou, mãe vamos embora daqui, vamos embora daqui pai, vamos se mudar, me tira da minha escola mãe (que ele estuda numa escola que eu pago uma taxa que não é como uma escola particular), paga um aluguel mãe, pode me tirar, me bota no município. (Daniela, Babilônia, 41 anos).

Quando se estabilizou a disputa de território, um muro simbólico passou a segregar as duas comunidades irmãs, uma vez que cada qual estava sob o jugo de uma facção distinta, o Chapéu foi dominado pelo A.D.A., enquanto o Comando Vermelho controlava a Babilônia. Cerceados, os moradores já não atravessavam desavisadamente as novas fronteiras de rivalidade produzidas pelo tráfico. A disputa existente entre a Babilônia e o Chapéu Mangueira, no que concerne as fronteiras morais, contudo, já havia sido apontada por Heilborn (1996), no artigo ‘Quem mandou nascer primeiro?’. O contraste entre essas comunidades inscrevia-se igualmente na esfera política, evidenciada pela atuação preponderante da associação de moradores do Chapéu, que contava também com a figura emblemática da líder comunitária e então vereadora Benedita da Silva.

E o engraçado disso tudo é que entre Chapéu Mangueira e Babi existe uma divisão, assim, estranha, eles se matam entre eles, sabe, e eu não consigo entender. Fomos criados juntos, houve uma época que começou um boato aí que a gente não podia subir a Babilônia e eu subia, eu subo a Babilônia, eu fui criada aqui. Eu saía daqui do Chapéu Mangueira, eu passava pela Babilônia e eu dava lá em cima na Princesa Isabel, como é que eu não vou subir a Babilônia? Porque esse ou aquele não quer? Eu vou sim! Eu não aceito essa história, que não quer, ele não manda em nada. Estava essa confusão, o mandatário estava tão grande e vive essa briga entre eles, isso tudo é muito triste. (Edileuza, Chapéu, 61 anos).

Verifica-se que o fator geracional e o cumprimento das atividades profissionais (agentes de saúde, por exemplo) possibilitam a flexibilização dos preceitos normativos que regulam os diversos aspectos da vida cotidiana nas favelas (FARIAS, 2008). Se por um lado, como observa Farias (2008), os mais jovens tendem a introjetar e obedecer aos comandos e interdições mais fielmente que os idosos, por outro, entendo que eles não gozam da imunidade atribuída aos mais velhos, que dificilmente são identificados como pertencentes às fileiras do grupo rival. Atribuo a rigorosa execução das ordens pelos jovens ao fato deles estarem mais expostos à possibilidade de eventuais cobranças, tendo em vista que a massa dos envolvidos no tráfico encontra-se nessa faixa etária, sendo eles, portanto, percebidos como elementos suspeitos (MISSE, 1998; RAMOS; MUSUMECI, 2005). É dentro dessa lógica que, a exemplo de Edileuza, os mais velhos se permitem ignorar os ditames sobre o cruzamento de fronteiras, sem que sofram as consequências disso.

Foi em meio aos conflitos armados que a quarta UPP do programa de segurança do estado do Rio se instalou no Chapéu/Babi e conta, desde então, com expressiva aprovação dos moradores, sobretudo dos mais idosos. Quando perguntadas sobre os aspectos positivos trazidos pela UPP, a resposta recorrente foi o fim da ostentação das armas e do tiroteio, a paz e o direito de ir e vir.

Está bom demais, as crianças aqui não faziam isso não, brincar aqui, jogar bola. Toda hora passando com armamento pesado, então a criança não brincava, que de repente se tivesse um lá na frente tomando conta e a polícia entrasse, eles saiam já correndo a atirando para trás. Então você não podia ficar na reta. (Madalena, Chapéu Mangueira, 62 anos).

Duas chegaram a responder que houve melhora em todos os aspectos. Segue o relato de uma delas:

A paz, o seu direito de ir e vir, porque antigamente dependendo de quem estivesse no comando, você não pode ir aqui... Não tinha esse respeito, hoje está assim, uma tranquilidade, está uma paz, é a relação disso que eu estou falando, não andam mais armados no meio do caminho, você com medo de chegar ali e pensar, será que eu vou conseguir chegar dentro de casa? vai começar o tiroteio no meio do caminho? então eu acho que melhorou em todos os aspectos, de cursos que agora vem para cá, de um monte de coisa que começou aí, as

mulheres fazerem trabalhos manuais, tem os cursinhos, tem tudo, todo mundo entra e sai na sua casa com o coração aberto. (Leda, Babilônia, 49 anos).

O elenco de críticas tecidas a polícia foi bastante conciso. Dentre elas, a mais preocupante foi sem dúvida a denúncia da prática de “arrego” que vinha acontecendo antes da troca de comandante, mas que aparentemente havia sido solucionada de acordo com as impressões das moradoras. Sobre este aspecto, foi em nome da supressão e/ou controle da corrupção que o modelo de segurança além de optar pela incorporação de jovens para a composição de base dos quadros profissionais das UPPs, determinou a movimentação periódica dos que ocupam os cargos de direção em cada unidade. Complementando tais estratégias, os desvios residuais seriam sanados por meio das tradicionais punições administrativas e penais. Arraigada, contudo, a corrupção policial persiste nas comunidades, comprovando ser um desafio de difícil superação, que pode inclusive levar o projeto a ruína.

A crítica mais reiterada ficou a cargo da ocupação das vagas de estacionamento no âmbito da favela pelos carros de passeio dos policiais, o que levava os moradores a deixarem seus veículos nas ruas do Leme. A aplicação de multas por estacionamento em local proibido foi rotulada como abusiva, pois os carros de moradores seriam mais multados que os dos policiais.

Ana, uma das entrevistadas alegou que nada piorou com a chegada da UPP, mas expressou o desejo de que a comunidade recebesse outros serviços:

Para mim não piorou em nada, agora, a única coisa ruim é isso, como vem polícia, e polícia é governo, muitas das coisas que a gente está passando agora, de dizer, poxa, não tem não. Porque não tem, se a gente tem o governo aqui dentro? Porque o governo não traz? (Ana, 31anos, Chapéu Mangueira).

Em contraponto as estas indagações, Daniela lista os serviços e projetos sociais que foram implementados após a UPP:

Você vê tanta coisa. Eu terminei o meu 2º grau ano passado porque o SESI veio para cá, coisa que antes a gente não tinha, porque os professores não subiam a comunidade, tinham medo. Eu não tenho o que falar, eu particularmente, assim, esse lance até que eu falei é que ouço as pessoas falarem, reclamarem (questão das vagas dos carros), entendeu? Mas eu mesmo não tenho problemas (com a UPP), veio a Saúde da Família, veio o SESI, tem os projetos, os projetos para as crianças, eu não acho que foi ruim.

Apesar de a UPP ter aberto caminho para a entrada de vários projetos na comunidade do Chapéu (mais que na Babilônia), que se destaca quando comparada a várias outras, pela

quantidade de equipamentos e políticas públicas, há que se reconhecer a gama e a diversidade de carências não supridas.

Não obstante a descrença na perpetuação do projeto das UPPs após o encerramento das Olimpíadas ter sido unânime, 6 das 7 entrevistadas manifestaram desejo em sentido contrário, por meio de frases como: “tomara que fique”; “eu espero que não (acabe)”; “eu gostaria muito de crer (que vai continuar)”; “eu quero achar que não (vai acabar), “eu espero que isso não aconteça, porque se acontecer volta tudo de novo, aí o negócio vai ficar meio feio.”. Essa última declaração, que vincula a saída da UPP ao retorno do tráfico, não é um presságio solitário. Todas as 7 entrevistadas consideram inevitável a restauração da ordem anterior se o projeto de segurança for desativado. Essa convicção é sintetizada pelo ditado evocado por Daniela. “quando o gato sai, o rato faz a festa”. O temor com o que o futuro esperado lhes reserva não é disfarçado. Enquanto para Ana “O território vai ficar vulnerável, porque o dia que a UPP sair, quantas mil facções vão querer entrar para pegar isso aqui?”, Daniela prevê que os prejuízos não se limitarão a fatores vinculados diretamente à segurança, “Tem Pré-ENEM, tem tantos benefícios, que se a UPP sair tudo isso vai acabar. Eu acredito que eles se sentem seguros por causa da UPP.”

A única voz dissonante é de Damaris, que alega ter parado de torcer pela perpetuação do novo modelo. Além de duvidar da capacidade financeira do governo estadual em manter as UPPs, ela aponta que os policiais já não se empenham como outrora:

No início, foi muito bom, porque eles andavam, eles se interessavam, agora a gente não vê isso. Um dinheiro que podia estar investido em outras coisas, essas pessoas se tem essa proposta deles estarem aqui para isso eles tinham que ter movimento, vai pelos caminhos aí, eles estão lá sentados nos bares, tomando açaí, tomando sorvete, vendo televisão, então, minha filha, trabalhar assim até eu queria.

Apesar dessa postura contrária à UPP na abertura da entrevista, no transcurso da mesma, Damaris atesta que o projeto trouxe melhorias e deixa transparecer sua precaução ao falar delas, pelo comentário: “eu ainda vou muito pela lei do não sei, não vi, não conheço.”, sinalizando que se a lei do silêncio imposta já não impera como antes, tampouco perdeu completamente sua eficácia.

Embora haja forte suspeição sobre o término do projeto das UPP após o encerramento dos grandes jogos, quando questionadas se isso interfere na relação entre elas e os policiais, quatro entrevistadas garantiram que não. Contudo, isso parece questionável, vez que todos acreditam que a saída da UPP implica o retorno do tráfico e posterior acerto de contas sobre aproximações com os policiais. Independente disso observa-se que, em geral, elas adotam

uma distância de segurança, seja de policiais ou de bandidos, fato que sugere, ao menos, que a previsão de término ou incerteza abala a relação de confiança, tão desgastada pelas malogradas experiências de projetos anteriores. Três assumiram que as incertezas contribuem para determinar comportamentos presentes como a aproximação mais contida. Depois de conversar com algum policial ou com a comandante local, Madalena tem a precaução de se reportar aos envolvidos com o tráfico para garantir não estar fazendo qualquer tipo de denúncia. “Eu conheço alguns dos meninos aqui, aí eu falo logo, a minha relação não é nada que vocês estão pensando. Vocês me conhecem, vocês sabem.”

Em menor escala, o universo das entrevistas retrata a acentuada desproporção entre os que aprovam a UPP no Chapéu/Babi e uma minoria divergente. A receptividade à UPP, por parte dos moradores da comunidade do Leme:

Aqui é uma das comunidades que tem maior índice de aprovação de UPP, eu acho que a primeira deve ser Santa Marta, que é onde foi a inauguração, e segundo aqui, porque aqui sempre foi muito tranquilo. Eu não sei como é o Censo em relação a faixa etária, aqui todo mundo é idoso, a maioria das pessoas aqui são idosas, muito idoso. E nenhum idoso compactuava com bandido, ninguém, então o grupo daqui, se tivesse, era um grupo pequeno, então para mim super bem com UPP. Para mim foi às mil maravilhas, aqui era o que ele mesmo falou, você passava era um monte de bandidos com arma na mão, fora gente usando crack, usando maconha, às vezes você tem que fechar sua janela porque senão o cheiro de maconha invade sua casa, agora, você está passando com seu filho pequeno o tempo todo vendo essas coisas. (Ana, Chapéu Mangueira, 31 anos)

O argumento sustentado por alguns críticos da UPP de que as armas apenas mudaram de mãos, não encontra eco dentre as entrevistadas. Sem o intuito de minimizar as adversidades de uma vida militarizada, essa mera alteração do agente portador da arma produz a ressignificação da presença da mesma, inclusive de sua função. Visualmente restritas ao braço do Estado, as armas tornam-se objeto de uso autorizado e legítimo. Essa ideia é corroborada por Edileuza, que afirma que a polícia “não impõe arma para matar, arma é para defesa.”. Ainda que as conclusões da perícia de balística atestem muitas vezes o contrário sobre homicídios perpetrados por armas oficiais, não se pode descartar o impacto simbólico que esta operação de substituição de agentes promoveu para muitos moradores do Chapéu.

Ao se deparar com homens e meninos armados na porta de casa, o filho de Daniela pensava se tratar de policiais, pois em seu imaginário infantil a arma está associada ao trabalho da polícia. Bem verdade que a criança não estava de toda errada. As armadas ali empunhadas traduziam a autoridade daqueles que policiavam o local e protegiam os negócios. Contudo, a tenra idade do filho de Daniela, não lhe permitia a apreensão do mundo a sua volta

com tantos matizes. Daniela, segundo conta, esforçou-se por preservar essa caracterização que, de tão primária, só reconhece a arma em seu lugar autorizado.

Eu não deixava, porque para cabeça de uma criança ver os rapazes armados como aqui onde eu moro via muito, ele não ia entender... Hoje não tem isso, hoje ele pode vir à varanda, na época ele era bem menorzinho, ele não ia entender. Para ele só quem usa arma é policial, era policial. E ele como criança, ele não saía na varanda, ele não botava a cara ali na varanda, eu queria preservar ele disso, eu já era adulta com marido, hoje não. Não que eu seja melhor que ninguém, mas é uma coisa que eu não queria passar para os meus filhos, até porque eu não ia saber nem responder ele na época.

O referencial “policial” acionado pela criança para significar os homens armados não causou à Daniela desconforto. Ainda que fruto de uma apreciação equivocada, a mãe preferiu sustentar tal imagem a confessar que se tratava de bandidos. Percebe-se com isso, que independente da opinião que a entrevistada tenha a respeito da prestação de serviço da polícia, a predileção dela pende para que a representação da legalidade povoe o imaginário de seu filho. Na contramão disso, segundo relato de uma residente do Complexo do Alemão que presenciou a irritação de um pai ao ouvir de seu filho que gostaria de ser policial: “Então você quer ser verme? Você gosta de verme? é isso?”. Esta severa repreensão atesta a hostilidade de parcela dos moradores e transmite, de uma geração à outra, uma mensagem refratária que subsidiará a relação de algumas daquelas crianças com a polícia no futuro. Segundo a moradora do Complexo, não é incomum moradores chamarem os policiais de vermes, tampouco tratá-los como tal.

4.3 Complexo do Alemão

A história e o nome do lugar têm suas raízes na década de 1920, quando um imigrante polonês, Leonard Kacsmarkiewicz, refugiado da 1ª Guerra Mundial, comprou as terras da Serra da Misericórdia. O apelido de alemão conferido ao estrangeiro, em virtude de sua aparência alva, foi estendido às suas terras, que ficaram conhecidas como Morro do Alemão. Na mesma década, o Curtume Carioca se instala na região e povoou as imediações do Morro do Alemão com os operários e suas famílias, dada a dificuldade de acesso àquela área na época. Em 1951 o “Alemão” loteou sua propriedade, vendendo as frações a baixo custo para operários, aos quais interessava residir próximo ao polo industrial da cidade que estava em formação na região e, que inclusive, já contava com acesso facilitado pela construção da

Avenida Brasil, em 1946. O grande afluxo de imigrantes nordestinos, em 1960, e a posterior política de ocupação do então governador Leonel Brizola, em 1980 (BURGOS, 1998), adensaram a população do local e estenderam os limites da região, que hoje contempla de 13 favelas.

Os acontecimentos e disputas do tráfico de drogas ocorridas no Complexo do Alemão são cruciais para a compreensão da história do crime no Rio de Janeiro⁴³. Os confrontos e represálias entre as facções criminosas atingiram o ápice em 2010, quando o Comando Vermelho ordenou uma série de ataques dispersos pela cidade, que incluíam arrastões e saqueamentos, atentados e alvejamento de postos policiais e delegacias, incêndio de ônibus e carros de passeio. Diante dessa ofensiva, em 25 de novembro do mesmo ano, o governo do estado mobilizou as três forças policiais e as forças armadas do país para ocupar a Vila Cruzeiro. A fuga cinematográfica empreendida pelos bandidos através da mata, desde este ponto até o Complexo do Alemão obrigou o governo a estender a empreitada de retomada dos territórios. Após o anúncio de invasão e o período de rendição ofertado aos criminosos, em 28 de novembro, as tropas assumem o controle do Complexo do Alemão. Inaugura-se a etapa de preparação para a instalação das 4 UPPs: Alemão, Fazendinha, Nova Brasília e Adeus/Baiana.

A combinação entre a amplitude do território, a densidade populacional, a data mais recente de instalação das UPPs e a profunda imbricação da memória da favela com a história do C.V. produziram circunstâncias particulares que demandaram maior dedicação em campo para recrutar informantes que as demais comunidades presentes neste estudo. Não resta dúvida de que a atmosfera de tensão que reina no Complexo do Alemão em nada se assemelha ao clima ameno do Chapéu/Babi. No decorrer das caminhadas pela comunidade, policiais e moradores se vigiavam mutuamente, trocando olhares de desconfiança e medo entre uns e outros. O desconforto de ambos os lados era patente.

Mesmo com os tiroteios controlados durante a realização da pesquisa de campo, a fragilidade da paz sustentada naquele cenário era facilmente sentida e os malabarismos adotados pelos moradores para manter operante a lei de silêncio dos tempos de tráfico vigoroso, comunicavam o sentimento de insegurança geral. Ainda que o período mais extenso de pesquisa de campo (out. 2012/dez. 2013) tenha sido destinado a esta comunidade, o grupo de informantes entrevistados foi composto, por lideranças comunitárias, presidentes de alguma associação de moradores ou pessoas que conduziam, a partir de ONGs, projetos

⁴³ Apesar de pertencer ao C.V., em 1994, Uê, responsável pela venda de drogas no Morro do Adeus, trama uma emboscada que ocasiona a morte de Orlando Jogador, o chefe do tráfico no Complexo do Alemão e uma das figuras mais reponderantes da facção. Esta situação constitui a semente das demais fraturas no âmbito do próprio C.V. e o surgimento das demais facções do Rio, como T.C e A.D.A. Para compreender a disseminação e as cisões das facções cariocas, ver Comando Vermelho: A história secreta do crime organizado, de Carlos Amorim.

sociais. Duarte *et al* (1993) entendem que na busca do domínio da cultura englobante, alguns indivíduos de classes populares trilham um percurso que promove o distanciamento de sua condição de origem. O embaralhamento paradoxal entre distanciamento e pertencimento que ocorre neste processo de conversão reposiciona-os, transmutando as lideranças comunitárias em figuras que, a um só tempo, são as mais e as menos “representativas” do grupo local. Formado em Ciências Sociais pela UERJ e bem articulado, Bruno é provavelmente o mais emblemático dessa condição.

Considerado quartel general do Comando Vermelho, o Complexo do Alemão não costumava sofrer ofensivas de facções rivais como outras comunidades, conforme explica um dos informantes: “Até outra facção não invadia, tinha medo de invadir aqui. Ninguém invadia!” Essa é uma distinção marcante entre o panorama anterior à instalação das UPPs no Complexo e nas demais favelas analisadas. Em contraste com as sucessivas trocas de facções no comando das favelas do Leme ou do Morro da Formiga, apontadas como fator motivador para a acolhida da UPP pelos moradores, no Complexo os embates aconteciam mormente entre o C.V. e as forças policiais, o que propiciou maior hostilidade à farda. Provavelmente, esta é uma das razões que explica a inexistência de um paralelo entre o sentimento pró-UPP atribuído à maioria dos moradores da Formiga e do Chapéu/Babi, inclusive por moradores contrários ao projeto, e a tensão latente do Complexo do Alemão.

Considerada a capilaridade do poder do tráfico e o reflexo de suas atividades no cotidiano da comunidade, a perda da estabilidade da facção criminosa no Complexo afetou diversas áreas. O enfraquecimento sofrido pelo comércio com a retração do tráfico foi observado pelos moradores. Essa mudança é comentada por um deles:

Até o comércio caiu, eram os maiores fregueses e as pessoas vinham de fora para dentro da favela para usar as coisas, começavam a gastar. Enfraqueceu, até o comércio caiu, isso aí está notório para todo o mundo ver.⁴⁴ (Ricardinho, 45 anos, Coqueiro).

Responsáveis por incrementar a movimentação de dinheiro na favela, os bailes funk tiveram sua proibição arrolada como fator contribuinte neste processo de desaquecimento do comércio local. Conforme relatou Ricardinho: “todo comerciante que trabalha com refrigerante, cerveja, salgado, essas coisas todas, todo o mundo ganha, todo o mundo lucra.” Outros moradores acrescentam que além dos serviços tradicionalmente movimentados por eventos culturais

⁴⁴ A construção dos teleféricos no Complexo do Alemão, somada a imagem de favela pacificada, passou a atrair um número crescente de turistas. Contudo, de acordo com a análise de Bianca Freire-Medeiros, o tour pela favela não costuma agregar benefícios econômicos significativos para os moradores, considerando que o gasto dos turistas durante o passeio é irrisório. Consequentemente, o turismo, conforme esta estruturado até o momento, não estimula a economia da favela na mesma medida em que o tráfico colocava o capital em circulação.

como a venda de comida e bebida durante os shows, outros setores eram igualmente impulsionados pelos bailes como a venda de roupas e salões de beleza que funcionavam madrugada adentro.

Não, cara, o baile é o seguinte, o baile ele movia um grande empreendimento para trabalhadores, muita gente aqui na favela, você vê casa aí de dois andares, três andares, construíram sua casa trabalhando no baile, vendendo cerveja em lata, seu churrasquinho de gato, seu salsichão, construíram a vida assim, vendendo no baile, sexta, sábado e domingo, porque gerava emprego para o camelô, gerava emprego para o vendedor de bala, o vendedor de cigarros de hortelã, cigarro de Bali, gerava, então as pessoas já contavam com aquela renda ali, opa, hoje tem baile, hoje é dia de eu ganhar dinheiro, entendeu? Então a questão... Tudo bem que quem botava o baile era o tráfico, mas o tráfico botava para manter o negócio deles, mas também ajudava o quê? A circular dinheiro na favela, era uma rotatividade dentro da favela, então as pessoas que são trabalhadores, eles questionam sobre isso, o baile é que me mantinha, eu já tenho uma idade, já tenho cinquenta e poucos anos, eu tenho sessenta, como é que eu vou arrumar um emprego de carteira assinada agora? Ninguém vai me aceitar no mercado, eu sou excluído do mercado, para o mercado eu não sirvo para mais nada. Aqui não, aqui eu trabalhava, fazia meu dinheiro, sorria, eu tinha um amigo que ele tinha barraca de churrasco, de frango, ele vendia à noite mil espetinhos. (Zico, 40 anos, Complexo do Alemão)

Diante dos óbices impostos para a realização de eventos na comunidade, Ricardo e Leilane ponderaram que a polícia condiciona a autorização ao perfil do evento ou do organizador, atrelando a concessão ao não envolvimento com o tráfico, desde que seguidos os procedimentos legais. Segundo eles, as pessoas que atendem estes critérios não possuem dificuldades para realizar atividades de entretenimento.

Eu também acho que se tem uma lei para ser cumprida, nós temos que cumprir, porque eu acho que para você fechar uma via pública você tem que ter autorização, eu concordo. Só que eu acho que ele não vai conseguir consertar impedindo de ter as coisas, entendeu? Eles reprimendo, eu acho que não é por aí. Nós fizemos um evento aqui, uma feira literária. Ele autorizou, ficou até PM nas esquinas, porque a gente falamos que ia vir uns gringos, aí ficou os PMs na esquina, foi tudo tranquilo, ele autorizou numa boa, mas eu acho que eles sabem quando é coisa para o bem, de bem. (Leilane, 42 anos, Palmeiras).

Olha, a maior dificuldade que era essa Resolução 013 para implantar os bailes dentro dos morros, de favelas cariocas. Isso só foi criar corpo dentro da favela com a chegada da UPP, já não podia mais nada. Mas graças a Deus, com a UPP Nova Brasília não tinha esse problema, eu sempre realizei baile na Nova Brasília. Eu ia na região administrativa, na DOPOR da UPP e o baile rolava. Todos os finais de semana tinha baile na Nova Brasília, tinha baile na Praça do Samba, então eu não tive problema com a questão do Baile Funk no Alemão. Ali em cima na Nova Alvorada, eu nunca tive problema com relação à UPP Nova Brasília para estar criando eventos dentro do morro. (Ricardinho, 45 anos, Coqueiro).

Financiados, em larga medida, pelo tráfico, os bailes intermináveis contavam com potentes equipamentos de som ligados a noite toda. A UPP alega que a política de suspensão dos bailes se justificava em razão do patrocinador ilegal, do dinheiro de origem escusa, pela apologia ao crime que acontecia com frequência tanto por meio das letras de diversos funks

quanto pela dança, composta de sinais e expressões que carregam a simbologia do Comando Vermelho, no caso do Complexo do Alemão. Outro argumento utilizado era a possibilidade de que a reunião de tantas pessoas pudesse sair do controle e instalar oportunidade para alguma ação criminosa do tráfico. Contudo, a PM garantia que diante a estabilização da segurança na comunidade os bailes seriam paulatinamente liberados. Ademais, a autorização para realização de eventos nas favelas ficava a cargo da discricionariedade do comandante da UPP local.

Com público cativo e apoio garantido por parcela expressiva da comunidade, sobretudo os jovens, os bailes funk impõem a lógica da ditadura da maioria. Os moradores não afeitos são invisibilizados e, muitas vezes, o incômodo produzido pelas festas são naturalizados. Em “tempos áureos”, não havia dia impróprio para os bailes.

Olha só, e aquele ditado, isso aí é uma via de mão dupla, até hoje se você mora do lado de um clube que toca a noite toda, alguns moradores daquele local vai estar ali se divertindo, outros vão ficar chateados porque queriam descansar um final de semana, porque trabalhou a semana toda, não é? Num clube no asfalto não acontece isso? No morro é a mesma coisa, nem todo o mundo é contemplado, nem todo o mundo é satisfeito, uns gostam e outros não, isso aí é normal. (Ricardinho, 45 anos, Coqueiro).

Trinta anos cara, eu estava acostumado com o barulho. Trinta anos, imagine se você viver trinta anos na selva, que à noite você só vê selva estrelada e o barulho dos grilos, aí tu vem para a cidade grande, tu vai embora para a selva, tu não vai aguentar, isso aqui não é o meu lugar, a mesma coisa a pessoa que vive no barulho, se jogar ele uma cidade deserta ele vai falar, não, vou morrer aqui. (Zico, 40 anos, Complexo do Alemão).

No universo pesquisado, apenas uma informante se posicionou de forma declaradamente contrária à liberação dos bailes funk, percebidos pela maioria como uma das poucas opções de lazer próprio da comunidade, principalmente para os jovens. Leilane representa a ala dos evangélicos avessos ao funk, seja em termos musicais, seja como entretenimento. Nas palavras da moradora: “Tudo negativo, não é baile pra pessoa direita ir”. Mesmo em comunidades como o Complexo do Alemão, em que a maioria clamava pelo retorno dos bailes, havia pessoas satisfeitas com a proibição desse tipo de evento.

Não obstante não ser exclusividade dos bailes, um problema indubitavelmente vinculado a eles é a altura e o horário do som. Mesmo dentre os apoiadores do baile, muitos manifestaram sua insatisfação com a perturbação decorrente da intensidade da música. É o caso de Irani que apesar de ser favorável a liberação da diversão relata o transtorno causado pela altura do som dos vizinhos.

Incomoda. Aqui nessa rua tem um rapaz que coloca um carro com rádio fica com a música tão alta, tão alta que lá de casa eu escuto. Tem uma senhorinha que mora sozinha ali, ela tem 84 anos. Tem noite que ela fica me ligando a noite toda pedindo pra pedir pra eles abaixar ali. Minha irmã que mora aqui, às vezes liga pra polícia e eles vêm. Se fosse de sábado pra domingo, mas muitas vezes é de quinta pra sexta. Tem gente que sai daí com sono de manhã por causa da música alta deles. Essa rua não era pra ser assim porque aqui é moradia. (Irani, 60 anos, comerciante, Palmeiras).

Sob a rubrica da informalidade, a lei do mais forte é a que prevalece na favela e com relação aos bailes funk não era diferente. A hegemonia do tráfico e dos jovens impunha, em momento anterior a UPP, uma rotina de bailes que não tinham limite de horário ou de decibéis. Sem possibilidade de negociar ajustes ou instrumentos disponíveis para coibir os abusos, trabalhadores, religiosos, idosos, estudantes, pessoas enfermas, enfim, todos aqueles que não apreciam esse estilo de entretenimento ou que, por necessidades pessoais, desejavam se preservar do distúrbio, eram silenciados e submetidos.

...melhorou aqueles bailes funk sem hora de acabar, que toda comunidade tem que ter o seu lazer. Mas assim, eu acho que tudo tem hora para acabar, tinha uns que só Deus para acabar, que acabava dez horas da manhã, na minha casa só Jesus para a gente dormir, e aí não tinha hora para acabar, som ligado até tarde, para incomodar o vizinho do lado que no outro dia trabalha, então, quer dizer, são coisas muito difíceis que até conseguir conscientizar as pessoas vai demorar... (Fernanda, 34 anos, Matinha).

O ponto positivo é o entretenimento, a distração, porque aqui também não tem nada. Não tem nada. Não tem evento nenhum, não tem nada. O baile funk se for só pra divertimento é ótimo. Só não gosto dessas músicas de apologia, sabe? Crime, sexo, mas sendo uma musica sadia é bom. O som alto incomoda. Incomodar, incomoda. Mas quem ia reclamar? Ninguém reclamava... (Walcenir, 40anos, Palmeiras).

Os benefícios arrolados pelos moradores do Complexo do Alemão com relação à instalação das UPPs foram o fim da ostentação de armas pelos envolvidos com o tráfico e a contenção dos tiroteios, o que não difere aqueles citados pelos moradores de outras comunidades. Uma das entrevistadas mencionou que as crianças voltaram a brincar na rua depois que os bandidos pararam de correr de carros pelas vias principais da favela com arma para fora do veículo. Outras destacaram que a visão das pessoas que residem fora da comunidade mudou depois da chegada da UPP. Alguns ainda mencionaram que os amigos que antes não faziam visitas por medo da violência, passaram a oferecer carona até em casa.

A gente não vê ninguém com arma aqui, a gente não escuta tiro aqui, a gente não vê traficante aqui, que a gente via passar com arma, a gente não vê mais isso. Pra mim trouxeram melhoria, porque respeitam a gente, olha só, o pessoal que fala mal de policial que eu não gosto, é pessoa mesmo ruim, que gosta de bagunça, ficar na rua bagunçando até tarde, com música alta até tarde, então essas pessoas não vão gostar de ver ordem, mas caso contrário não, não

tenho nada a dizer dos policiais, vem, passam aí e cumprimentam, não tenho mesmo. Aqui acho que morador não tem nada a dizer dos policiais. (Irani, 60 anos, comerciante, Palmeiras).

Uma coisa eu tenho certeza, o projeto UPP ele não veio para acabar com o tráfico não, ele veio para diminuir a violência e ostensividade de armas, isso eu tenho certeza. Está dando êxito, sim, a violência diminuiu, a questão de roubo, disso, está aí uma maravilha, só não vê quem não quer, alcançou o objetivo dela, alcançou, e possível viver no morro sem armas, sem isso, e aquilo, e possível. Está aí, estamos vivendo, isso eu posso falar que está acontecendo, não tem como ninguém dizer que isso não está acontecendo! Complexo do Alemão, você não vê mais armas nos becos, graças a Deus. Então é possível? É! Isso é uma realidade, porque o Mariano Beltrame como prometeu ele está cumprindo. Acabar, diminuir a violência e a ostensividade de armas, ele prometeu está cumprindo. (Ricardinho, 45 anos, Coqueiro).

Tá sendo bom. Tá tendo um crescimento aqui, porque antes era troca de tiro, né? Antigamente. Mas agora tá tudo mudado. Não sei se você viu no outro dia vários policiais vindo. Isso transforma a segurança também. O que eu vejo aqui é segurança. Tá tendo segurança, em vista do que era antigamente. Hoje tá tranquilo, em vista do que já teve. (Walcenir, 40 anos, Palmeiras).

Os depoimentos aqui elencados demonstram como a geração de mais idade aprecia as mudanças na vida cotidiana como: local de moradia menos estigmatizado, possibilidade de dormir à noite e menos armas à vista. Apesar de reconhecer diminuição das armas de grosso calibre exibidas pelos traficantes, a redução dos tiroteios e as vidas que foram poupadas em decorrência disso, Bruno avalia que a opressão policial não compensa as vantagens aludidas. Por acreditar que a militarização do cotidiano da favela se consubstancia em uma vida de segunda categoria, o entrevistado declarou preferir os problemas advindos da não permanência da polícia. Apesar das críticas tecidas pelos outros entrevistados, este foi o único a assumir tom tão contundente.

Teve ganho, ele não justifica a permanência... Ele por si só não pode ser utilizado para se justificar essa forma de opressão policial que está sendo feita, mas ela existe para mim a principal foi a diminuição que é fato, fato hoje, porque já está começando a voltar de novo, a questão de morte por conflito de tráfico e polícia, armamento pesado que diminuiu, a quantidade de soldados do tráfico diminuiu depois da entrada UPP e isso fez que diminuísse o conflito entre eles em qualquer rua, qualquer momento, e isso com as mortes de inocentes entre eles, essa morte de quem está no meio desse conflito, isso diminuiu drasticamente, esse era o grande ganho, que não está mais sendo tão grande assim, que os conflitos estão voltando, não no mesmo tamanho, mas esse é um ganho, que preservar vida, para mim sempre é ganho. (Bruno, 44 anos, Morro do Alemão).

Na esteira das críticas a UPP, os abusos policiais, o “arrego”, a proibição dos bailes funk, a fraqueza do projeto no que concerne às questões sociais e até mesmo a troca de comandante das UPP foram elencadas pelos moradores.

A UPP ela vem se firmando agora, porque não basta dar só polícia para a comunidade, tem que dar a cultura e a educação, e isso a UPP ela precisa também ser ajudada, que ela não tem condições de fazer sozinha, alguns policiais e algumas policiais que estão aqui comigo fazem o trabalho, mas às vezes eles têm que tirar do próprio bolso e eu acho que isso é inadmissível acontecer isso, o governo tem que dar essa estrutura. Outra coisa também, alguns policiais eles precisam ser educados de uma maneira com a comunidade, a violência não vai consertar civilização nenhuma, você agir com mão de ferro, truculento, você só faz com que a comunidade se afaste ainda mais deles. (Zico, 40 anos, Complexo do Alemão).

Só de cima para baixo e nos espaços exclusivos para poder criar... Estamos fazendo um trabalho de proximidade, estamos dando aula de reforço, fazendo não sei o que, dando baile não sei o que, baile de debutantes, só que isso aqui atende uma parte da população que esses se aproxima aqui, mas esses mesmos que vem no cursinho aqui, que fazem jiu jitsu com eles, que faz algo com eles, esses mesmos jovens quando ele vai para a rua e encontra o outro policial que está fazendo policiamento, essa mesma pessoa ela é oprimida, ela é jogada no beco, ela é revistada de uma fora abrupta, então não há uma política de aproximação de fato com a população, há uma construção simbólica de proximidade que ela não se realiza no momento do policiamento... (Bruno, 44 anos, Morro do Alemão).

As denúncias de corrupção policial foram feitas por metade dos entrevistados, dentre os quais dois disseram rindo que era “melhor não comentar”, outros dois alegaram que nada havia mudado neste quesito e uma moradora confirmou por gestos que a prática ilegal seguia operante, mas preferiu se abster de emitir uma resposta oral, enquanto olhava receosa para o gravador. No que concerne a outra metade, três afirmaram desconhecer a existência de “arrego” após a chegada da UPP, um afirmou que apesar de não ter cessado a prática, a mesma foi drasticamente reduzida e o outro garantiu que o crime não acontecia.

Olha, eu vou falar para você de coração, com essa questão de propinas essas coisa graças a Deus que eu saiba não, não acontecia, não sei daqui para a frente. Existia um relacionamento sério, um relacionamento de conversa, de confiança, mas em momento algum houve essa questão, ah, eu quero uma prata de fulano, tem que ter, nunca houve isso. Que eu saiba não, nunca chegou em cima de mim, para falar, olha me pediram um dinheiro, não até porque os comandantes que... Eu estou falando dos capitães que eu convivia, que era o Capitão Salgado e o Major Rodrigues, esses dois da UPP Fazendinha e Nova Brasília então eu boto 100% de certeza que isso... até então não acontecia, por esses dois comandantes eu posso falar para você com sinceridade, eu até boto a mão no fogo, agora eu não sei o que vai acontecer daqui para a frente, espero que continue essa mesma postura, também eu não posso julgar ninguém sem conhecer, sem saber. (Ricardinho, 45 anos, Coqueiro).

Nem todas as acusações de desrespeito foram endereçadas à polícia. Muitos informantes ponderaram sobre a descompostura e excessos de moradores contra os policiais. Destoante das críticas unilaterais de Bruno, vários entrevistados mencionaram os inúmeros desafios que a convivência entre moradores e polícia impõem aos dois grupos.

Olha para te ser sincera eu acho assim, tem pessoas na comunidade que não sabe qual é o seu lugar, não respeita a polícia. Igual tinha o Exército, tem pessoas que não respeitavam o Exército corria atrás, jogava pedra, garrafa. O Exército saia correndo nos caminhos, ia embora, a comunidade eles, aqui tem pessoas que só respeito mesmo o BOPE e a Polícia

Civil... Tem abuso, e dos dois lados, eu também não vou botar panos quentes, porque aqui tem morador que não respeita mesmo, são abusados mesmo, são pessoas que são envolvidas, entendeu? Não respeita mesmo, não adianta. (Leilane, 42 anos, Palmeiras).

É muito difícil, a relação polícia e morador é bem claramente difícil, e aí tem que ser bem claro em dizer, por exemplo, tem dez moradores, cinco são a favor da UPP, três são a favor, mas tem medo de declarar, e três tacam pedra, é isso que está... E pensando, ontem eu conversando com um policial da UPP aqui, ele veio aqui bater um papo, ele falou isso, pega uma estatística de dez moradores, cinco estão achando legal, porque esta bom, melhorou a ostentação. Eu espero que em 2016 a gente já tenha tido resposta, senão a gente vai ficar sem resposta porque acabou tudo. Com certeza. (Fernanda, 34 anos, Matinha).

O governo quer que eles (UPP) mudem uma cultura local em três anos de ocupação. Os caras não conseguem. Não toda a população do Alemão, que nós somos quase 300 mil, mas muita gente hostiliza a questão da polícia. Ainda tem muito aquela hostilidade: 'ah, é verme; taca pedra, xinga'. A polícia ainda sofre muito esse tipo de coisa. Nem é culpa da polícia, é por conta do Estado aí presente, aí a polícia acaba pagando. O que não foi feito em 30 anos, não vão fazer em 3 anos. (Dinho, 40 anos, Casinhas).

Vale ressaltar que a novela exibida⁴⁵ em horário nobre na Rede Globo, *Salve Jorge*, trouxe um dos núcleos de seus personagens ambientado no Complexo do Alemão, tendo sido o capítulo de estréia uma remontagem da invasão do local, que misturava cenas reais com cenas fictícias. Tradição cultural e produto de exportação, as novelas se encarregam de problematizar questões cotidianas, visibilizando e sensibilizando a audiência para lutas sociais de grupos particulares. Repletas de personagens carismáticos que se incumbem de lançar modas e jargões, as novelas disseminam idéias e moldam comportamentos⁴⁶. Apesar de esboçarem satisfação em verem sua comunidade contemplada como cenário de novela, os moradores, em geral, endereçavam críticas a falta de comprometimento da abordagem com a realidade do Complexo do Alemão. Uma moradora do Morro do Adeus garantiu que tráfico de mulheres era crime típico da Zona Sul e que sua comunidade só possuía crimes relacionados com o tráfico de drogas.

O enlace amoroso entre uma menina da comunidade e um soldado do exército, logo após a invasão, teve destaque e perdurou por toda a trama. Questionei diversos informantes sobre a ocorrência desse tipo de relacionamento entre as nativas e os homens fardados, na época do exército ou da UPP. Chamou a atenção a diferença com que o assunto era recebido

⁴⁵ A novela *Salve Jorge* foi exibida de 22 de outubro de 2012 à 17 de maio 2013.

⁴⁶ Objeto de estudos realizados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, a influência das novelas da Globo na mudança de visão e comportamento das brasileiras no que concerne à família e ao casamento foi evidenciada. Ao lado de outros fatores, a apresentação de protagonistas sem marido e cheias de possibilidades, bem como o modelo de família nuclear pequena e feliz, contribuíram para a queda drástica da taxa de fertilidade e aumento significativo dos divórcios. Os estudos destacam ainda que esse potencial interventor estaria restrito às novelas da rede Globo, cuja cobertura alcançava, em 2009, 98% dos municípios do país, além de ser a principal emissora nacional e quarta maior rede de televisão comercial do mundo. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u654222.shtml>

ou comentado pelos moradores. Muitos ouviam com surpresa minha pergunta e de imediato respondiam que não. No momento seguinte, algumas pessoas supunham que deveria ocorrer um caso ou outro, mas alegavam desconhecimento. Dentre os que afirmaram saber da ocorrência de envolvimento entre os integrantes da polícia e os membros da comunidade, os relatos aludiam sempre casos amorosos entre mulheres da comunidade com os homens da UPP, nunca houve menção nas entrevistas ou em conversas informais sobre o romance entre uma policial com homem da comunidade.

Contudo, foi em meio a uma conversa informal travada com um grupo de mulheres jovens da comunidade, num encontro promovido pelo Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS), que encontrei indícios mais claros do significado que namoros ou flertes entre nativos e policiais assumia no Complexo do Alemão. Interrogadas sobre o assunto, as moças comeram a rir e se entreolhavam com a cumplicidade de quem guarda um segredo em comum. Depois, confidenciaram que apesar de raros, alguns casos realmente aconteciam. A delação foi feita em voz baixa, próprio de uma boa fofoca. As mulheres que se envolviam com os PMs recebiam o adjetivo de “loucas”, sem juízo, e corajosas. Ficar com um policial definitivamente denotava desafiar um sistema instituído e vigilante. Ficava clara a transgressão praticada pelas mulheres que ousavam se envolver com os policiais. Em outra oportunidade, um informante ponderou:

Todo lugar tem um policial bonito que a menina ela vai se envolver, não vai se envolver aqui, vai se envolver lá fora, numa boate num restaurante... Agora pra namorar ele aqui dentro (pausa). Ela tem que ser discreta! (Zico, 40 anos, Complexo do Alemão).

Um entrevistado comentou que apesar de não ter certeza ouvia rumores de envolvimento entre mulheres da comunidade com os policiais. Narrou o fim trágico de uma garota que namorou um policial após uma invasão ocorrida há alguns anos atrás. Quando os militares desocuparam a área, os traficantes fizeram a ‘cobrança’, e jogaram o corpo da moça num contêiner de lixo.

Eu não posso te afirmar até porque tirando a farda eles são homens e mulheres normais, eu vou falar eu, se eu me interessar por um policial ou por uma policial, se houver a química das duas partes, eu não vejo problema nenhum, essa é minha opinião, agora, não posso dizer uma coisa que eu ainda não presenciei, mas que acontece, a gente ouve, mas eu não posso dizer, não posso afirmar. Em 2016 muita gente vai morrer. Com certeza. (Dinho, 40 anos, Casinhas).

As meninas e mulheres com quem caminhei pelo Complexo do Alemão, além de evitarem olhar na direção dos policiais, alegaram não retribuir cumprimentos com medo de futura represália do tráfico. A recusa de qualquer forma de contato que não fosse imprescindível se justifica por acreditarem que os ‘meninos’ podiam estar vigiando. A conduta preventiva apesar de mais evidente da parte de mulheres jovens, permeava a postura e os cálculos racionais dos demais moradores, como explica um informante: “Eles sabem que isso ainda rola (tráfico). Tem alguns, é exceção, mas tem uns (moradores) que curte a polícia, cumprimenta. Aí eles ficam falando ‘olha fulano de tal tá fechando com polícia’, entendeu? Fica visado.” As incertezas sobre a permanência do projeto de segurança tem peso substancial na postura de cautela adotada pelos moradores.

Esse é o nosso maior medo é que em 2016 devido a convivência das pessoas que são pró (UPP) de elas sofrerem algum tipo de represália se isso realmente... Se esse Titanic afundar. Um banho de sangue mesmo, vamos falar o português claro, essa é a verdade. (Fernanda, 34 anos, Matinha).

Na perspectiva da maioria dos entrevistados as UPPs são “uma jogada política” que não resistirá após a Olimpíada de 2016. Diferente da reação dos entrevistados do Chapéu/Babi, que torciam pela continuidade do projeto, nenhum dos moradores do Complexo expressaram o desejo de que a UPP ficasse no território, restringiram-se a responder a pergunta. Enquanto alguns apostam que o projeto “a gente acredita que o projeto se arraste, mas acabar não. Depois de 2016... no encerramento das olimpíadas você pode ter certeza, aí o caldo entorna”, “vai se despedir”, outros questionaram a eficácia caso se prolongue: “se continuar, vai ser de forma deteriorada, como foi o GPAE”, “sair, eu acho que a UPP não sai, mas vai ficar a Deus dará.”. Apesar de Ricardinho ter sido o único entrevistado a não endossar esta expectativa pessimista, sua opinião tampouco constituiu contraponto:

Não sei, aí só o futuro dirá se é um projeto sério ou se é um projeto só de interesse político. Não sei, será que o outro governo que vim vai querer continuar com esse projeto? Não sei...seria leviano arriscar um palpite. (Ricardinho, 45 anos, Coqueiro).

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que mediante a extinção do programa da UPP, o tráfico retomará o controle das comunidades hoje pacificadas. Ricardinho ri da obviedade da questão e devolve a pergunta: “o que que você acha? Ué, não tem o que não achar”. Apesar desta certeza, as opiniões dos entrevistados divergiram quanto à intensidade com que os bandidos voltariam a atuar. Enquanto uns acreditam que o tráfico voltará com

menos ostentação, outros apostam que o retorno será truculento e que a situação ficará pior do que estava.

4.4 Morro da Formiga

O outro cenário a ser explorado pela pesquisa é o Morro da Formiga. Uma das versões históricas garante que este nome foi atribuído pelos moradores dos arredores diante do movimento de pessoas que subiam e desciam os caminhos sinuosos do morro, que é um dos mais íngremes da cidade. A área que acolhia uma grande fazenda deu origem, após um loteamento regular, iniciado em 1940, à ocupação do local. Posteriormente, o crescimento desordenado promovido, sobretudo, pela chegada dos imigrantes oriundos de Minas Gerais e Espírito Santo, expandiram os limites da favela que se estende pela bacia do rio Cascata, afluente do Maracanã.

Comunidade de dimensões reduzidas, de histórico cultural denso com destaque para a figura de Syndoval Silva, compositor de Carmem Miranda, e para a escola de samba Império da Tijuca, (campeã do Carnaval pelo Grupo A em 2013), o Morro da Formiga possui uma trajetória de organização política que também deve ser sublinhada, tendo fundado, junto ao Borel e ao Salgueiro, a primeira Associação de moradores de comunidade, União de Trabalhadores favelados, em 1954 (GUEDES, 2013).

Segunda comunidade da zona norte a ser ocupada militarmente, o Morro da Formiga recebeu em 1º de julho 2010 sua unidade de polícia pacificadora. Sob o comando da então capitão⁴⁷ Carvalhaes, atualmente promovida a major, esta UPP se destacou dentre as demais por ter sido a pioneira a privilegiar o trabalho de mediação de conflitos comunitários. Posteriormente, essa iniciativa foi acolhida pela CPP, que se incumbiu de formatar a prestação do serviço de mediação, estendendo-o as demais unidades. A mediação de conflitos, incorporada às práticas militares das UPPs, é resultado de um convênio entre a PMERJ e o

⁴⁷ Durante uma entrevista na CPP perguntei ao oficial responsável pela área de ensino e cursos da UPP porque razão as patentes eram usadas no masculino mesmo quando a pessoa era do sexo feminino e havia previsão na língua portuguesa para flexão de gênero da palavra. Capitão Matoso afirmou que as duas formas de tratamento eram corretas., contudo, as mulheres que ocupavam o posto de capitão era tradicionalmente referidas pela patente no masculino por ser recente a sua presença na instituição. A não inclusão de gênero na referência as patentes denota, a meu ver, certa dificuldade em lidar com a diferença de gênero ainda em construção na instituição policial. Caminha na mesma direção, a expressão policial fem. para designar as mulheres da polícia, a qual traduz a existência de um padrão masculino na instituição, sendo a mulher a variável vista a partir dele.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), este último responsável pela capacitação dos policiais mediadores⁴⁸.

No início do trabalho de mediação, ser designado para o serviço era considerado castigo pela tropa, pois seria no jargão policial a “feijoada”, por ser uma atividade na qual se faz de tudo um pouco, todo tipo de atendimento é contemplado, não correspondendo a função típica de polícia. Na UPP Formiga, após a sensibilização de todos os policiais da unidade para a mediação de conflitos por meio de um curso, o serviço foi ressignificado, despertando em diversas pessoas o desejo de atuar nesta função e gerando admiração inclusive entre os colegas que não se identificavam ou possuíam perfil de mediador. Apesar da conscientização dos policiais e do respaldo da comandante, a carga de cursos obrigatórios que ninguém deseja cumprir acaba sendo designada para os mediadores.

Assim como Chapéu/Babi, a UPP Formiga possuía efetivo feminino considerável se contrastada com o Complexo do Alemão. Perguntei a algumas policiais como era ser mulher na PM trabalhando em favelas. Uma das mediadoras acreditava que o fato de ser negra gerava uma identificação com a comunidade, mesmo sendo PM, até porque o cumprimento de sua função era à paisana, amenizando a distância e o peso que a farda imprime à relação com os moradores locais. No plano da instituição, as policiais do operacional declararam com mais frequência que consideraram o ambiente de trabalho machista, reclamação menos sutil entre as colegas do setor administrativo. Merece destaque no depoimento das policiais femininas no que concerne as questões de envolvimento amoroso entre policiais e comunidade, as manifestações das assimetrias de gênero na corporação. Enquanto os policiais homens se sentem à vontade em flertar e até se envolver com mulheres nas favelas em que trabalham. Duas situações de enlace amoroso ocorridos no Morro da Formiga foram narradas pela comandante, ambos entre policiais homens e mulheres da comunidade. No primeiro, o romance acabou no altar, enquanto no segundo caso a namorada prestou concurso e entrou para a PM. O envolvimento ou mero flerte das policiais femininas é fortemente desencorajado pelos companheiros de trabalho, que insistem em rotular os rapazes e homens da favela como ‘gansos’, marginais. Segundo uma das policiais, no tange a esta questão o preconceito é grande e como resultado a ‘fem.’ pode perder o respeito dos colegas. O controle social exercido pelos homens da instituição implica transformar os julgamentos sobre as escolhas

⁴⁸ Este projeto foi condecorado com o prêmio Innovare, criado para visibilizar e disseminar iniciativas originais, promovidas por atores do judiciário, capazes de ampliar o alcance e os benefícios da justiça.

peçoais das colegas de trabalho no campo amoroso em deméritos e questionamento de competências profissionais.

A interseção amorosa entre os membros da polícia e os moradores esta condicionada ao tempo de UPP na favela e o grau de entrosamento entre os dois grupos. As comunidades que receberam UPP a mais tempo como as comunidades do Leme, ou aquelas que abraçaram mais abertamente o projeto de segurança como a Formiga, em geral, possuem mais relatos de namoros e flertes entre policiais e moradores. O chapéu/Babi foi a única comunidade em que a relação entre policial feminina e morador foi mencionada.

Situadas uma diante da outra, o Morro da Formiga e a Casa Branca protagonizaram inúmeros enfrentamentos entre suas respectivas facções, C.V. e T.C. Foram muitas as oportunidades na última década, em que o céu da Av. Conde do Bonfim, uma das principais vias da Tijuca, se viu iluminado pelas rajadas disparadas durante tiroteios que romperam a madrugada. Zeli expressa os transtornos e tensões advindos da insegurança que permeava o cotidiano da favela:

Aquele fuzuê de armamento, de isso, de aquilo. Armado, parecia arsenal de guerra, tinha um aqui, o Marco Aurélio foi o cão chupando manga, era traficante, agora não é não. Era tanto tiroteio, tanto tiroteio... teve uma época aqui que no natal o morro ficava vazio. Ano novo o morro ficava vazio, todo o mundo saia fora. Com medo de tiroteio, é muito difícil (Zeli, 61 anos, Morro da Formiga).

A história do tráfico no Morro da Formiga é, portanto, marcada pelos constantes confrontos entre facções rivais que se revezaram no comando dos pontos de venda. A completa ausência de tranquilidade dos moradores, abalada por essa atmosfera de instabilidade, foi apontada pela comandante como uma das razões motivadoras da receptividade expressa por parcela significativa deles diante da instalação da UPP: “Eu encontrei na Formiga foi uma comunidade muito ansiosa pra ter uma UPP.” Por outro lado, ela menciona o temor da população a respeito dos desafios de se ajustar a uma realidade regida por normas formais:

Ao mesmo tempo em que eles queriam uma UPP, eles tinham uma preocupação muito grande em, por exemplo: “vai chegar uma UPP não vai ter moto-táxi. Eu não vou ter mais transporte, vou ter subir esse morro a pé. Porque aqui geograficamente é horrível né? Ai, vai acabar! Vai chegar a UPP, vai acabar o comércio.” Porque era tudo informal. A comunidade não é o asfalto, então o grau de informalidade dentro de uma comunidade é muito grande. Isso foi uma barreira, ao mesmo que eles tinham uma ansiedade muito grande, eles tinham medo. (Carvalhaes).

A informalidade reinante no âmbito das comunidades em larga medida corresponde a uma solução possível diante do vácuo de serviços públicos. O serviço de moto-táxi não foge a essa regra. Carvalhaes, segundo afirma, fez a triagem e submeteu os motoristas e seus

veículos ao processo de formalização, tendo garantido um prazo de carência. Sem condescendência ou coadunação com condutas à margem da lei, a comandante efetivou o ajustamento legal dos trabalhadores sem inviabilizar a fonte de sustento dos mesmos. Frisa-se aqui a capacidade da comandante em manobrar, sem omissão de seu dever legal, as situações que colocam em xeque as exigências formais. Conforme menciona-se, as experiências mais bem sucedidas no projeto de pacificação provêm da combinação entre as características históricas de cada favela e o estilo pessoal do comandante das unidades.

A permanente disputa entre facções diversas pelo comando do Morro da Formiga se distingue do ocorrido nas comunidades do Leme, em que esta situação foi vivenciada de forma transitória, por um curto intervalo temporal. As dimensões reduzidas, o histórico de invasões e a decorrente estabilidade cotidiana, contudo, consistiram em elementos comuns que findaram por gerar menor resistência das duas comunidades ao projeto da UPP.

Satisfeitos com a interrupção dos tiroteios, a contenção das armas e retração do tráfico, as críticas feitas à pacificação foram direcionadas, em sua maioria, aos problemas ou incompletudes do macro projeto. Os moradores, como Zeli, reclamavam a chegada de projetos que priorizassem as demandas sociais.

Foi, teve uma época que parecia aquele filme fogo na torre, era um inferno, depois foi melhorando, agora com a entrada da UPP está excelente, está muito bom, a única coisa que ainda não ficou melhor que os nossos governantes não investem na área social, eles brincam de social. Eu não acredito que (o tráfico) parou total, eu não acredito não, porque aonde tem viciado, ainda tem tráfico. Mas agora está tudo uma maravilha. Não está 100%, mas que está 88% de maravilha. (Zeli, 61 anos, Morro da Formiga).

Críticas ao comportamento desrespeitoso ou abusivo de policiais da UPP Formiga existiram, contudo foram direcionadas a operacionais determinados, nomeados ou descritos fisicamente. A maioria destes já havia deixado o morro após denúncia dos moradores à comandante. Destaca-se a ênfase na confiança depositada na competência da comandante em sanar problemas dessa natureza. A UPP Formiga, no momento da pesquisa de campo, trazia a indiscutível marca da figura da Major Carvalhaes.

A clássica análise de Mary Douglas sobre o funcionamento das instituições (DOUGLAS, 2007) é de uso pertinente na descrição dos perfis diferenciados no que concerne a implantação das UPPs. Por um lado, foi salientado que a UPP longe de se constituir em uma instituição apresenta uma feição de improviso e de ausência de rotinas; por outro, contudo, ganha relevo o caráter de agência dos atores que ora ocupam uma determinada posição em uma estrutura administrativa. Os sujeitos têm o potencial de implantar formas de gestão

mesmo em minudências que afetam a imagem da unidade a que estão à frente. A comandante Carvalhaes, ressaltadas as características das policiais “fem.”, com sua presença e atenção aos chamados direitos das mulheres, é um bom exemplo disso.

5 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E UPP

A percepção profissional dos policiais acerca dos efeitos que o projeto das UPPs produziu nas relações de gênero no âmbito das comunidades pacificadas, sobretudo, no aspecto da violência, é trabalhada a partir de seu lugar de fala, sendo utilizados, dentre outros recursos, dispositivos legais para o desenvolvimento da análise. Nos pontos seguintes deste capítulo são apresentados, na perspectiva dos moradores, os divergentes, por vezes contraditórios, rumos que o modelo de segurança imprimiu à violência de gênero em cada comunidade.

5.1 A polissemia da violência de gênero nas favelas pacificadas

Como mencionado, a instauração da UPP e o recuo do controle armado do tráfico vêm promovendo alteração dos referenciais de autoridade e de justiça, desorganização das estruturas de poder e hierarquia precedentes, além da reconfiguração das interações sociais e dos mecanismos de intervenção disponíveis.

Os índices dos registros criminais refletem uma fração da mudança posta em curso. Segundo estudo exploratório intitulado “Os donos do morro”, realizado pelo Laboratório de Análise da Violência (CANO, 2012), as altas taxas de morte violenta e as resultantes de Auto de Resistência (por intervenção policial) apresentaram um decréscimo significativo em áreas com UPP. Enquanto a primeira foi reduzida em quase 75%, a segunda praticamente zerou. Contudo, os crimes menos habituais ou de registro incomuns, como o furto, a violência doméstica e lesões dolosas, evidenciaram números elevados (CANO, 2012)

Conforme revela esse estudo, o fenômeno da violência de gênero não passou incólume pelo processo de transição de outras dimensões cotidianas acionado pelo projeto de pacificação. Em momento anterior às UPPs, parcela das mulheres recorria aos traficantes de drogas para não sofrer violência de seus maridos (RAMOS, 2011; CECCHETTO, 2012), enquanto outras, preferindo evitar o estreitamento de laços com os traficantes, optavam por não apelar para seus “serviços de proteção”, não obstante não invocarem os meios legais para fazer valer seus direitos, em decorrência das interdições cominadas pela facção criminosa. A retração dos traficantes possibilitou a desobstrução dos canais de acesso à justiça e retirou dos ombros dos maridos violentos o peso das coações intimidadoras e das apreensões taxativas.

Em lugar da legislação e dos julgamentos orquestrados pelo poder paralelo, a UPP leva consigo a tutela jurisdicional do Estado para o âmbito da favela, com vantagens e prejuízos.

A dúvida suscitada pelo incremento dos índices de violência doméstica apontava em duas direções: 1) o fenômeno poderia indicar aumento dos casos de agressão; 2) ou retratar, tão somente, a elevação do número de registros, antes sub-notificados. Embora essa tenha sido a inquietação que me levou a campo, a indisponibilidade, quando não a inexistência, de dados da polícia que pudessem ser cotejados com os discursos nativos e impressões de campo, impediram que a questão fosse respondida de forma conclusiva. Por outro lado, as narrativas oriundas de locais diversos revelaram o caráter dúbio dessa pergunta, uma vez que é impossível propor uma generalização. As diversas soluções dessa equação resultam da multiplicidade de fatores condicionantes do fenômeno, como o grau de interação entre polícia e comunidade, o significado e potencial intimidador atribuído a Lei Maria Penha, a própria interpretação do que vem a ser violência de gênero e que categoria de mulheres é considerada vítima (MOURÃO, 2012).

Fica evidente nas transcrições ser de conhecimento comum da polícia - civil e militar - que as leis do tráfico em vigor até então nas favelas, arbitravam a relação conjugal e por vezes proviam proteção às mulheres agredidas por maridos/companheiros. Alusão espontânea a este arranjo aparece em todas as entrevistas realizadas com os policiais. Questiona-se com isso, a natureza imprevista do efeito das UPPs sobre as questões de violência contra mulher.

... as poucas pessoas que vinham (à DEAM) de comunidade, não queriam que fosse viatura lá pra entregar intimação. Acredito que pelo fato de haver o domínio do tráfico, o fato da mulher se expor, ir numa delegacia e retornar para a comunidade, ela podia ser vista como X9, que eles chamam, ou porque resolviam ali mesmo, procuravam o dono da área e resolviam. Também por medo de ser expulsa né? Provocando a ida da polícia na comunidade. (Cristina).

... aquela mulher cujo marido não a espancava por exemplo por medo da represália do tráfico, com certeza sofria outras formas de violência. Na realidade, se você olhar por outro lado, alguns delitos previstos na Maria da Penha aconteciam lá, mas tolerados pelo tráfico, uma ou outras coisas que não eram, e aconteciam. Quando sai o tráfico e entra a polícia militar ele continua acontecendo, mas agora ele passa a ser notificado e aí pode-se concluir que subiu, mas ele não subiu, ele continua, mas agora notificado. (Matoso).

Se, no início do projeto, diante das primeiras avaliações acerca dos efeitos das UPPs a polícia foi impelida a refletir sobre o significado do aumento da violência de gênero e as razões que lhe deram causa, um ano após a saída do Coronel Seabra, a resposta institucional

parece ter sido formulada. Embora as entrevistas realizadas⁴⁹ tenham contemplado policiais de diferentes patentes e funções no programa de pacificação, quando perquiridos sobre qual leitura possuíam do fenômeno, alegavam, alguns mais parcimoniosos e outros de forma taxativa, que o mesmo era fruto exclusivo do aumento dos registros e não dos crimes.

... na verdade não houve o aumento dessas ocorrências e sim houve o registro por parte dos moradores. (Patrícia).

Agora eles fazem queixa, antigamente eles não faziam. Eles iam ou no traficante ou no líder religioso da comunidade ou líder comunitário, contavam o problema, ou ficava por isso mesmo ou tinha algum tipo de represália deles lá dentro mesmo. Agora não, vai aumentar porque, no mínimo, é encaminhado a isso. Aqui se registra ameaça, seja o que for... (Thaís).

Os casos sempre existiram, não eram registrados, notificados, então quando entrou a polícia militar através da UPP... o número de registros é maior, por que, há a notificação. (Vasconcelos).

Hoje a pessoa vai até delegacia e denuncia. Hoje a pessoa para a viatura no meio da sua comunidade e denuncia, antes não denunciava. Então eu não acho que não existia ou que houve um aumento do delito, eu acho que houve uma diminuição da sub-notificação. (Matoso).

Não obstante as declarações expressarem visão muito similar a respeito do tema em exame, alguns profissionais ao se filiarem a hipótese que acreditavam ser a mais verossímil, valiam-se de expressões como: “acredito que é isso”, “é o que me parece”, “acho que é mais isso”, “é uma observação minha”, o que fazia com que o discurso assumisse tom mais pessoal e menos institucional. As palavras escolhidas também imprimiam certa dose de flexibilidade às afirmações, na medida em que sugeriam ser uma interpretação pessoal e não a verdade sobre dos fatos. Diverso é o caso de Patrícia que nitidamente assumiu uma postura corporativa e reproduziu um discurso institucional, no qual não havia espaço para dúvidas ou relativizações.

O que acontece, após a entrada das UPPs, nós observamos um número muito elevado desse tipo de ocorrência, violência contra a mulher, violência de vizinhos, briga de vizinhos e o próprio desacato, crimes que a gente pode dizer de menor potencial ofensivo, isso nos faz levar a crer e pesquisas já demonstram, que na verdade não houve o aumento dessas ocorrências e sim houve o registro por parte dos moradores. Então aquela mulher que morava com seu marido e era agredida todo dia, antes da entrada do policial efetivamente no morro, ela não tinha a quem pedir socorro, era somente o traficante, aquele poder paralelo e muitas vezes aquele marido dela trabalhava para o poder paralelo. Então a quem ela iria recorrer? Para o asfalto, entre aspas, pedir socorro para a polícia? Ela mesma seria vítima do próprio tráfico. (Patrícia).

⁴⁹ Ao todo foram realizadas seis entrevistas com membros da polícia. Destas cinco foram feitas com policiais militares pertencentes ao projeto da UPP e uma com a delegada da DEAM. À exceção da Comandante da UPP Formiga, os demais nomes mencionados abaixo das declarações transcritas são fictícios, conforme mencionado na metodologia.

Apesar de ter fundamentado sua posição no resultado de pesquisas sobre o assunto, Patrícia não foi capaz de precisar que estudos eram esses ou como poderiam ser acessados. Antes de terminar a entrevista confirmei se ela acreditava que o aumento dos registros seriam os responsáveis pelo aumento dos casos de violência, ao que ela reiterou categórica: “única e exclusivamente.” O apelo da policial a argumentos de autoridade sem lastro, como as pesquisas evocadas, e a adoção de uma fala contundente, que se quer mensageira de uma verdade incondicional, sem espaço para alternativas, espelha, em larga medida, a postura institucional da Polícia Militar frente a diversas incidências.

A opção da PM pela tese de que o aumento da violência tem sua gênese no aumento das notificações se justifica, por um lado, como medida cautelar que visa resguardar o projeto de supostas críticas. Por outro, parece se encaixar perfeitamente no ideal civilizatório e salvador (RODRIGUES; SIQUEIRA, 2012) que orienta a pacificação. Longe de ser infundada, esta tese conta com elementos que a corroboram. É preciso destacar que o encaminhamento feito pelos policiais da UPP no atendimento das ocorrências de violência contra a mulher não se restringe, no mais das vezes, a informar onde e como dar seguimento legal ao caso. Em geral, o procedimento adotado é a condução, inclusive na própria viatura, da(s) parte(s) à delegacia civil competente por aquela circunscrição. Essa atitude contribui para a elevação do número de notificações, uma vez que ameniza as dificuldades que poderiam concorrer para o não registro do crime, como o custo do deslocamento ou o acalento das emoções que aguçam o ímpeto de buscar proteção legal e punição para injúria sofrida.

Outro trecho da entrevista que enseja considerações foi o deslize técnico cometido por Patrícia ao se reportar à violência doméstica como crime de menor potencial ofensivo. Esse fato conduz a duas interpretações, igualmente desfavoráveis. A primeira possibilidade é que a policial não tenha atinado para as mudanças legais postas em curso pela Lei Maria da Penha, publicada em 2006. Desde sua promulgação, a violência contra mulher passou à competência da justiça comum, deixando de ser atribuição dos juizados especiais criminais, responsáveis por julgar os crimes de menor potencial ofensivo, cuja pena máxima é não superior a dois anos ou multa (Lei nº10.259/01). Ademais, a LMP vetou, em seu art.17, o pagamento de cesta básica ou prestação pecuniária como pena (Lei nº11340/01).

A segunda possibilidade, mais provável, é que a policial tenha utilizado de forma leiga o termo técnico, como sinônimo de crime de menor relevância, o que revela o peso atribuído ao delito. É possível que isso decorra do fato da mesma se deparar em seu cotidiano com crimes impactantes, de natureza atroz que, em uma escala comparativa de brutalidade, sobrepujariam, em sua ótica, as agressões mais comuns deferidas contra as mulheres. Ainda

sim, esta seria uma visão distorcida do fenômeno criminal em pauta, pois a maior parte das vítimas de homicídios possuía histórico de agressões reiteradas perpetradas pelo namorado, marido ou ex. Ademais, retrata o descompasso com a os esforços coletivos que podem ser notados nas mudanças de legislação, na disponibilidade de serviços especializados de atendimento às vítimas e ações conjuntas entre as esferas federal, estadual, municipal do governo (VIANA, 2013). Soares (2005) afirma que a violência doméstica remete a uma escala progressiva de agravamento dos maus tratos repetitivos que se manifestam a partir de atos menos lesivos, como tapas e empurrões, por vezes, ampliam-se, em frequência e intensidade, podendo alcançar lesões com danos duradouros ou permanentes. Por este ângulo, não negligenciar os ataques domésticos iniciais pode evitar crimes de natureza mais gravosa.

Um dos fatores elencados pelos policiais para explicar o aumento das notificações de violência contra mulher foi a presença permanente e ostensiva da polícia nas comunidades que, além de sustar as regras proibitivas do tráfico às demandas de justiça da população local, permitia chamados mais frequentes, na medida em que se encontravam à vista.

Eu entendo que tem aumentado (os registros) por eles terem a facilidade de ver um policial passando toda hora em frente a casa, olha e aí vou chamar, tem a facilidade. Eu, onde eu moro eu não tenho essa facilidade que é a UPP passando toda hora na porta e tem um policial parado ali, trabalhando na esquina da minha casa. Onde eu moro não tem isso, pra eles tem essa facilidade. Então eu acho agora bem mais fácil pra eles pra chamarem e aumentar esse tipo de ocorrência. O acesso à polícia militar é mais fácil. Quando tem necessidade eles solicitam. (Cleidiane).

O aprimoramento dos instrumentos legais de proteção à mulher também colaborou para o aumento dos registros, na perspectiva dos policiais, os quais acreditam que o potencial intimidador das punições previstas na LMP impacta possíveis agressores, cumprindo sua função de prevenir e reprovar a ação criminosa. Aposta-se, portanto, na dissuasão da prática do delito em consideração ao resultado do cálculo pragmático entre a satisfação do desejo imediato e a possibilidade real da prisão (MISSE, 1998).

Eu acho que o que fez as pessoas fazerem mais registros é saber que não é só a cesta a básica a resolução, embora a gente verifique que ainda tem falhas na lei, existe a possibilidade do autor ser preso, existem as medidas protetivas que ela tem uma certa garantia. No caso dela estar situação de risco iminente, ela pode ser encaminhada para uma casa abrigo, onde vai ficar protegida com os filhos. A lei fez uma mudança radical no que seria uma punição para o autor, que era só social, era uma coisa alternativa. (Cristina).

Não sei, porque sempre vão ter aqueles que estão a margem da lei mesmo, que não pensam nas consequências, mas o fato de você ter um policial na sua porta já inibe muita coisa. Tem que pensar duas vezes antes de te agredir, se pensar que você tem alguns policiais da UPP ali. Entende? Vai ser flagrante! Tem outra conotação... (Thaís).

Matoso imputa o incremento de determinados crimes a conformação da comunidade ao modelo de justiça estatal que governa os demais espaços da Cidade.

...quando se começa a colocar limites legais gera conflitos. Porque antes o morador, por exemplo, entendia um direito e o traficante dizia: “não, você não tem. Quem tem é ele”. O policial não diz isso. Ele diz os dois têm direitos e os dois têm deveres. Alguns não estão muito acostumados com isso e exigem do policial uma definição, mas o policial não está ali pra definir ou julgar, como era antigamente e isso ainda gera conflito. E isso pode ser o motivo do aumento de determinados delitos, o próprio desacato em alguns momentos, enfim, por conta de uma adaptação de uma forma de se viver democrática. Isso por um lado. Por outro lado, essa democracia que o policial vai promovendo junto com outros órgãos, faz com que as pessoas comecem a procurar os órgãos competentes para fazer suas denúncias, suas queixas. Então o número de delitos sobe a partir do momento que ninguém denunciava um estupro, por exemplo. (Matoso).

Habitados a recorrer ao tráfico para dissipar as desavenças e contrariedades que emergem das interações cotidianas, muitos moradores nutriam a expectativa de que a polícia, quando chamada, decretaria as soluções de forma imediata, nos mesmos moldes da antiga autoridade local. Os policiais da UPP, sobretudo dos envolvidos com mediação de conflitos, relataram a pressão exercida sobre eles pelos moradores, que desejavam sair do atendimento com alguma resposta, ainda que contrária a sua demanda. Muitas vezes a explicação de que a resolução deveria ser construída entre as partes, não gerava satisfação e produzia críticas quanto à qualidade do serviço prestado. O processo de elaboração conjunta do acordo, que naturalmente absorve mais tempo que uma decisão imposta por terceiros, era, igualmente, alvo de reclamações. A respeito da demora na produção do consenso, Patrícia pondera: “Comparando-se àquela proposta imediata do traficante (a mediação é mais lenta), mas comparando-se ao processo jurídico normal, a mediação de conflitos é muito mais rápida”.

Interessa notar que, se há casos em que os próprios moradores por meio de críticas ou piadas equiparam a arbitrariedade da polícia à do tráfico, em outros momentos, porém, são eles quem almejam que a UPP cumpra as funções exercidas pela boca, dentro dos mesmos padrões. Essa ambiguidade retrata, *latu sensu*, a difícil transição, quando não embate, entre os sistemas formais e informais. Embora a luta por cidadania e inclusão implique certa submissão às regras da formalidade, e haja nisso, indubitavelmente, parcela de autoritarismo (DUARTE *et al*, 1993), não é de estranhar a relutância da comunidade em fazê-lo, uma vez que a informalidade que rege a favela em suas diversas dimensões e eixos, é histórica e provém de longo período de abandono e descaso governamentais. A compreensão disto combinada com o respeito às dificuldades de se adotar, de uma hora para outra, um novo paradigma é o que vem diferenciando as experiências mais bem sucedidas das menos, o que em larga medida decorre do talento pessoal do comandante.

Antes de seguir, um breve recuo se faz necessário no que concerne a questão do estupro mencionada por Matoso. No decorrer dos contatos informais, por diversas vezes foi afirmado pelos nativos que, sob o comando do tráfico, o estupro inexistia na favela. Esta frase, repetida como um mantra tanto por moradores, quanto pelos ‘de fora’, requer precaução antes de ser endossada. A lei que institui nova redação do artigo 213 do código penal considera estupro ato de “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.” O mito erigido na favela em torno do assunto foi edificado sob um conceito bastante restritivo do delito previsto no instrumento penal.

Desta forma, a multiplicidade de atos, circunstâncias e partes envolvidas são reduzidas ao enquadramento que, em geral, contempla tão somente mulher ou menina constrangida à conjunção carnal em meio público com desconhecido. Este era o tipo de ocorrência rechaçada pelo tráfico e pela comunidade, que costumavam receber punições exemplares e incisivas. Todavia, mesmo esta regra possuía brechas, como consta em páginas anteriores que guardam o relato de um caso de estupro (ocorrido na pedreira, Complexo do Alemão) que sequer foi repreendido pelo tráfico. No Chapéu/Babi, a moradora relatou casos em que “eles levavam lá para cima do morro, os bandidos, a garota não queria ficar com eles, eles levavam, batia mesmo, que as meninas saiam daqui capengando.”. Não obstante, não estar explícito, a probabilidade do estupro, nestas condições não pode ser afastada. Ademais, por razões óbvias, os agentes do tráfico que praticavam estupro tampouco sofriam o peso da lei do morro. No âmbito doméstico da favela, a lei do tráfico não parece reverberar. O estupro marital, por exemplo, que exige compreensão apurada sobre as distinções do cumprimento dos deveres sexuais da vida de casado e sexo não consentido com o parceiro conjugal, não é fonte de preocupação ou alvo de retaliações.

O estupro de vulnerável, tipificado no art. 217-A, do Código Penal (“Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos”), também apresenta, no contexto da favela, nuances nas punições estipuladas de acordo com a autoria do crime. Caso seja o intercuro sexual com menina de tenra idade praticado por homem pertencente às fileiras do movimento, nada mais é que o exercício da onipresente predisposição sexual atribuída à hipermasculinidade destes (HEILBORN, 1999, ZALUAR, 2004; CECCHETTO, 2004). Se, por outro lado, um homem alheio ao tráfico assumir tal conduta com menina de mesma idade, pode ser que o acontecimento suscite punição. O depoimento de Lúcio exemplifica um caso em que o castigo imposto foi a morte do agente perpetrador: “Igual eu já presenciei de um amigo abusar de uma pessoa, uma garota mais nova. Vieram que não

quiseram saber quem tava certo, quem tava errado. Vieram e mataram ele.” Sem dúvida que aplicar pena capital aos casos eventuais implica coação de ocorrências futuras. A regra, contudo, é maleável. A similaridade do enredo pode produzir, portanto, desfechos distintos de acordo com o perfil do agente envolvido.

Por fim, vale ressaltar que, além do menor, o incapaz de discernir ou de oferecer resistência ao ato sexual também recebem proteção legal, conforme o preceitua o art. 217-A, do Código Penal, em seu parágrafo 1º: “Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência”. A expulsão de um dos participantes da 12ª edição do Big Brother Brasil (programa de TV com edição anual), em razão da suspeita de que o mesmo teria tido relações sexuais com outra integrante do programa enquanto esta se encontrava desacordada pela ingestão de álcool em grande quantidade, aparentemente serviu de inspiração para o funk de M.C. Roba Cena: “Se dormir/ vai tomar dormindo /Vai tomar dormindo.”⁵⁰. Em outro trecho, a música deixa claro que a tentativa de sexo se dá com pessoa que dorme sem, contudo estar incapaz de opor resistência:

Toma! Toma! Toma! Toma! Toma! Toma!
 Toma! Toma! Toma! Toma!
 Na madrugada ela prometeu, que ia acabar comigo
 sentando,
 agora vem com o papo que ta aqui cheia de sono,
 Roba Cena ta cantando então escuta isso daqui!
 Se dormir Se dormir Se dormir
 Vai to vai to vai tomar dormindo
 Vai to Vai tomar dormindo
 Vai to vai to vai to vai to vai tomar dormindo
 Em menos de dez segundos, você ja acorda rindo.

Não obstante focar situação diversa do episódio do Big Brother Brasil 12 (BBB), a música é lançada imediatamente após a ocorrência do mesmo, promovendo inevitável associação entre os fatos. Ademais, a frase “Vai tomar dormindo” não apenas nomeia o funk, como sua repetição é o que garante corpo à música. Nenhuma dessas ‘espécies’ de estupro é problematizada, referida ou contemplada pela lei do morro, que, no mais das vezes, se dirige a um tipo de perpetrador do delito que age em meio público e escolhe vítimas desconhecidas.

Retomando a análise das entrevistas dos policiais, dentre os chefes que trabalham diretamente com a mediação de conflitos, seja em sua unidade seja na CPP, o tema da violência contra mulher engendra divergências. Enquanto alguns, como Vasconcelos, não

⁵⁰ Se dormir, vai tomar dormindo, M.C. Roba Cena.

admitem mediação de conflitos nesses casos, outros, como Matoso, apostam no sucesso da mediação caso ela seja feita em momento posterior ao tratamento legal que a situação enseja.

Maria da Penha a gente não media, tá? Deixar bem claro isso. Tem gente que acha que da pra mediar, igual eu ouvi um disparate lá. Não tem como você virar pra uma mulher e vou chamar seu marido aqui pra ele bater menos em você. Isso é direito básico da constituição!! É direito constitucional. Você tem o dever de orientar essa mulher que ela não pode se sujeitar a isso em hipótese nenhuma! Isso é crime! Então não tem como mediar crime doloso contra a vida, porque a vida é direito inalienável. O bem vida é inalienável é constitucional isso. Tá na constituição, o mediador não pode passar a constituição. (Vasconcelos).

Além de ser percebida como prática auxiliar conveniente ao trabalho da polícia militar por conseguir poupar os operacionais da sobrecarga de atendimento de casos crônicos que produzem ocorrências recorrentes, a mediação de conflitos pode evitar homicídios efetuados antes do resultado dos trâmites legais. Matoso declara que, aplicadas nesta ordem: tratamento legal seguido de mediação, uma iniciativa não frustra a outra.

Tudo que vai entrar em lei Maria da Penha a condução é a delegacia de polícia judiciária, não há dúvida nisso. Mas onde a mediação entra aí? Foi lá e foi feito o competente registro do crime, foi dado o tratamento adequado legal, não impede que o mediador que analisa os TROs que é da Polícia Militar, vendo aquela ocorrência, se colocar à disposição para as partes para uma eventual conversa. Mediação nada mais é que uma conversa e que eles consigam um diálogo melhor e talvez, não haja reincidência. É onde acaba, é onde a gente tenta entrar com muito cuidado, com muito zelo, muito respeito pela forma legal, a polícia judiciária, mas a gente fica lá. A idéia é que nós não procuremos. Hoje nós já começamos a receber essas pessoas procurando. É o caso “ahh a vizinha comunicou que o marido está batendo na mulher.” É um comunicado. Até aí é um tratamento policial. Então vai ser constatado, se constatado, vai ser conduzido unidade de polícia judiciária, lei Maria da Penha, só que a partir daí também, existe a possibilidade da mediação. De repente se consegue uma solução. (Matoso).

Matoso não está sozinho. Conforme destaca a colega de trabalho, “começa numa ameaça e acaba realmente num homicídio ou numa lesão corporal grave. É assim que as coisas dão continuidade. Então a mediação está evitando muito isso.” Afora o dissenso no âmbito da PM, a delegada da DEAM afirma desconhecer a adoção deste procedimento para os casos de Maria da Penha. Cristina explica: “Pra mim não existe isso. A gente não tem essa informação oficial e também a UPP é um órgão da polícia militar. A gente não tem nenhuma ingerência, o contato com a UPP é só quando eles trazem alguma ocorrência”. Apesar de não significar uma descoberta, a pesquisa constatou que é patente a falta de entrosamento e diálogo entre as polícias com relação ao tema.

Muito embora a mediação de conflitos tenha motivado desaprovação por parte de muitos críticos, importa lembrar que este serviço disponibilizado pela UPP não constitui foco primordial do presente trabalho. Abarcá-la interessa na exata medida em que está prática

suscitou, entre os policiais, grandes discussões a respeito de como lidar com os casos de violência de gênero nas comunidades.

5.2 Morro da Formiga

A história do Morro da Formiga é marcada, como já foi dito, por constantes combates travados, entre facções inimigas, em nome do domínio do território, periodicamente invadido por incursões policiais. Proveniente disso, as sucessivas trocas de comando não permitiam a estabilização dos domínios que, além de não serem de longa duração estavam sob constante ameaça e cobiça, inviabilizando a capilarização da ingerência do crime nos assuntos de cunho privado. Por vezes quem ocupava o lugar de dono do morro era não ‘cria da comunidade’, o que costumava ensejar uma postura mais distante da população, com gerência menos respeitosa e castigos mais severos. A este processo de condução ao poder de líderes que não possuem raízes na comunidade e com ela não se identificam, é conhecido pelos nativos como “comércio migratório de drogas” (WORLD BANK, 2012, p.31). Este quadro conturbado explica, a meu ver, o fato dos nativos terem apontado a existência de muitos casos de violência doméstica na comunidade durante o jugo do tráfico.

A falta de prioridade atribuída ao controle das relações interpessoais não significa que a ingerência não existia, ela estava presente ainda que intermitente e mais frágil. Fato que se comprova pelo relato pessoal (já descrito) de uma moradora que após solicitar interferência do tráfico teve o marido expulso da favela. Em face disso, os pedidos de proteção eram mais contidos, como conta Zeli: “Aqui não tinha muito (pedido de proteção à boca) não. Aqui as mulheres apanhavam mesmo. (Mudava o comando) o tempo todo, pá, pá, você não sabia quem era.”. Sem ter a quem recorrer pela impossibilidade de acionar a polícia somada às incertezas quanto ao dono do morro e da facção da vez, a condição de desamparo em as mulheres do Morro da Formiga se encontravam quando a violência acontecia se agravava. Situação bem distinta do Complexo do Alemão, que não experimentou uma rotina de invasões adversárias, dado o vigor e enraizamento do Comando Vermelho naquela região, à exceção do Morro do Adeus.

Com a UPP houve a interrupção das trocas de tiros entre C.V. e T.C., a retomada territorial daquele espaço e a desobstrução dos canais legais de denúncia. Este último fator fomenta a tese de que a proporção das ocorrências de violência de gênero não sofreu

alteração, tendo sido tão somente visibilizadas a partir da possibilidade de registro oportunizada pela instalação da unidade de polícia na comunidade. Carvalhaes expressa sua confiança no potencial repressivo da lei Maria da Penha, endossando a posição de outros policiais já citados:

Eles têm mais medo, têm mais medo. Por exemplo, nós tivemos um caso lá no alto da Raia. Descendo, tem uma vilinha, e teve uma senhorinha que ela era agredida todos os dias pelo neto, usuário de crack. Quando ela não dava dinheiro para ele ou não tinha dinheiro, ele a agredia. Ela não veio notificar isso, foram os vizinhos que ligaram para UPP. Os policiais foram lá e esse caso entrou como Maria da Penha. A senhorinha está com as medidas protetivas, o rapaz foi encaminhado para tratamento. Esse caso é mais ou menos do início do ano passado, mais ou menos 2011 para 2012. Eu sei que eu não tive mais relato de problemas lá com essa senhorinha, e isso repercute, por que, se você agredir, vão ligar para a UPP. É assim que falam: “vou ligar para os UPP”. (Carvalhaes).

O decréscimo dos casos de agressão à mulher, identificados pelas moradoras, pode ser decorrente das situações em que a LMP começou a ser evocada e seu poder punitivo aplicado, sinalizando o paradigma que passou a operar na favela. A frase “Vou ligar para os UPP” parece emergir neste contexto como novo instrumento capaz de impor limites e coibir transgressões.

Talvez os efeitos provocados pela UPP nas dinâmicas das agressões domésticas se restringissem a este aspecto, se a comunidade não tivesse sido impactada por ter no cargo de maior proeminência da nova estrutura de autoridade local, uma mulher. Segundo uma moradora, as mulheres da Formiga “tomaram coragem, até porque a Carvalhaes acabou sendo uma referência para a mulher.”. Zeli não esconde sua admiração pela comandante nem pela mudança a ela atribuída:

Uma coisa muito interessante que esta acontecendo aqui na Formiga que nós temos na UPP uma mulher, que é a comandante Carvalhaes, agora ela é major, desde quando ela veio eu achei muito interessante. Seria importante se você conseguisse levar ela para fazer uma palestra no seu setor, você ia ficar encantada, e ela é comandante. É uma mulher, e a gente acabou se identificando muito, porque ela olha pelo direito de todos, mais o direito da mulher, e aí o que aconteceu aqui dentro da Formiga? É verídico o que estou te falando, depois que ela veio para cá como as mulheres tem denunciado os homens que agredem, como tem vindo oficial de justiça, como tem homem aqui na Formiga atrás das grades. Como tem homem na lei Maria da Penha! (Zeli).

Em estudo intitulado: “UPPs, uma polícia de que gênero?”, Mourão (2013) assinala algumas distinções constatadas entre policiais, homens e mulheres, pertencentes ao projeto de pacificação. Além de estarem concentradas em maior número na área administrativa, as policiais fem. teriam se declarado mais satisfeitas e preparadas para o cumprimento do dever, além de demonstrarem maior perícia para reconhecer situações de violência doméstica nas

favelas. Tais dados confluem com as reflexões de Zeli acerca da especial atenção dirigida aos direitos das mulheres pela comandante.

O constante “sobe-desce” dos oficiais de justiça, no morro, para intimação dos maridos agressores, foi igualmente notado por outras informantes e enunciado pela comandante. Local por excelência que recebe as visitas dos oficiais de justiça e promove a entrega do documento as partes, a Associação de Moradores, na figura de seus representantes destacaram a constância dos servidores do tribunal após a chegada da UPP. A inversão propiciada pela imagem de uma mulher que esta no topo da hierarquia de poder, produziu efeito superior às expectativas alegadas pela instituição policial para ampliar o contingente feminino. Mais do que o lugar comum que costuma justificar a inclusão de mulheres no projeto de pacificação, referenciado pelas características de cuidado/atenção próprios da acolhida maternal, as moradoras da Formiga se miraram no exemplo próximo de mulher empoderada, que a um só tempo parece ter servido de inspiração e anteparo para as pretensões femininas de reação a violência continuada.

Eu diria que o que se destaca é quando elas atuam próximas ao cidadão. Por uma questão da figura feminina, figura maternal que já tá presente no imaginário do cidadão, elas facilitam isso. O próprio impacto de ver a mulher fardada, que não é uma coisa, não era tão, nunca foi percebido por essas comunidades, que estavam acostumadas a ver o policial combatente. Elas são excelentes na aproximação da comunidade, elas são muito mais bem recebidas, facilmente aceitáveis pela comunidade pelo menos, eu posso afirmar, que de um modo mais célere que com o homem. Pela questão da figura feminina maternal, enfim. (Matoso).

Vale destacar a convergência dos discursos da comandante e das moradoras sobre as questões enfocadas na pesquisa. A dinâmica descrita pelos informantes do Morro da Formiga: reforça a tese defendida pela PM; aponta o valor simbólico que produz ver uma mulher ocupando um lócus que condensa poder, autoridade e respeito, e se reconhecer como alguém capaz de ocupar esse lugar; sinaliza que a atenção mais acurada da comandante sobre os direitos das mulheres motivou e respaldou a decisão de denunciar o agressor; por fim, as constantes trocas de facção no comando do morro impediam a consolidação de uma cultura de ingerência nos conflitos interpessoais, dificultou a credibilidade e identificação dos moradores com os chefes da área, permitindo a adoção dos mecanismos legais para a resolução de conflitos e crimes com a chegada da UPP.

Um dado presente em todas as comunidades estudadas foram as brigas entre mulheres, decorrentes da disputa por algum homem, traficante ou não. No caso do bandido, o interesse seria, na visão dos informantes, menos no homem que nos benefícios materiais por ele providos. Nos demais casos a traição masculina (ou a possibilidade de ocorrência) seria o

estopim das brigas. Em ambas as situações, o confronto pode chegar as vias de fato. O binômio esposa-amante traduz uma relação de assimetria, com primazia da esposa que goza de legitimidade. Diante disso, a amante acredita que a subversão dos papéis garantirá seu reconhecimento enquanto sujeito. Nessa competição pela anulação da rival fica evidente a heteronomia expressa na condição feminina, cuja posição é construída em função de outrem. Num outro nível, as mulheres têm sua identidade na ausência/presença do elemento masculino, que é a válvula motriz da relação de rivalidade (CHAUÍ, 1985).

Os atos de violência praticados por mulheres emergem no bojo das relações do casal. Carvalhaes expõem uma situação ocorrida na frente da UPP:

Teve um caso aqui na porta, o marido metendo a mão na mulher, aí quando o policial agiu, ela trepou em cima do policial, bateu no policial, que ele (o companheiro) não estava batendo nela, que ela tinha batido nele primeiro, aí foi os dois para a DP, para agressão mútua. Muito ainda se parte a necessidade de se fazer muito um trabalho com a mulher, porque é questão de cultura, a mulher acha que ela pode ser vítima. (Carvalhaes, UPP Formiga).

Temos um quadro em que mulheres são vítimas e co-autoras da violência, evidenciando uma face da violência de gênero menos óbvia (MORÃO, 2012; FRANCHETTO; CAVALCANTI; HEILBORN, 1985). Pertinente a transcrição cabe observar que não se espera ou se exige de uma pessoa, em uma situação de agressão, receba inerte os golpes contra ela deferidos para que se legitime no polo de vítima da ação. Contudo, no caso aludido, de acordo com a mulher da cena, a violência é o recurso utilizado para resolução de conflitos no âmbito do casal, tanto da parte dela quanto da do parceiro, fato que incide em crime de agressão mútua.

Enunciada tanto na Formiga, quanto Complexo do Alemão, a frase: “Aqui as mulheres também batem” chamou minha atenção. Sem desconsiderar ou desejar diminuir a violência produzida por mulheres, não pude deixar de considerar a hipótese de que esta declaração constituía, antes de tudo, uma tentativa de empoderamento diante da pesquisadora. Devo salientar histórias de revanche nitidamente floreadas no relato nativo. Assim como as mulheres do Chapéu/Babi alegavam desconhecimento, quando não a inexistência de violência doméstica na comunidade e, posteriormente, atinavam para ocorrências de eventos no próprio círculo familiar ou de afinidade próximo, declarações de que as mulheres não só apanham, mas também batem, ensejam apreciação mais cautelosa antes de serem tomadas como absolutas. Não é plausível acreditar que as mulheres que sofrem agressão dos maridos de forma continuada o fazem sem apresentar qualquer reação. Tampouco se deve desconsiderar eventos em que a reação surpresa ou inesperada garante a mulher certa vantagem, ainda que o interregno seja passageiro. Nem ao menos se quer negar a inversão na perpetração de atos

violentos que pode ocorrer em casais em que o homem possui compleição física mais modesta que a esposa.

No decorrer das entrevistas os nativos, frequente, recorriam ao argumento: “Isso não acontece só aqui, também tem muito no asfalto”, “Olha, isso em todo lugar tem” diante de perguntas que incidiam nos problemas da favela. Esta justificativa apareceu inclusive nas questões sobre violência contra mulher, frente as quais as moradoras afirmavam, com razão, de que este fenômeno não ocorre só com pobres, mas também existe em classes mais abastadas. A alegação de que mulheres também batiam surgia, neste contexto de inquirições sobre a dimensão da vida particular, como uma espécie de contra-ponto as desqualificações que impregnam a definição de vítima. Assumir que as mulheres da comunidade apanham de seus maridos sem revidar, sem reagir, implica admitir fraqueza, inferioridade, características que não se coadunam com a imagem de mulher pobre forte e lutadora, que se deseja transmitir e acreditar. Negar a inércia equivale negar a passividade feminina.

Caso a afirmação de paridade na prática da violência constitua, no mais das vezes, tão somente recuso discursivo, vale ressaltar que o mesmo conduz a tipificação adversa do crime de violência contra mulher, resultando no enquadramento de agressão mútua.

5.3 Complexo do Alemão

O intenso grau de enraizamento e a sólida base operacional que o Comando Vermelho estabeleceu no Complexo do Alemão evitaram que a favela se convertesse em palco das rotineiras investidas de facções opositoras. Eventuais embates e tiroteios eram, primordialmente, resultado do confronto com as forças do Estado. Neste cenário, de apogeu do tráfico, a violência contra mulher, assim como uma série de outras questões, era gerida pelos parâmetros impostos pelos criminosos que buscavam apartar a polícia a qualquer custo, cumprindo inclusive funções de órgãos públicos, como evidenciam os relatos a baixo:

Não é dizer só as mulheres, a grande maioria da comunidade usava o serviço do tráfico, não tinha a quem recorrer. O poder paralelo era muito grande aqui dentro maior do que a ostensividade da polícia, que era mínima até, porque a polícia não viria para prender um cara que bateu na mulher, eles teriam que ter blindado, helicóptero, mais de cinco mil homens, para prender um cara que bateu na mulher, isso vai Maria da Penha, pensão alimentícia, busca e apreensão de alguém ou documentos. Tudo tinha que ter um aparato policial muito grande. (Dinho, 40 anos, Complexo do Alemão).

Burocracia, aqui não. Aqui eu acho que era mais prático, ia lá e resolvia tudo na hora. Resolvia tudo na hora. E tinha assuntos que nem era de dentro da comunidade, era fora da comunidade, mas era resolvido aqui, porque aqui se resolvia! Pensão alimentícia, você não quer que vá no juiz, então você vai pagar tanto, estou determinando o que você vai pagar. Qualquer questão era resolvida rápida. Eu sou o juiz, eu sou o governador, eu sou o prefeito, e acabou. E se falar muito paga os atrasados. Não queria pagar os atrasados, e o valor era estipulado por eles. (Fernanda, 34 anos, Complexo do Alemão).

Olha isso qualquer lugar tem, mas eu acho que não tinha tanto, porque tudo nego chamava bandido para resolver. Não resolvia dentro de casa não, ia para a boca. (Leilane, 52 anos, Complexo do Alemão).

Em relação à violência da mulher a percepção que eu sempre tive antes da ocupação é que os conflitos sempre aconteciam entre marido e mulher, muitas vezes conflito verbal, mas os conflitos físicos dificilmente chegavam a acontecer, por uma lógica estabelecida nas favelas em relação ao próprio tráfico de drogas, que mediava muitas das regras de sociabilidade, a não ser que existisse uma autorização para tal. Antes do fato consumado havia uma consulta para que isso pudesse acontecer ou não, para se transformar em físico, definir quem pudesse levar adiante ou não. Eles definiriam quem é que tinha culpa... Esse era o grau de intervenção. (Bruno, 44 anos, Complexo do Alemão).

Interessa notar que a interferência do tráfico nas contendas de casal, muitas vezes, propiciou às mulheres da comunidade, em situação de violência, o fim das agressões sem rompimento do vínculo marital. Este resultado espelha o almejado por parcela significativa das mulheres, inclusive daquelas não residentes na favela, que acessavam os meios legais de proteção. Consoante com o referido em capítulo anterior, o descompasso entre o interesse das ativistas em criminalizar o agressor e o desejo das esposas/companheiras em cessar as agressões sem dissolver o vínculo conjugal, ficou evidente com a função alternativa que as vítimas atribuíram a Delegacias de Defesa da Mulher (SORJ; MONTEIRO, 1985). Imbuídas do desejo de evitar a violência do companheiro sem perdê-lo, as mulheres do ‘asfalto’ buscavam a delegacia para intimidar o agressor por meio da repreensão verbal de uma autoridade, enquanto as mulheres da comunidade recorriam a autoridade do tráfico para assustar o marido.

...não se concebida (ir a polícia), isso não teria alguma função, primeiro porque dificilmente iria ter uma ruptura do laço conjugal, segundo que quem mora em favela que tem domínio de tráfico você não pode deixar nenhuma brecha para que a polícia tenha justificativa para vir a favela, isso perante ao tráfico. Você tem que tomar o maior cuidado, há uma repressão para não acionar a polícia de forma alguma para que ela possa vir ao território em algum momento. (Bruno, 44 anos, Complexo do Alemão).

A percepção dos moradores do Complexo do Alemão, confluyente com os dados levantados pelo LAV (CANO, 2012), sinalizou o aumento significativo do número de casos de violência contra a mulher, dentre outros delitos, na comunidade após o desmonte do

tráfico. Importa frisar que o ponto de inflexão nos arranjos das relações sociais, de acordo com os dados coletados, decorre da invasão policial realizada em 2010 e da consequente constrição do poder dos criminosos, antes mesmo da instalação da UPP. Além da maior frequência dos eventos violentos entre casais, os nativos destacaram que sem a intervenção dos criminosos, algumas desavenças passaram a terminar com a morte de mulheres: “não tinha esse negócio de marido matar mulher aqui não, agora...”, “engraçado que depois que esses meninos saíram daqui teve até homem que matou mulher aqui dentro.” Não mais assujeitados à hipermasculinidade dos homens do tráfico (ZALUAR, 2004), alguns maridos/companheiros se arrogam o exercício desse papel hegemônico e emergem na cena doméstica como sujeitos capazes de se impor pela violência quando julgam conveniente.

Um homem matou uma mulher na rua nove, casal brigando, era uma briga danada. Deu trabalho para os soldados do exército, que todo dia tinha que levar. Nesse ponto (violência contra mulher) aumentou, aumentou, aumentou mesmo, que quando os garotos estavam aqui eles nem roubavam dentro da casa de ninguém, de vez em quando, que tem gente aí que rouba, eles roubam. Quando os meninos estavam aqui impunham mais respeito, é incrível uma coisa dessas, podia dormir de porta aberta. Se passasse aqui e alguém falasse uma gracinha para você ou te roubasse podia contar que eles iam ser mortos, ou iam ter a mão baleada, então todo mundo tinha medo, agora aqui pulam na casa dos outros, garoto bobo, diz que roubam até roupa na corda dos outros, mas antes era ruim. (Irani, 61 anos Complexo do Alemão).

Todo marido era dócil, a verdade era essa. Todo o marido era dócil na época do tráfico, por que, vai bater na mulher, vai trazer polícia para o morro. Então naquela época todo o marido era dócil, hoje todo mundo quer ser brabo. É, todo mundo quer ser valente, hoje quem sofre são as próprias mulheres dentro de casa. Isso é verdade, aumentou mesmo os casos. (Ricardinho, 45 anos, Complexo do Alemão).

Livres das amarras legais que determinam limites às sanções aplicadas pelo Estado, os traficantes conseguiam, aos olhos dos moradores, impor-se com mais veemência que os policiais ou a norma vigente, a LMP. Percebe-se que o crédito atribuído pelos PMs entrevistados ao potencial desta lei de intimidar violações é desabonado pelos moradores do Complexo, sobretudo por maridos/companheiros que se sentiram desimpedidos para recorrer à violência no âmbito das relações amorosas quando julgam necessário. Em contraste com os reflexos ocasionados pela UPP em outras comunidades, evidencia-se aqui maior frequência e intensidade dos crimes contra as mulheres.

Os moradores ficaram abusados, agora com bandidos de jeito nenhum, porque fica essas mulheres na rua brigando com marido, aí eles botam uma lei que se elas brigassem eles iam raspar a cabeça, ou então ficava de castigo dentro de casa. Para os caras também, os caras também ficava presos dentro de casa e eles não deixavam sair, e não podia. Homem aqui se machucasse a mulher, botava até para fora, e não voltava nem mais aqui. (Irani, 61anos, Complexo do Alemão).

Se não tem nada, se não tem o tráfico que me reprime, então quem me reprime de fazer isso? Quando tem a ocupação isso se extrapola, extrapola porque ninguém vê a polícia com o mesmo poder de mediação, extrapola tendo uma quantidade imensa de conflitos de mulher, pelo menos visualmente a gente percebe... O aumento foi substancial, talvez não houve aumento do que estava latente. Não é uma questão só de registro, porque há menos coerção, há menos controle seja de quem for, o tráfico fazia um controle, e a polícia não está substituindo o controle, não estou falando de A nem de B, se é bom, se é ruim, eu estou te dizendo do fato. (Bruno, 44 anos, Complexo do Alemão).

Contudo, seria precipitado concluir que o aumento significativo das violações dos direitos das mulheres se deu em detrimento do aumento dos registros policiais. No Complexo do Alemão o fenômeno parece assumir, concomitantemente, trajetória ascendente nestas duas direções. Se por um lado, as repreendas legais não ensejam o mesmo temor que os castigos capitais do tráfico, por outro, os moradores, a partir da chegada da UPP, mediante a emergência de querelas, passaram a apelar para os meios legais de resolução de problemas. A adoção deste recurso, no âmbito das relações amorosas, implicou a notificação de violências sofridas por parcela das mulheres e se refletiu nos índices, até então inexistentes. Por este prisma, a tese da PM não encontra acolhida no contexto descrito pelos moradores, uma vez que o aumento dos registros é acompanhado pelo crescimento do número de casos de agressão.

O policial que está ocupando ele não tem... Eu não percebo ele como um agente que vá agir para impossibilitar de praticar a violência física, nem no campo conjugal nem em outros campos. É claro que quando a violência ela é explícita na rua depois da ocupação, o policial quando ele está próximo ele interfere, mas é diferente, porque o conflito conjugal antes, dentro de casa, reservado, quando um se sentia acuado ou apanhando ele saía, ia, fazia essa queixa no tráfico. Hoje não, hoje se tiver essa briga dificilmente sai para poder fazer essa queixa à polícia, aqueles que fazem são os que passaram a registrar, que antes era quase que zero, então houve um aumento de registro sim... (Bruno, 44 anos, Complexo do Alemão).

Embora as ofensivas pontuais contra UPP comprovassem a não extinção do tráfico, a necessidade de reestruturação impeliu os criminosos a ceder e afrouxar o controle exercido sobre os campos não concernentes à atividade fim, comercialização de drogas. Alguns moradores afirmam, em razão disso, que os criminosos se eximiram de intervir nas relações interpessoais.

Muitos acham que não tem mais a influência do tráfico que podem fazer o que querem, aí o que acontece? Mesmo que o morador vá recorrer aos remanescentes do tráfico, eles já não têm aquela dinâmica que tinha antigamente, então ela é forçada a recorrer à polícia, até por questão de se proteger. (Dinho, 40 anos, Complexo do Alemão).

... o que mudou efetivamente é que qualquer briga de bar, qualquer questão de briga dentro da favela só era permitido a partir da mediação do tráfico, não era só marido e mulher, qualquer

briga, e hoje o tráfico vocês resolvem lá, não quero saber mais disso, eu quero saber como eu resolvo para cuidar da minha atividade fim. O que mudou foi a não continuidade de definir as relações sociais, isso que mudou, porque o tráfico passou a ter outras preocupações, mais pertinentes a eles, e aí passa a ter uma preocupação de reconfiguração, como é que redistribui, começou a mudar as dinâmicas. Ele precisa sair em alguns campos para poder entrar em outros, o exército de soldados que tinha não tem mais, a quantidade de armamento pesado que tinha não tem mais, e o tráfico de drogas continua vendendo a mesma coisa que vendia, como é que se reconfigura todo esse cenário? Precisa sair de algum... O domínio do território nesse sentido das relações sociais ele precisa se retirar para poder se concentrar em outros pontos estratégicos, então isso faz que se mudem todas essas correlações locais, e isso muda a forma de eles atuarem, isso muda também a forma da população de lidar com esses conflitos entre marido e mulher, entre pessoas... (Bruno, 44 anos, Complexo do Alemão).

Não obstante os depoimentos acima, a maioria dos entrevistados alegou que o controle persiste, porém mais inibido. Sem desconsiderar a possibilidade de que, por algum período, o tráfico possa realmente ter renunciado a função de gestor das relações sociais, a força dessa tradição tanto para os criminosos quanto para os moradores habituados a recorrer à intervenção, não se esvazia repentinamente. É mais plausível, a proposição fundada no relato da maioria dos entrevistados que percebem a atuação paralela, tráfico e UPP, no território.

A resistência dos remanescentes do tráfico no Complexo, que marcou presença desde a instalação das UPPs, recrudescer com o tempo. Uma das lideranças da comunidade, Carla informou que um grupo de criminosos que havia deixado a favela na época da invasão do BOPE, retornou no final de 2011. O mês de julho, do ano seguinte, foi marcado por uma ataque a sede da UPP Nova Brasília que ocasionou a morte da soldado Fabiana Aparecida de Souza.⁵¹ Novo confronto com bandidos irrompeu quinze dias depois e deixou mais um policial baleado, desta vez sem gravidade.⁵² Os embates prosseguiram de forma intermitente até que, em maio de 2013, um intenso tiroteio horas antes da corrida “Desafio da Paz” (cujo percurso foi a rota utilizada pelos traficantes na fuga empreendida da Vila Cruzeiro até o Complexo do Alemão), quase acarretou seu cancelamento. A liberação do evento, autorizada após varredura da área por policiais do BOPE, ocorreu com uma hora de atraso e contou com a participação do Secretário de Segurança José Mariano Beltrame. Com intuito de demonstrar controle sobre a afronta criminosa, o secretário correu nas mesmas condições que os demais (em trajes esportivos e desarmado), não obstante ser alvo privilegiado em razão da importância do cargo que ocupa no projeto das UPPs.⁵³ Em julho, um incêndio criminoso

⁵¹ Suspeito de ataque à base da UPP do Complexo do Alemão se entrega à polícia (26/07/2012) <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-07-26/suspeito-de-ataque-base-da-upp-do-complexo-do-alemao-se-entrega-policia>

⁵² **Traficantes voltam a atacar policiais de UPP do Complexo do Alemão** (02/08/2012) <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-08-02/traficantes-voltam-atacar-policiais-de-upp-do-complexo-do-alemao>

⁵³ **Tiroteio assusta participantes de corrida no Complexo do Alemão, no Rio** (26/05/2013) <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-05-26/tiroteio-assusta-participantes-de-corrída-no-complexo-do-alemao-no-rio>

destruiu o prédio que abrigava o jornal “Voz da Comunidade” e a pousada do grupo AfroReggae.⁵⁴ No início do mês seguinte, a nova sede que abrigaria, de forma provisória, o projeto do AfroReggae foi alvejada por fuzis, um dia depois de sua inauguração no Complexo da Penha.⁵⁵ Recentemente, houve mais uma baixa na UPP Nova Brasília, o soldado Rodrigo Paes Leme foi encurralado e morto enquanto fazia o patrulhamento da região conhecida por Chuveirinho. Até mesmo a Delegacia Legal instalada no Complexo do Alemão em dezembro de 2013, já foi alvo de granadas em um ataque.⁵⁶

Ataques e contra-ataques de ambos os lados, traduzem a mensagem de que o território permanece em disputa. Um dos moradores da comunidade garante que apesar da ostensividade da UPP: “o tráfico de drogas está presente, quando ele quer se impor a qualquer cristão que seja contra eles, eles vão estar se impondo”. A UPP consistiu em fator complicador no xadrez de relações sociais da favela. Antes preocupados em obedecer ou, ao menos não contrariar, uma autoridade e seu ordenamento normativo, os moradores se veem agora imprensados entre duas autoridades que operam códigos radicalmente distintos. A coexistência de dois eixos de autoridade, cada qual com um código, se reflete no cotidianos dos moradores e engendra arranjos inusitados.

Diminuiu, por causa da lei Maria da Penha, deu porrada a UPP vem, leva, preso. O tráfico continua, nunca saiu, nunca vai sair, mas é uma coisa hoje sem ostentação de fuzil, sem armamento pesado. Quando é mais prejudicial a UPP toma conta. E tem essa também, a própria comunidade resolve. (Zico, 40 anos, Complexo do Alemão).

Muitas vezes a mulher que brigava com o marido queria sair de dentro de casa e o marido pegava as coisas, eu até conheci uma menina que ela separou do marido, o marido levou a televisão, ela ficava aí até depois da UPP mesmo atrás dos caras para resolver, para o marido devolver a televisão, e eu falava para ela minha filha, mas isso é uma coisa que resolve entre vocês, não é com bandido, mas tem gente que não perde essa prática, entendeu? De resolver as coisas assim. (Leilane, 52 anos, Complexo do Alemão).

(P) Mesmo depois da UPP tem gente que ainda recorre aos meninos para poder resolver os problemas? Tem, com certeza. (Leilane, 52 anos, Complexo do Alemão).

Relato da Carla – O marido bateu na mulher, chamaram UPP que compareceu ao local. Mais tarde no mesmo dia os meninos bateram na casa da pessoa querendo saber pq chamaram a UPP e não eles. (colhido em conversa informal)

⁵⁴ **Incêndio destrói redação de jornal comunitário e pousada do Afroreggae no Complexo do Alemão** (16/07/2013) <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-07-16/incendio-destroi-redacao-de-jornal-comunitario-e-pousada-do-afroreggae-no-complexo-do-alemao>

⁵⁵ **Prédio do AfroReggae no Complexo da Penha é atingido por tiros** (01/08/2013) <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-08-01/predio-do-afroreggae-no-complexo-da-penha-e-atingido-por-tiros>

⁵⁶ **Após ser encurralado, policial é morto no Complexo do Alemão** (6/03/14) <http://oglobo.globo.com/rio/apos-ser-encurralado-policial-morto-no-complexo-do-alemao-11807263#ixzz2vU3bROeT>

(P) Segundo o discurso oficial da UPP, depois que ela entrou nas comunidades, ela abriu essa possibilidade a denúncia na delegacia, que antes não existia. Isso é verdade! Hoje as pessoas... até briga de vizinho, até desafeto de vizinho, está indo na delegacia te denunciar. Está tendo aumento de registro. Antigamente se um ladrão roubava, se eles pegavam, era morto quer dizer não tinha registro, não tinha prova, então foi... (Dinho, 40 anos, Complexo do Alemão).

(P) Mas o aumento de registro veio junto com o aumento das ocorrências ou não? Veio com o aumento das ocorrências. (Dinho, 40 anos, Complexo do Alemão).

Um aspecto da violência contra mulher que merece ser destacado aqui é o julgamento moral da ofendida. Há uma fronteira nítida entre “as meninas da laia” dos traficantes e as ‘mulheres trabalhadoras’ e ‘meninas direitas’. Nota-se que a violência desferida contra as últimas promove repulsa social, enquanto a violência sofrida pelas parceiras dos traficantes é acatada e justificada pelos informantes. Ao anunciarem, entre risos, que estas mulheres gostam de apanhar, os entrevistados anuem o tratamento a elas dispensado. A sentença que considera justa ou meritória a agressão sofrida decorre do julgamento moral da ofendida.

Não, tinha com a lei deles, quem traía, quem namorava eles que estava preso, e aí quando saía eles dava uma coça nelas, porque eles presos elas saíam com outros, a violência era isso as meninas da laia deles, mas caso contrário não, tem minha neta aqui que nunca falaram besteira, nada, quer dizer, as pessoas que era direitas nunca teve nada disso. (Irani, 61 anos Complexo do Alemão).

As relações entre os traficantes e as mulheres com quem se envolviam são, em geral, permeadas pela violência. Não obstante as diferenças oriundas da hierarquia amorosa, na qual a ‘fiel’ ocupa o topo da pirâmide e se distingue das demais, o que as iguala é o desamparo em caso de violência. Configurada esta situação, todas estão impossibilitadas de acessar a polícia (até mesmo pela proximidade e imbricação com o crime) ou solicitar intervenção da boca. Se para os moradores havia a exigência de que as brigas entre casal fossem reservadas, no caso do traficantes as agressões não tinham restrição, aconteciam no espaço público, diante de outras pessoas, e sem qualquer discrição.

As (garotas) dos bandidos? às vezes a gente via algumas apanhando aí pela rua. É, para todo o mundo ver, nunca foi escondido, tinha uns que batiam no meio da rua, era assim para todo o mundo ver, nunca foi escondido não, e elas gostam menina, elas gostavam. (Leilane, 52 anos, Complexo do Alemão).

(P) Os traficantes intervinham na violência contra mulher, na briga de vizinhos, outros conflitos, e com as parceiras deles tinha violência?

Dinho - (Muitos risos) Elas gostam de apanhar, elas gostam, elas gostavam, você falou, a ou as... Tinham muitas, porque na maioria das vezes a pancadaria começava porque uma queria brigar com a outra então é aquele negócio. Entre elas mesmas, e acabava de eles batendo em todas. Elas gostavam, fazer o quê? (Leilane, 52 anos, Complexo do Alemão).

Por privilegiarem a relação amorosa com bandidos como meio para ascender financeiramente em detrimento do trabalho, estas mulheres não despertam compaixão ou solidariedade quando sofrem violência de seus parceiros. O fato de disputarem, inclusive fisicamente, os homens do tráfico, ou as mordomias por eles providas, constitui elemento crucial no julgamento de que elas gostam de apanhar. A motivação da esmagadora maioria das brigas físicas entre mulheres na favela, segundo os informantes, é algum homem, traficante ou casado. A concorrência feroz pelo sexo oposto engendrou atos de violência como decepar o mamilo da rival, segundo os relatos de brigas ocorridas no Morro do Adeus. Não há informações de que as brigas entre mulheres tenham alcançado o mesmo grau de brutalidade nos demais espaços do Complexo do Alemão, lugar em que as brigas eram mais fortemente coibidas e castigadas segundo os entrevistados.

É, sempre foi assim, eles não tem só uma (mulher), sempre foi assim. É, elas não podiam ter mais de um não, só eles. É complicado. Às vezes aconteciam brigas entre elas, até mesmo assim, quando não se conheciam ou alguma assim brigou, porque você está saindo com o marido da outra, eles pegavam cortava cabelo, botava de castigo. De castigo, fica três meses... Se trabalhasse, só podia sair para trabalhar e voltar para dentro de casa, não podia andar nas casinhas. Geralmente elas não trabalham, não querem trabalhar e nem estudar. Agora que elas estão começando a reagir à vida, porque agora não tem mais do jeito que era. Antigamente aqui três, quatro horas da manhã o salão estava aberto, fazendo unha, cabelo delas, para elas ficarem bem. Era, tinha salão de madrugada funcionando porque as patroas vinha fazer cabelo, unha. Todo mundo conhecia quem eram as mulheres dos bandidos, e aqui era até menos porque o chefe mesmo não ficava aqui, aqui era só passagem de carro deles, de moto, e porque a gente sabia, mas não era porque tinha rótulo não... Outro status, é. (Leilane, 52 anos, Complexo do Alemão).

Cabe sublinhar, por fim, que este tipo de peleja entre mulheres não condensa elementos constitutivos necessários à aplicação da Lei Maria da Penha, por não ocorrer na unidade doméstica e, tampouco se observar entre as partes laços familiares ou afetivos, correspondendo antes ao crime de agressão mútua e/ou lesão corporal.

5.4 Chapéu Mangueira e Babilônia

As entrevistadas foram unânimes em afirmar que, após a implantação da UPP, a violência contra a mulher diminuiu na comunidade. Tais assertivas destoam dos dados do

estudo “Os donos do morro” (CANO, 2012), segundo o qual houve a elevação significativa de crimes de registro incomuns, como a violência doméstica e lesões dolosas.

A aparente dissonância entre a perspectiva das moradoras da comunidade e o estudo do LAV decorre do recorte particular com o qual as entrevistadas apreendem a violência contra a mulher, referida, principalmente, com relação à agressão visível, cometida nos espaços públicos da favela, pelos traficantes e criminosos contra suas respectivas parceiras amorosas. Logo, consideram as informantes, que a mudança de cenário foi consequência da saída dos bandidos, e de muitas de suas mulheres, com a chegada da UPP.

Diferente das sempre lembradas agressões físicas e verbais pelos caminhos da favela, a violência contra mulher em ambiente doméstico requereu questionamento específico para ser mencionada. Muitas informantes alegaram pouco conhecimento sobre casos na comunidade. Com o avanço da entrevista, no entanto, cada uma delas era capaz de citar pelo menos dois casos de violência em seu círculo de relações.

Em geral a violência perpetrada nas residências foi encarada como uma questão íntima, que faz parte da vida privada de cada um, na qual não se deve intervir. O provérbio “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, repetido diversas vezes, foi citado para descrever a postura geral adotada no morro frente à questão. Percebe-se a persistência de uma visão conservadora que relega aos segredos de família e à esfera privada a violência de gênero.

Assim, a violência contra mulher no Chapéu/Babi é vista como fenômeno que ocorre em dois espaços, o público, no qual meninas e mulheres envolvidas com bandidos são agredidas física e verbalmente por estes, e o privado, no qual mulheres trabalhadoras apanham de seus companheiros. A respeitabilidade que os dois conjuntos de vítimas possuem na comunidade é distinta. As primeiras são mulheres e meninas retratadas como moralmente inferiores por se envolverem com marginais sendo, frequentemente, acusadas de estarem naquela relação puramente por interesse, em busca dos benefícios oriundos do tráfico, como dinheiro e poder. As mulheres de bandido não contam com a complacência da comunidade, sendo, no mais das vezes, descritas como mulheres que gostam de apanhar.

Muitas até, Deus me perdoe, gostavam de apanhar, e viviam sempre atrás dos homens, por causa do dinheiro, entendeu? Antigamente com tráfico e as mulheres visavam muito eles por causa do dinheiro, e apanhava de um, apanhava de dois, apanhava em casa, apanhava na rua, era uma barbaridade, hoje em dia a violência é mais entre quatro paredes, não é mais como era antigamente, que era nos caminhos, em todo lugar. (Lia, 52 anos, Chapéu Mangueira).

A encruzilhada é clara. A rede de solidariedade entre mulheres não é estendida nem para aquelas consideradas, na designação nativa, “sérias e trabalhadoras”. Apesar do reconhecimento do valor social, não lhes é permitido escapar das privações advindas da autonomia parcial imposta, no ambiente doméstico e na relação com outro, pela heteronomia própria da condição da mulher na sociedade. (FANCHETTO; CALVALCANTI; HEILBORN, 1985) Consideradas desvirtuadas pelas ambições, as companheiras dos delinquentes, são julgadas como indignas de receber proteção e a elas é negada, deliberadamente, a solidariedade. “São malditas, feitas para apanhar e boas de cuspir”⁵⁷. Por entenderem que essas mulheres apanham como resultado de uma escolha racional feita em função da satisfação financeira de interesses pessoais, as demais moradoras, de forma geral, não só não se incomodam com esta dimensão da violência, como a encaram como mericida.

Ao reclamarem a contrapartida (vantagens pecuniárias, poder, status) da dívida sexual nas relações amorosas com os criminosos, as “mulheres de bandido” findam por reforçar a dominação a qual estão sujeitas. Nas palavras de Cardoso (1985) “as mulheres aprendem a manipular os mesmos padrões que as desqualificam para exigir privilégios que, em última análise as mantêm desiguais”. A Gaiola das Popozudas, grupo de funk feminino, ilustra esta operação de apropriação e aparente reversão daquilo que exerce domínio: “O amigo deu o papo que é muito interessante/ ele disse que um homem tem que ter uma amante/ se liga aí amiga no que a Gaiola vai falar/ uma mulher de verdade quer um otário pra bancar.”⁵⁸ No afã de rejeitar a dominação e colocar o outro neste lugar, mulheres sujeitadas costumam, ao tentar responder ao desvalor que lhes é atribuído nas relações desiguais, referendar sua posição de dependência e subalternidade.

O cruzamento entre o prisma de gênero e de geração é evidenciado no fato das mulheres se arrogarem o dever de interferir na violência que ocorre pelos caminhos da comunidade quando as vítimas são meninas jovens. A intervenção por pessoas amigas ou vizinhas, contudo, não ocorre quando o alvo da violência são as mulheres “trabalhadoras” por seus companheiros no âmbito doméstico. O status de mulheres de bem, com idade para decidir sobre sua vida amorosa e pessoal gera, tão somente, a reprovação da submissão à situação de violência.

⁵⁷ Geni e o Zepelin, Chico Burque, 1977.

⁵⁸ Um otário pra bancar, Gaiola das Popozudas, 2006.

CONCLUSÃO

A pesquisa procurou retratar a normatização das relações sociais nas favelas e a intervenção resolutiva de contendas comunitárias efetuadas pelo tráfico de drogas, sobretudo no que se refere às questões de violência de gênero. Em regra, as mulheres agredidas recorriam aos “meninos”, que na condição de autoridade local, incumbiam-se de cessar o abuso por meio de intimidações e punições violentas. Embora interditado o acesso aos meios legais de enfrentamento da violência conjugal para as mulheres das comunidades, estas findaram por alcançar o que parcela significativa das mulheres que acessavam a delegacia almejava: interromper as agressões sem, contudo, dissolver os laços conjugais.

Destacou-se que este serviço de proteção provido pela “boca” não se estendia a todas as mulheres, sendo vetado àquelas que mantinham envolvimento sentimental com criminosos e evitado por outras que preferiam não dever favores aos traficantes. Além do fato de que nem toda mulher figurava como demandante legítima, o grau de amizade entre os traficantes e o marido/companheiro agressor consistia, igualmente, em fator condicionante à aplicação das sanções da “lei do morro”. O imediatismo é característica derivada do caráter arbitrário das decisões do tráfico frente aos litígios que emergiam na comunidade, o qual poderia engendrar a legitimação da surra recebida pela mulher que acessou o “movimento”. A eficácia das resoluções do tráfico decorre, portanto, do descompromisso com a justiça, enquanto ideal democrático a ser seguido ou finalidade a ser alcançada e reflete-se, diretamente, na ausência de razoabilidade e limites das penas impingidas.

Ressalvadas as devidas diferenças entre o sistema de justiça oficial e o paralelo, sublinho que o ponto de interseção entre eles situa-se na relevância atribuída ao comportamento das partes para a resolução da contenda. As sentenças proferidas pelas cortes oficiais não se limitam a apreciar as circunstâncias e elementos do crime, balizando-se também pelo exame valorativo dos comportamentos sociais e morais das vítimas e dos réus, conforme demonstram estudos anteriores (ARDAILLON; DEBERT, 1987; CORREA, 1983; IZUMINO, 1998). De forma similar, as demandas por proteção na favela são avaliadas pelos “meninos” que a concedem no caso da vítima ser considerada “mulher séria”, o que implica ser trabalhadora, discreta e fiel. O desempenho satisfatório de papéis sociais pelos envolvidos é o que determina se a pena cominada será aplicada exclusivamente ao agressor ou ao casal.

A alternativa singular criada para responder aos eventos de agressão de gênero no âmbito das favelas sofreu reconfiguração com a entrada de um novo ator nesse cenário, as

UPPs, que trouxeram consigo outros códigos, novos referenciais de autoridade e promoveram rearranjos de poder. O trabalho de campo demonstrou, contudo, o caráter irredutível de cada favela, cuja apreensão não admitiu formulações generalistas. Às diferenças geodemográficas (de tamanho, localização, densidade populacional) somam-se as particularidades históricas, socioculturais e relações estabelecidas com a polícia e o tráfico local, originando comunidades únicas cujas interseções e divergências, ora promovem alianças e aproximações, ora motivam concorrências e ampliam distâncias.

O histórico de conflitos entre bandos armados decorrente da instabilidade no controle do território constituiu fator motivador da receptividade da UPP pela comunidade. Em contraste com o Morro da Formiga e as comunidades do Leme, que foram alvo de ferrenhas disputas entre facções rivais, o Complexo do Alemão não sofria ofensivas de outros grupos criminosos, fato que restringia os embates aos confrontos com a polícia. Como resultado disso, parcela significativa dos moradores do Morro da Formiga e das favelas do Leme apoiava, embora tivessem críticas, o projeto de segurança, enquanto no Complexo a resistência à UPP era patente.

As relações entre moradores e membros da polícia espelhavam também o estágio em que cada comunidade estudada encontrava-se no processo de pacificação. Ainda que este fator não opere sozinho, verificou-se que as comunidades que haviam recebido UPP há mais tempo o envolvimento amoroso entre policiais e moradores espelhava a acomodação das relações entre os dois segmentos. Novamente, o Chapéu/Babi e a comunidade da Tijuca destacam-se pela quantidade de casos amorosos relatados e pela naturalidade com que isso é feito. Em oposição, no Complexo do Alemão os comentários, em tom de repreenda, acerca das poucas evidências deste fenômeno na comunidade, traduz o caráter de transgressão do intercurso na ótica dos moradores. Vale frisar que, em regra, a conexão amorosa ou flerte se estabelece primeiramente entre os policiais do sexo masculino e as moradoras das comunidades. O envolvimento de policiais femininas com os moradores parece sinalizar entrosamento mais acentuado entre os dois grupos. Não por acaso, o Chapéu/Babi é a comunidade em que os relatos contemplam esta face do fenômeno.

O fator geracional é outra variável importante nesta equação. A resistência dos mais jovens, ao projeto das UPPs, é substancial e se contrasta com a adesão da parcela mais idosa de moradores. Além da interdição dos bailes funks ter agravado a demanda dos jovens por entretenimento, estes são considerados suspeitos, pela polícia e por facções criminosas de integrarem as fileiras do tráfico local, o que restringe sua circulação pela comunidade e pela cidade como um todo. A maior aprovação entre os mais idosos pode ser explicada pela

sensação de segurança e direito de ir e vir garantidos pela contenção dos tiroteios, maior discricção na venda e consumo de drogas pela comunidade, diminuição na ostentação de armas. Ademais o enfraquecimento da “ditadura da juventude” que impunha suas regras a todos os moradores indistintamente, decorrente do recuo do tráfico, possibilitou manifestação dos desejos e reivindicação dos direitos da parcela mais idosa dos moradores da comunidade.

As particularidades de cada favela combinadas com os efeitos, supostamente imprevisos, que a política de segurança produziu na vida privada de seus moradores originou alternativas distintas e resultados dispares no enfrentamento da violência de gênero de acordo com o local analisado.

Não obstante a presença das UPPs, no Complexo do Alemão, haver impelido o tráfico a reorganização de suas bases e refreamento de suas atividades, atenuando, inclusive, a regência das relações interpessoais no cotidiano da favela, verificou-se a dupla atuação da polícia e do “movimento” como instâncias resolutivas de conflitos de gênero, acionado por mulheres agredidas. Na ótica dos entrevistados do Complexo do Alemão, o incremento percebido na ocorrência de eventos de violência contra as mulheres na comunidade foi atribuído ao recuo da ingerência do tráfico, que no exercício de autoridade coatora de agressões entre casais seria considerado mais intimidador que a norma legal e a ação policial.

O aumento significativo das situações de violência, contudo, não veio descolado do aumento dos registros formais que também cresceram no mesmo período, como resultado da incapacidade do tráfico em responder a demanda, somado a desobstrução dos canais de denúncia formais.

Dinâmica diversa da observada no Morro da Formiga, no qual a presença de oficiais de justiça para cumprimento de mandado é intensa, sinalizando a adoção de um novo paradigma de enfrentamento da violência de gênero por parte das mulheres que, após a instalação da UPP, vêm evocando instrumentos legais e autoridades estatais, como a LMP e “os UPPs”, para coibir a violência sofrida, de acordo com os relatos de policiais e moradores.

A referência próxima de uma mulher no comando da unidade de polícia local, não apenas serviu de inspiração para que as mulheres da comunidade defendessem de forma aguerrida seus direitos, como extrapolou o significado e importância atribuídos pela instituição policial à presença feminina em seus quadros profissionais.

No Chapéu/Babi, por sua vez, a violência de gênero remeteu os informantes aos eventos de agressão, protagonizados pelos criminosos contra suas namoradas/companheiras, que eclodiam pelos caminhos da comunidade, caso em que a violência não causava desconforto sendo no mais das vezes justificada em razão do comportamento feminino. A

chegada da UPP incitou a saída dos traficantes, incidindo na retração das ocorrências de violência de gênero na comunidade. Contudo, a menção às agressões domésticas exigiu persistência para emergir nos discursos dos moradores, sendo por eles encarada como questão de foro privado, no qual não se deve intervir. Evidenciou-se que a violência perpetrada por marginais contra suas parceiras em espaços públicos da favela diminuiu após a entrada da UPP no território. Todavia, o efeito de constrição não alcançou a esfera privada de manifestação do fenômeno da violência contra as mulheres, que permaneceu inalterado apesar das possibilidades de acionamento de instituições formais e instrumentos legais, em decorrência da falta de credibilidade atribuída à eficácia da Lei Maria da Penha na proteção das vítimas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, José Cláudio. **Uma guerra pela regeografização do Rio de Janeiro**: depoimento. São Leopoldo, IHU Unisinos, 27 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/38721-uma-guerra-pela-regeografizacao-do-rio-de-janeiro-entrevista-especial-com-jose-claudio-alves>>. Acesso em 25 mar. 2014.
- AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho: A história secreta do crime organizado**. Rio de Janeiro, Record: 1993.
- ANDRADE, Hanrikson de. **Desaparecimentos em favelas do Rio aumentam após início das UPPs**. 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/03/desaparecimentos-aumentaram-em-favelas-do-rio-apos-inicio-das-upps.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2013.
- ARDAILLON, Daniella; DEBERT, Guita Grin. Quando a vítima é mulher: análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.
- BARSTED, Leila Linhares. **O avanço legislativo contra a violência de gênero**. Revista EMERJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57 (Edição Especial), p. 90-110, jan.-mar. 2012. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista57/revista57_90.pdf Acesso em: 10/10/2013.
- BOTTARI, Elenilce. Amarildo foi torturado por pelo menos 13 policiais, segundo MP: Além dos dez PMs que já estão presos, mais três teriam participado de sessão de tortura na sede da UPP da Rocinha. **OGlobo**. Rio de Janeiro. 19 out. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/amarildo-foi-torturado-por-pelo-menos-13-policiais-segundo-mp-10436598>>. Acesso em: 20 out. 2013.
- BRANDÃO, Elaine Reis. **Renunciantes de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da Delegacia da Mulher**. Physis. Revista de Saúde Coletiva, v. 16, p. 207-231, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal ... e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 25 mar. 2014.
- BURGOS, Marcelo et al. O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. **Desigualdade & diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, n. 11, ago/dez, Rio de Janeiro: 2011. pp. 49-98.
- _____. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de Favela**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998. p. 25-60.
- CANO, Ignacio (Org.). **“Os donos do morro”: uma avaliação exploratória dos impactos das unidades de polícia pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro,

LAV/UERJ e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2012. Disponível em:
<<http://www.lav.uerj.br/relat2012.html>> Acesso em: 23 jan. 2013.

CARDOSO, Ruth. Prefácio. In: FRANCHETTO, Bruna.; CAVALCANTI, Maria Laura Viveiro de Castro; HEILBORN, Maria Luiza. **Perspectivas antropológicas da Mulher 4**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. Pg. 15-21.

CECCHETTO, Fátima. et al. **Os jovens e a "pacificação" dos territórios**: representações de jovens moradores de favelas sobre a implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras – UPP na cidade do Rio de Janeiro. In: 36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2012, Águas de Lindóia. Anais... Águas de Lindóia: ANPOCS, 2012.

_____. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, RJ, 2004.

CECCHETTO, Fátima; MONTEIRO, Simone. Discriminação, cor e intervenção social entre jovens na cidade do Rio de Janeiro (RJ- Brasil): a perspectiva masculina. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, 2006. Disponível em:
<http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 out. 2013.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L.; HEILBORN, M. L. (Orgs). **Perspectivas antropológicas da Mulher 4**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 25-62.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

CUNHA, Neiva Vieira. Como se "fabrica" um policial: algumas considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional. **Anais do Fórum Internacional de Formação Policial**. Rio de Janeiro, 2004.

DATA POPULAR. **Percepção da Sociedade sobre Violência e Assassinatos de Mulheres**. Instituto Patrícia Galvão, 2013.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. **Violência e Gênero: novas propostas, velhos dilemas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, p. 165-185, 2008.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2007.

DOWDNEY, Luke. **Crianças do tráfico: um estudo de crianças em violência armada**, Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

DUARTE, Luiz Fernando et al. Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras. **Revista de Ciências Sociais**, v. 22, p. 5-19, 1993.

_____. **Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2ª Ed., 2011.

FARIAS, Juliana. Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 173-190.

FONSECA, Claudia. **La violence et La rumeur: Le code d'honneur dans um bidonville brésilien**. Les Temps Modernes 455, 1984, p. 2193-2235.

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura Viveiro de Castro; HEILBORN, Maria Luiza. Introdução. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L.; HEILBORN, M. L. (Orgs). **Perspectivas antropológicas da Mulher 4**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 7-13.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **A construção da favela carioca como destino turístico**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **UPPs, um novo modelo de segurança pública?** (seminário). Rio de Janeiro, 2011.

GARCIA, Leila Posenato. et al. **Violência contra a mulher: feminicídios no brasil**. Ipea, 2013. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GLOBO NEWS. **Tropa do Bope canta grito de guerra que faz apologia à violência**: Música prega a morte de agressor e fala em comemoração no quartel. Em nota, polícia diz que canção não condiz com momento da corporação. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2013/05/tropa-do-bope-canta-grito-de-guerra-que-faz-apologia-violencia.html>>. Acesso em: 30 maio 2013.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto nº 42.787, de 06 de janeiro de 2011. **Dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (upp) no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=261>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p.218.

GROSSI, Miriam. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, cap. 1, p. 462 – 472. 1994 apud FONSECA, Claudia. **La violence et La rumeur: Le code d'honneur dans um bidonville brésilien**. Les Temps Modernes 455, 1984, p. 2193-2235.

GUEDES, Marco. **A união dos trabalhadores favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas (1954-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. "Estudos de gênero no Brasil". In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

_____ et al. **Juventude, Sexualidade e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

_____ ; AQUINO, Estela; KNAUTH, Daniela; BOZON, Michel. Sexualidade juvenil: aportes para as políticas públicas. In: Maria Luiza Heilborn; Estela Aquino; Daniela Knauth; Michel Bozon. (Org.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, v. 1, p. 399-419.

_____. Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica In: IBAM Mulher e políticas Públicas. Riode Janeiro: IBAM/UNICEF, 1991, p. 23-38.

_____. Violência e Mulher. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 89-98.

_____. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares no Rio de Janeiro In: MADEIRA, Felícia (org.) **Quem mandou nascer mulher?**. Rio de Janeiro/ Brasília, Rosa dos Tempos/UNICEF, 1996.

_____. **Conversa de Portão: Juventude e Sociabilidade em um subúrbio carioca**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional, PPGAS, 1984, mimeo.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de Favela**. 1ª Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998. p. 233-276.

LEITE, Márcia Pereira. "Da 'metáfora da guerra' ao projeto de 'pacificação': favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro". In: **Revista Brasileira de Segurança Pública**, vol. 6, n. 2, 2012.

LEMGRUBER, Julita. Controle da criminalidade: mitos e fatos. **Revista Think Tank**, Instituto Liberal do Rio de Janeiro, 2001.

LENOIR, Remir. Objeto sociológico e problema social. In: MERLLIÉ, Dominique et al. (orgs). **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1989

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde e muita saúva: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In: Hochman, Gilberto; Armus, Diego (Org.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. p.493-533. (Coleção História e Saúde). 2004.

MAIA, Gustavo. **PM afasta 15 policiais denunciados pelo MP nesta 3ª pelo caso Amarildo**. 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/10/22/pm-afasta-15-policiais-denunciados-pelo-mp-nesta-3-pelo-caso-amarildo.htm>>. Acesso em: 22 out. 2013.

MARINATTO, Luã. Complexo do Alemão tem intensos tiroteios, bases de UPPs atacadas e granada atirada contra delegacia recém-inaugurada. **Extra**. Rio de Janeiro, 29 jan. 2014. Polícia. Disponível em: <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/complexo-do-alemao-tem-intensos-tiroteios-bases-de-upps-atacadas-granada-atirada-contradelegacia-recem-inaugurada-11434482.html>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

MARTINS, Marco Antonio; BRITO, Diana. Desaparecidos no Rio sobem 29% em dez anos. **Folha de São Paulo**. Rio de Janeiro. 14 ago. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/08/1326115-desaparecidos-no-rio-sobem-29-em-dez-anos.shtml>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

MEIRELLES, Zilah. V.; RUZANY, Maria Helena. **Tráfico de drogas, masculinidade, relação de gênero e risco de DST/AIDS**. Revista Adolescente e saúde. V. 6, nº1 abril, 2009. p. 9-14

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. **Cartilha Lei Maria da Penha e Direitos da Mulher**. Disponível em: http://www.prrr.mpf.mp.br/arquivos/pgr_cartilha-maria-da-penha_miolo.pdf Acesso em: 10/10/2013

MISSE, Michel. **O final da cadeia, interpretações da violência no Rio**. 1998. Disponível em: <http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/O%20final%20da%20cadeia.pdf> Acessado em: 11 out 2013

MORAES, Aparecida Fonseca; SORJ, Bila. **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora 7 letras, 2009.

MOURA, Tatiana. Rostos invisíveis da violência armada: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2007. <http://www.comunidadessegura.org.br/files/rostosinvisiveis.pdf> Acesso em: 15 fev. 2013

MOURÃO, Barbara Musumeci. **A ‘conflitualidade’ conjugal e o paradigma da violência contra a mulher**. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 5, nº 2, abril/junho de 2012, pp. 191-210.

_____. **UPPs: Uma polícia de que gênero?** Relatório parcial da pesquisa Mulheres Policiais nas UPPs: Experiências e Representações. Rio de Janeiro: CESeC, dezembro de 2013.

MUSUMECI, Leonarda et al. Ser policial de UPP: aproximações e resistências. **Boletim de Segurança e Cidadania - CESeC**, Rio de Janeiro, v. 14, p.1-26, nov. 2013.

NAIDIN, Silvia. De “bandido” a “trabalhador”? Reflexões sobre a inserção profissional de ex-trafficantes. In: **Segurança Pública: temas e perspectivas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.125-147

O'DONNELL, Julia. A invenção de Copacabana. Riode Janeiro: Zahar, 2013.

OLIVEIRA, Maria Dulce; HEILBORN, Maria Luiza ; ESCORCIO, E. . **A sociedade sambaqueira vista através de sexo e gênero**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, v. 21, p. 17-30, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Entidad de las Naciones Unidas Para la Igualdad de Género y el Empoderamiento de las Mujeres. **El progreso de las Mujeres en el Mundo: em busca de la justicia – 2011-2012**. 2012. Disponível em: <http://progress.unwomen.org/?lang=es/>

PÉREZ, Beatriz. **As políticas públicas de segurança e de urbanização das favelas do Rio de Janeiro e atenção dada às crianças pequenas**. Rio de Janeiro: CECIP, 2011.

PERLMAN, Janice. O mito da marginalidade - favela e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PERISTIANY, Jean (org.). **Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrâneas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1976.

PM mantém ocupação de morro no Rio após tiroteios; confrontos deixam 3 mortos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 nov. 2011. Cotidiano. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2009/11/654222-pm-mantem-ocupacao-de-morro-no-rio-apos-tiroteios-confrontos-deixam-3-mortos.shtml>>>. Acesso em: 18 nov. 2011

RAMOS, Sílvia. **O campo de estudos e ação sobre violência, segurança e justiça: constituição, relacionamento com outras áreas e perspectivas**. [On-line] CESeC, mar. 2012. Disponível em <http://www.ucamcesec.com.br>> Acesso em 29 nov. 2013.

_____. Violência, mulheres e UPPs – o que esta mudando nas favelas cariocas, quais são os desafios? In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: Cepia, 2011. p. 261-265. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

_____ et al. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro (Vol. 2)**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

ROCHA, Lia de Mattos. Uma favela sem tráfico? Os limites da ação e da opressão do tráfico. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 191-226.

RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza. **Unidades de Polícia Pacificadora e a segurança pública no Rio da Janeiro**. Comunicações do Iser. Rio de Janeiro: ISER, nº 67, ano 31, 2012.

SARTI, Cynthia. Violência familiar: relações violentas e contexto social. IN: LIMA, Antonio Carlos de Souza (Org). **Antropologia e Direito**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, p.502-509

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e realidade, v. 16, n. 2, p. 19, 1991.

SILVA, Luiz Antonio Machado. **Afinal, qual é a das UPPs?**. Disponível (on-line) em: www.observatordasmetrolopolises.ufrj.br, 2010.

_____. Quarenta anos de sociologia das classes populares urbanas. In: CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT`ANNA, Maria Josefina Gabriel (Org.). **Cidade: Olhares e Trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p.21-42.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Barbara et al. O que pensam os policiais das UPPs. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 49, p.34-39, jul. 2012.

_____. **Enfrentando a Violência contra a Mulher**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2007/enfrentando-violencia.pdf> Acesso em: 23 jun. 2013

_____; MUSUMECI, Leonarda. Polícia e gênero: presença feminina nas PMs brasileiras. *Boletim Segurança e Cidadania*, ano 2, n. 7. Rio de Janeiro: Cesec, 2004.

SORJ, Bila; MONTERO, Paula. SOS-Mulher e a luta contra a violência. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L. V. C.; HEILBORN, M. L. **Perspectivas antropológicas da Mulher 4**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. Pg. 101-107.

VALLADARES, Lícia. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

_____. **A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 5-34, 2000.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VIANA, Raquel. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. In: GODINHO, T.; VENTURI, G. **Mulheres Brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WASELFISZ, Julio. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. FLACSO; CEBELO, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf>

WORLD BANK. O retorno do Estado às favelas do Rio de Janeiro: uma análise da transformação do dia a dia das comunidades após o processo de pacificação das UPPs. 2012.

ZALUAR, Alba. **Mulher de Bandido: crônica de uma cidade menos musical**. *Estudos feministas*, n. 1, 1993, p.135-142.

_____.; ALVITO, Marcos. Introdução. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de Favela**. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 1998. p. 7-24.

_____. **Integração Perversa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.